

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CAMILA FERREIRA TAVARES DA SILVA

**A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO CENTRO DE RECÉM-CHEGADOS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE MISSISSAUGA/ON, NA TRAJETÓRIA DE
RECONHECIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES NO CANADÁ**

Varginha/MG

2023

CAMILA FERREIRA TAVARES DA SILVA

**A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO CENTRO DE RECÉM-CHEGADOS DAS
ESCOLAS PÚBLICAS DE MISSISSAUGA/ON, NA TRAJETÓRIA DE
RECONHECIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES NO CANADÁ**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Orientadora: Prof. Dra. Margarete Panerai
Araújo

Coorientador: Prof. Dr. Everton Rodrigues
da Silva

Varginha/MG

2023

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Silva, Camila Ferreira Tavares da .

A Memória e a História do Centro de Recém-Chegados das Escolas Públicas de Mississauga/ON, na Trajetória de Reconhecimento Social de Imigrantes no Canadá / Camila Ferreira Tavares da Silva. - Varginha, MG, 2023.

183 f. : il. -

Orientador(a): Margarete Panerai Araújo.
Dissertação (Mestrado em Gestão Pública e Sociedade) - Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, 2023.

Bibliografia.

1. Memória e história. 2. Gestão pública. 3. Reconhecimento social. 4. Imigrantes. I. Araújo, Margarete Panerai, orient. II. Título.

CAMILA FERREIRA TAVARES DA SILVA

**A MEMÓRIA E A HISTÓRIA DO CENTRO DE RECÉM-CHEGADOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MISSISSAUGA/ON, NA
TRAJETÓRIA DE RECONHECIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES NO CANADÁ**

A Presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação da Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Gestão Pública e Sociedade pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Gestão Pública e Sociedade.

Aprovada em: 18 de agosto de 2023.

Profa. Dra. Margarete Panerai Araujo
Presidente da Banca Examinadora
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Daniel Luciano Gevehr
Instituição: Faculdades Integradas de Taquara

Prof. Dr. Moisés Waismann
Instituição: Universidade La Salle

Profa. Dra. Lidia Noronha Pereira
Instituição: Universidade Federal de Alfenas



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Panerai Araujo, Professor do Magistério Superior**, em 19/08/2023, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1063611** e o código CRC **0E040E73**.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, externo meus agradecimentos à existência da universidade pública no Brasil, as políticas que às mantêm e às pessoas que lutam pela defesa da educação de qualidade, que ajudam a oportunizar a difusão da ciência e o aumento dos acadêmicos, alguns deles, que não teriam essa chance sem instituições públicas. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Pública e Sociedade (PPGPS), aos professores, e a Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), na pessoa do Dr. Marcel Pereira da Silva, técnico em assuntos educacionais, que sempre buscou atender as demandas e as singularidades dos discentes da melhor forma possível, com muita compreensão.

Agradeço especialmente à minha orientadora Prof. Dra. Margarete Panerai Araújo por todo esforço, acolhimento, cuidado e dedicação que me conduziu até a finalização dessa pesquisa. Obrigada por seu trabalho verdadeiramente excepcional e humano, com toda a sua bondade e carisma. Você foi um impulso necessário para que eu concluísse o programa de mestrado. Igualmente, agradeço ao meu coorientador Prof. Dr. Everton Rodrigues da Silva, que coordenava o PPGPS e sempre foi solícito, com humanidade e empatia diante das adversidades.

Agradeço aos meus pais Adriana Pio Ferreira e Zacarias Tavares da Silva, grandes entusiastas e apoiadores dos filhos. São a minha base e a minha segurança na vida, meu exemplo de perseverança, honestidade, dedicação, amor e cuidado. Agradeço todos os dias por fazer parte da família construída por eles, ao lado dos meus irmãos Anderson Ferreira Tavares da Silva e Júlia Ferreira Tavares da Silva, que são meus companheiros para a vida. Agradeço aos meus avós, minhas tias, tios e primos por toda reunião familiar, por se fazerem tão presentes, mesmo com a distância que a imigração nos trouxe, e por torcerem tanto pelas minhas conquistas. É recíproco!

Agradeço ao meu marido José Carlos Ribeiro pelo apoio e cuidado durante este processo. Por torcer pelo meu êxito, incentivar-me a ser melhor a cada dia por seu exemplo de persistência e obstinação.

Agradeço aos amigos que me ouviam e me amparavam nos momentos de desconforto e comemoraram comigo cada fase vencida nesse processo. A doutoranda Marielle Jacinta Pereira Costa foi uma grande amiga incentivadora na submissão para o programa e me auxiliava ativamente, tanto no apoio prático como emocional.

Agradeço a Larisse Oliveira dos Santos, que se mantém presente e representa um constante de suporte a mais de quinze anos. Agradeço por ter cruzado com a Thais Araujo Rodrigues, ambas imigrantes recém-chegadas, que se tornou um apoio muito importante no Canadá e me forneceu o auxílio prático inicial para que a execução dessa pesquisa fosse possível. Aliados a essas três amigas, estendo meus agradecimentos ao Leandro, Yago, Isadora, Fabio, João Paulo, Patrick, Andressa, Thais, Glauber e tantos outros amigos que participaram e participam da minha vida. Tenho sorte por estar acompanhada por eles.

Sou grata por ter feito parte da turma de 2021/1 do PPGPS ao lado de pessoas tão capacitadas e dedicadas. Agradeço: de modo especial, à Tanísia Célia Messias por ter sido um suporte tão importante no processo de concluir as etapas do mestrado, em que construímos uma relação de amizade para além da academia; e a Alice Matos dos Reis Rocha, Jaqueline Tavares Anderson, Paula Quinteiro Felix Sabino, Greicy Kelly Sant'Ana Gonçalves, Luis Ronaldo dos Santos, Antônio Lisboa Alves Júnior, Guilherme Carvalho Barboza Elias, Guilherme Soares Ribeiro, Julio César de Paiva, Maria Luísa Monteiro Martins, Mariana Ferri Gonçalves, Mateus Muniz de Souza, Sabrina Neres Ribeiro, Thaynara Oliveira Miranda Teixeira, Wender Reis Ramos, Patrick e Esther, por estruturamos uma conexão de cooperação e auxílio mútuo.

Agradeço a banca examinadora composta pelos professores Dr. Daniel Luciano Gevehr, Dr. Moisés Waismann, e Dra. Lidia Noronha Pereira por disponibilizarem-se a colaborar com esta pesquisa, alguns desde a fase da qualificação. Ser acompanhada por vocês foi verdadeiramente satisfatório.

Por fim, deixo também meus agradecimentos aos entrevistados que se voluntariaram a participar desta pesquisa, que dentro o parâmetro, possibilitaram observar a realidade material dos obstáculos e benesses da vida de imigrante. E registro minha gratidão aos pesquisadores/cientistas, referenciados nesta investigação, pelo conhecimento compartilhado e colaboração na construção das nossas teorias sociais e políticas que auxiliam na evolução da coletividade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Criados na calma, próximos e tranquilos,
De repente somos lançados ao mundo;
Banhados por cem mil ondas
Tudo nos excita, muitas coisas nos agradam,
Muitas coisas nos desgostam, e de hora em hora
Oscila o sentimento levemente inquieto;
Nós sentimos – e aquilo que sentimos
É tragado pelo colorido tumulto do mundo

GOETHE, 1775, tradução livre do poema “An Lottchen”

RESUMO

A pesquisa consiste num estudo institucional de memória e a história de um programa na cidade de Mississauga/ON, no Canadá, enquanto política pública de acolhimento e reconhecimento social para imigrantes, à luz da teoria de Axel Honneth. O objetivo geral é compreender a memória social e a história institucional do *Newcomer Reception and Assessment Centre* financiado pela gestão pública e executado através das escolas católicas da cidade de Mississauga/Ontário, no Canadá, a partir das narrativas de um grupo de imigrantes brasileiros, sobre a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social teorizado por Axel Honneth, no período de 2019 a 2022. A relevância social dessa pesquisa é reconhecer a importância da gestão pública e interferência governamental nas questões que envolvem a erradicação das desigualdades e marginalizações históricas oriundas da imigração. O método é qualitativo-descritivo que usa de entrevista semiestruturada junto a um gestor e aos imigrantes como ferramenta para a coleta de dados, usando da análise de conteúdo a partir das narrativas memoriais. O pertencimento e o reconhecimento social dos imigrantes brasileiros que chegaram ao Canadá no período de 2019 a 2022, será um tema aprofundado nesse estudo. Infere-se que existe um grande esforço do Canadá na criação e manutenção das políticas adotadas para auxílio dos imigrantes em sua integração ao novo território na inferência que contribui para o Reconhecimento Social, tanto na esfera individual, como na esfera pública.

Palavras-chave: memória e história; gestão pública; reconhecimento social; imigrantes.

ABSTRACT

The research consists of an institutional study of memory and history of a program in the city of Mississauga/ON, Canada, as a public policy of reception and social recognition for immigrants, through the lens of Axel Honneth's theory. The general objective is to understand the social memory and institutional history of the Newcomer Reception and Assessment Centre financed by public management and executed through Catholic public schools in the city of Mississauga/Ontario, in Canada, based the narratives of a Brazilian immigrant group, about the inclusion, belonging and social recognition theorized by Axel Honneth, from 2019 to 2022. The social relevance of this research is to recognize the importance of public management and government interference involves in issues involving the eradication of historical inequalities and marginalization arising from immigration. The method is qualitative-descriptive and uses semi-structured interview with a manager and immigrants as a tool for data collection, using content analysis based on memorial narratives. The belonging and social recognition of Brazilian immigrants who arrived in Canada between 2019 and 2022 will be an in-depth theme in this study. It is inferred that there is a great effort on Canada in the creation and maintenance of policies adopted to assist immigrants in their integration into the new territory in the inference that contributes to Social Recognition, both in the individual and in the public spheres.

Keywords: memory and history; public administration; social recognition; immigrants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide Populacional do Canadá 2022	24
Figura 2 - Representação do logotipo do Conselho Escolar do Distrito Católico de <i>Dufferin-Peel</i>	96
Figura 3 - Site OCASI.....	99
Figura 4 - Reprodução Logotipo.....	99
Figura 5 - Imagem do site	100
Figura 6 - Imagem do site	101
Figura 7 - Informação do site.....	102
Figura 8 - Representação do logotipo	104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Canadá e a divisão de suas províncias	911
Mapa 2 - Representação territorial da província de Ontário/CA	922
Mapa 3 - Mapa da região de Dufferin	977
Mapa 4 - Mapa da região de Peel	977

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos instituídos pela Lei de Migração	58
Quadro 2 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento por Axel Honneth.....	70
Quadro 3 - Províncias e Territórios Canadenses	90
Quadro 4 - Perfil dos entrevistados	107
Quadro 5 - Relação dos entrevistados que participaram do programa de colhimento	112
Quadro 6 - Conjectura da dimensão do amor (emotiva)	129
Quadro 7 - Conjectura da dimensão do direito.....	133
Quadro 8 - Conjectura da dimensão da solidariedade	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Levantamento de Teses e Dissertações na Plataforma Sucupira CAPES	28
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	MEMORIAL DA PESQUISADORA	15
1.2	CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA	19
1.3	OBJETIVO GERAL	25
1.4	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
1.5	JUSTIFICATIVA.....	26
1.6	ESTADO DA ARTE NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES.....	27
1.7	QUANTO A BUSCA POR SEMELHANÇAS TEÓRICAS.....	28
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	33
2.1	MEMÓRIA E HISTÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL: ASPECTOS DA IDENTIDADE	33
2.2	IMIGRAÇÃO E RECONHECIMENTO SOCIAL DE AXEL HONNETH.....	57
2.3	GESTÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA NA INCLUSÃO, PERTENCIMENTO E RECONHECIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES RECÉM-CHEGADOS	71
3	METODOLOGIA	80
3.1	TIPOS DE PESQUISA.....	80
3.2	UNIDADE DO ESTUDO DE CASO	81
3.3	TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	81
3.4	UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRAGEM.....	85
3.5	MÉTODOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS	86
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	89
4.1	SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO NO CANADÁ	90
4.2	MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO CENTRO DE BOAS VINDAS DA PROVÍNCIA DE ONTÁRIO.....	98
4.3	ANÁLISE EMPÍRICA DA ENTREVISTA REALIZADA COM UM SETTLEMENT WORKER DA CIDADE DE MISSISSAUGA/ON	103
4.4	MEMÓRIA SOCIAL DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO CANADÁ.....	106
4.4.1	Perfil dos entrevistados	107
4.4.2	Condição de imigração e a motivação para imigrar	108

4.4.3 Atuação do Centro de Boas-Vindas das escolas católicas de Mississauga/ON	111
4.4.4 Trabalho, valorização do potencial do imigrante e sua subsistência	120
4.5 AS DIMENSÕES DO RECONHECIMENTO SOCIAL DE AXEL HONNETH (2003)	128
5 CONCLUSÕES	153
REFERÊNCIAS	169
APÊNDICE A – Roteiro	178
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Participante da Pesquisa	181

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa consiste em estudo sobre a trajetória e/ou história de um grupo de imigrantes brasileiros, que com apoio institucional e com ações públicas de gestão voltadas à inserção social, desenvolvidas pelo Centro de Recém-Chegados (*Newcomer Centre*) das escolas católicas do município de Mississauga/ON, gerido pelo Conselho Escolar do Distrito Católico de Dufferin-Peel (*Dufferin-Peel Catholic District School Board – DPCDSB*, tradução nossa), que busca colaborar em questões relacionadas ao reconhecimento social do indivíduo no auxílio ao acesso à direitos e estima social, intermediando a socialização e melhores condições na adaptação dessas pessoas que mudaram de país. Os imigrantes passam por muitos impactos – culturais, de linguagem, do clima, costumes, leis, etc. – envolvidos na variante geográfica, considerando suas trajetórias e memórias.

Foi, portanto, avaliando algumas trajetórias memoriais, este estudo se preocupou em analisar um desses espaços institucionais de acolhimento aos imigrantes recém-chegados, para demonstrar à sociedade um exemplo de que as ferramentas de gestão, inserção social e formação, são também ferramentas de reconhecimento social. Assim, como introdução, essa seção apresenta um breve memorial da autora e a aproximação com o campo de estudo, a justificativa da pesquisa, a problemática e objetivos. Posteriormente nas seções seguintes apresenta-se os fundamentos teóricos, a metodologia de pesquisa, e as análises realizadas mediante a coletas de dados, a conclusão, e as referências bibliográficas desta dissertação.

1.1 MEMORIAL DA PESQUISADORA

O tema em questão faz parte da realidade atual da pesquisadora. Aqui, nesse trecho em especial, será utilizado tempo verbal em primeira pessoa, por estar vivenciando as dificuldades iniciais de imigrar. Início comentando a formação acadêmica e profissional no Brasil de Bacharelado em Direito pela Faculdade Cenecista de Varginha/MG (FACECA). A área do direito público e direito civil sempre fizeram parte do meu centro de interesse, principalmente diante das experiências de estágio durante a graduação. No tocante a este ponto, assumi o estágio mediante aprovação em concurso público no Ministério Público Estadual de Minas Gerais

(MPMG) e Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), na Comarca e Subseção Judiciária, respectivamente, de Varginha/MG, que prezava pelo bom funcionamento da justiça e assistência às pessoas em situações de vulnerabilidade, além da atuação no mesmo ramo como advogada cível após o término da minha formação técnica.

Após concluir a graduação em Direito, o objetivo foi ingressar em um mestrado que tratasse sobre Políticas Públicas para adquirir conhecimento técnico-científico que me possibilitasse continuar atuando com grupos em situação de vulnerabilidade social e conseguisse contribuir de alguma forma para a melhoria de suas condições de vida.

Recentemente, tive a oportunidade de imigrar para o Canadá, que consta como 8º país no Índice Mundial de Cidadania – *World Citizenship Index (WCI)* – realizado pelo *CS Global Partners* através do relatório Mundial de Cidadania – *World Citizenship Report (WCR)*, sendo considerado o país com mais segurança e proteção, qualidade de vida, oportunidade econômica, mobilidade global e liberdade financeira. Essas variáveis me mobilizaram para me tornar uma imigrante. Elas são relevantes e chamam a minha atenção e de muitas pessoas de diversas regiões do planeta, para arriscarem uma mudança em busca de melhores condições e qualidade de vida.

Além disso, o relatório anual de 2021, que mede o desempenho dos países, divulgado pelos EUA – News & World Report, BAV Group e Wharton School da University of Pennsylvania – avaliou 76 métricas relacionadas a 79 países e elegeu o Canadá como o número 01 no ranking geral de Melhores Países, seguido pelo Japão, Alemanha, Suíça e Austrália. Minha avaliação, portanto, considerou as possibilidades de estabelecer uma mudança na vida profissional considerando nesta avaliação a economia, segurança, sistema público de saúde e educação, qualidade de vida, igualdade racial, liberdade religiosa, respeito aos direitos humanos, compromisso com a justiça social, compromisso com as metas climáticas, práticas governamentais transparentes, práticas de não corrupção, dentre outros.

Tratando de descrever a minha memória pessoal e profissional, considero-me criada para ocupar o mundo desde a infância, em um ambiente igualitário e diverso dentro do meu próprio núcleo familiar. Somente no fim da adolescência e início da maioridade foi que percebi, conforme os resultados apontam, a ter um contato mais realista com as verdadeiras situações de desigualdades – sociais, de raça, classe, sexo, orientação sexual, etnia, comportamental típico e atípico, dentre outros, carregadas dentro das relações mantidas pela sociedade em geral.

Com isso, a cólera era inevitável, e em outras palavras, nada mais revolucionário do que escolher o caminho da educação e conhecimento, e chegar ao patamar de aptidão, a ter algo a repassar e contribuir com grupos sociais específicos. Dentro dessa minha jornada em busca de oportunidades, tive o incentivo e auxílio de muitos profissionais de conhecimentos diversos. Meus professores apontavam, segundo com o dicionário Michaelis (c2022), que a função de lecionar, significa “[...] ministrar lição; ensinar; educar; orientar; preparar”, pessoas a quem sempre faço questão de exaltar.

Epicteto, filósofo estoico, que viveu do ano 55 d.C. a 135 d.C., ensinou em sua obra valiosos pensamentos sobre virtude, felicidade e sabedoria e, pessoalmente, não consigo lê-lo sem pensar na profissão do professor e em como a virtude está próximo da ciência, considerando seu materialismo e ética, demonstrada por Lebell (2018) que reuniu sua filosofia no livro “A Arte de Viver”.

Sigo por esse novo caminho de pensar na profissão do professor, e o mestrado em Gestão Pública e Sociedade, por sua interdisciplinaridade, acrescenta uma forma diferenciada de ver o mundo como uma unidade indissociável, que precisa ser observado de forma global, apesar de não ignorar as particularidades. Como imigrante, mulher e latina, estou inserida dentro de uma minoria à qual pretendo me envolver e contribuir de forma pessoal e profissionalmente, com o conhecimento que um programa de pós-graduação *stricto sensu* me proporciona frente a diferentes oportunidades vivenciadas atualmente.

Escolher sair do meu país foi uma decisão difícil! Considerei estabilidade social e política, buscando qualidade de vida com mais segurança e acessibilidade a longo prazo. Desde minha chegada, em novembro de 2021, constatei essas diferenças que são tão exaltadas entre os países do Sul e do Norte Global, nos espaços públicos e privados. Diante da minha trajetória atual, ter uma comunidade de apoio dentro desta nova sociedade à qual estou me inserindo, se mostrou de extrema relevância. Além do apoio psicológico e afetivo, muitas informações referentes às questões burocráticas – como ter acesso à saúde pública, realizar os cadastros federais necessários para acessar o mercado de trabalho regular, se tornar habilitado para conduzir veículos automotores – veio por parte das pessoas que chegaram antes e se disponibilizaram a ajudar os recém-chegados, bem como, pela gestão pública que recepciona os imigrantes.

Contudo, nem sempre as pessoas chegam com algum vínculo pessoal, e muitas variáveis podem dificultar ainda mais o choque cultural e legal do país de origem ao país do destino. O grau de informação anterior, ter filhos, principalmente os da primeira infância, chegar com a autorização de trabalho garantida ou não, a etnia, a reserva de dinheiro que possui para se manter no início, são situações que interferem bruscamente na receptividade, por isso programas assistenciais públicos de acolhimento são essenciais para proporcionar dignidade. Nesses casos a imigração é solitária.

Nesse viés, busco uma aproximação para compreensão de temas novos como a memória e a história institucional que envolve essa gestão pública e que abordam a trajetória dos imigrantes acolhidos por um programa patrocinado pelo setor federal de imigração, refugiados e cidadania do Canadá, executado dentro das escolas públicas católicas da cidade de Mississauga, na província de Ontário, chamadas de *denominational school* (escolas ligadas a determinada denominação religiosa), pois carregam e registram as contribuições, intervenções do processo de integração em um novo país de qualquer família que ingressa no país com crianças e adolescentes, sendo este um contato de base.

Essa caminhada como mestrande e imigrante ainda não finalizou, pois objetiva novos conhecimentos científicos, instrumentos e técnicas para fortalecer a análise reflexiva e crítica no exercício da vida profissional e acadêmica. Nesse sentido, considero importante finalizar esse breve memorial revisitando um conceito de memória. Conforme Gondar (2016), apontou esse conceito de memória social é polissêmico e transdisciplinar, e não existe uma definição fixa no passado, presente e futuro para a sua representação, assim como é carregada de subjetividades do locutor e interlocutor, com as implicações éticas e políticas, e acrescenta que:

A memória, contudo, nunca é: na variedade de seus processos de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento. Sua única fixidez é a reconstrução permanente, o que faz com que as noções capazes de fornecer inteligibilidade a esse campo devam ser plásticas e móveis (Gondar, 2016, p. 19).

Pensando nestas características de impermanência e perecibilidade da memória, justifico a escolha pessoal do tema e ao refletir sobre a minha trajetória e aos estudos de campo percebendo, que os registros escritos, facilitam análises futuras

das situações subjetivas das memórias, que envolvem os contextos políticos, morais, éticos e sociais da atualidade.

1.2 CONSTRUÇÃO DA PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

A etimologia da palavra “imigrante” registra que o termo veio do latim *immigrans antís*, oriundo do verbo *immigrare*, e de acordo com o Dicionário Online de Português Dicio (c2009-2022) significa “[...] pessoa que habita e possui residência fixa em um país estrangeiro, diferente do seu país de nascimento”. Pode-se perceber que estar um ambiente diferente ao de costume habitual torna os imigrantes uma minoria que precisa ultrapassar diversas barreiras de comunicação, culturais, étnico-raciais, políticas, financeiras, dentre tantas outras, para se adequar aos novos ambientes que, muitas vezes, não são receptivos com quem é “diferente”.

No caso em questão, é importante contextualizar parcialmente o histórico político populacional do Canadá, considerando seu antecedente quanto à colonização, à formação populacional e política e o regime governamental que seguiu e segue até os dias atuais, mesmo que brevemente, para que se possa visualizar o cenário que torna os imigrantes um grupo vulnerável que necessita de políticas públicas específicas de inclusão e acolhimento para motivar a permanência desses novos integrantes e diminuir a sua evasão. Quanto à isso, Fraga e Bógus (2011) pontuam, que desde o crescimento dos fluxos migratórios internacionais dos anos 1960, as teorias sobre o tema encaram atração de outros cidadãos como uma forma vantajosa no enfrentamento à queda das taxas de crescimento populacional de alguns países, que inevitavelmente precisam de novos residentes para manter e fomentar o desenvolvimento econômico, sobretudo, na necessidade de constituir um mercado interno forte que pudesse absorver a produção industrial canadense.

Apesar dessa necessidade de atrair para crescer, Triadafilopoulos (2012) ensina que a divisão do mundo em Estados-Nação soberanos em seus territórios demarcados colocou a imigração como um problema fundamentalmente político. No caso do Canadá, houve uma forte discriminação na elaboração das políticas migratórias pelos colonizadores que definiam severamente o perfil das pessoas autorizadas a se estabelecerem no país, e reforçavam a imagem do canadense pelo padrão branco europeu, além de toda a história de violência contra os povos originários que habitavam a região Norte Americana.

Para melhor compreensão desse cenário, é necessário citar alguns fatos históricos. Apesar da resistência das organizações sociais nativas que habitavam o território Canadense, o país foi colonizado pelo Reino Unido, composto pelos países das Ilhas Britânicas, sendo a Inglaterra, a Escócia, o País de Gales e a Irlanda do Norte. Portanto, foi uma ocupação majoritariamente branca europeia de língua inglesa e francesa, e até a atualidade, desenvolveu um modelo diferente dos demais países que compõem o continente americano.

O Canadá ainda segue o regime político estabelecido no Reino Unido, e não demonstrou intenções de mudança. Assim, segue o regime de monarquia constitucional com sistema parlamentarista, em que o Chefe do Estado Canadense é o Rei do Reino Unido, Rei Charles III, que assumiu o posto com o falecimento da Rainha Elizabeth II¹, e o cargo de Chefe do Governo é exercido pelo Primeiro-Ministro, que desempenha o poder político junto a seu gabinete e ao Parlamento através das eleições. Então, o que muitas pessoas não sabem é que o Canadá tinha uma rainha, que será substituída por seu sucessor ao trono.

Pensando nessa perspectiva, observa-se o Canadá, como um país que possui o regime político e social muito mais vinculado à cultura europeia do que aos outros países que compõem o continente americano. Isso, trouxe reflexos fortes no passado quando da ocupação populacional, evidenciado pela história das leis de recepção de imigrantes, que reverberam até os dias atuais. Apesar de ter mudado desde a década de 1970 – quando adotou o multiculturalismo como política de Estado (Cameron, 2004 *apud* Fraga; Bógus, 2011) – a imigração foi difícil para além dos enfrentamentos habituais de quem muda totalmente de região e precisa se adaptar à tantas transições.

Entretanto, no tocante a esse ponto, Thobani (2007), defende que a ideia de multiculturalismo identificava politicamente por suas origens culturais e etnias eram reconfiguradas como cultura, onde “[...] todas as pessoas de cor se tornaram ideologicamente construídas como imigrantes com base em sua diversidade cultural e linguística compartilhada” (Thobani, 2007, p. 157, tradução nossa). Assim, o multiculturalismo atestava a duradoura superioridade da branquitude.

Essa ideia confirmava o resumo do relatório sobre racismo, discriminação e migração disponibilizado por Mooten (2021), que sintetiza as evidências do preterimento de grupos étnicos na formação do Canadá, baseando-se na revisão do

¹ O Canadá prestará honrarias a Charles 3º. O país é o único da América do Norte que tinha Elizabeth 2ª como chefe de Estado, e, agora, o filho herdeiro.

conhecimento produzido por décadas. Apesar do relatório original focar o racismo, como referência as questões de gênero, classe, geografia e situação migratória; reconheceu que uma “[...] análise interseccional engrandeceria o diagnóstico, como à exemplo considerar a idade, status de habilidade, orientação sexual, religião, etc., não se ampliou a outros recortes” (Mooten, 2021, p. 4). A presente pesquisa também focou a categoria imigração, mas não se aprofundou em recortes específicos, apenas em alguns aspectos sociais.

A supracitada autora descreveu que o racismo científico estabeleceu a crença inicial da existência de uma inferioridade biológica e que, apesar de ter sido desacreditado, o significado social de “raça” se manteve como uma construção sociopolítica definidos pela norma branca dominante, “racializando” o que não se enquadra neste fenótipo. Mooten (2021, p. 6, tradução nossa) acrescenta que:

[...] no Canadá, estudiosos identificaram a presença de formas específicas de racismo representadas, entre outros padrões, pela dissonância entre o multiculturalismo e a evidência de disparidades raciais em uma série de esferas socioeconômicas; e aumento dos atos de violência e discriminação contra povos racializados.

As normas iniciais de imigração foram taxativamente racistas e favoreciam abertamente a imigração britânica e do Norte da Europa para preservar as características culturais pelos movimentos *White Canadá* e *Keep White Canada* (“Canadá Branco” ou “Mantenha o Canadá Branco”, respectivamente), conforme *site Canadian Museum of Immigration at Pier 21*(c2022). O site destaca que a Lei de Imigração de 1910 concedeu maior autoridade discricionária ao governo para julgar admissibilidade e deportações em termos arbitrários como: proibir o desembarque de qualquer imigrante que fosse considerado “[...] inadequado para o clima, ou aos requisitos do Canadá” (*Canadian Museum of Immigration at Pier 21, c2022*).

Ou seja, no tocante a este ponto, muitas proibições foram acrescentadas pela Lei de 1910, que excluía taxativamente os imigrantes patrocinados por organizações de caridade para evitar pessoas empobrecidas e, podia ainda decretar a deportação de pessoas indesejáveis, propensas a conflitos sociais, que incluíam prostitutas, e detentos de prisões, hospitais e manicômios que não tivessem fornecido o domicílio formal. Esses poderiam, após residir por três anos no país, receber benefícios, dentre outras possibilidades. Assim, o desejo hegemônico britânico, alinhado ao racismo científico limitava os imigrantes (*Canadian Museum of Immigration at Pier 21, c2022*).

Jakubowski (1997, p. 12 *apud* Mooten, 2021) ofereceu reflexões sobre o objetivo dessa Lei e a imigração aos categoricamente “preferidos” vindos da Grã-Bretanha, Estados Unidos, França e, em menor grau, do Norte e da Europa Ocidental, bem como Triadafilopoulos (2012, p. 31 *apud* Mooten, 2021, p. 8, tradução nossa) que acrescentou que havia um desejo por “[...] agricultores saudáveis, brancos, de preferência britânicos ou americanos”.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, diante das denúncias de racismo científico pelas Nações Unidas ao então Holocausto, foi possível modificar os termos explícitos de discriminação racial na Lei de Imigração. Joppke (2005, p. 49 *apud* Mooten, 2021, p. 9, tradução nossa) descreveu que “[...] a raça foi banida como um princípio ordenador legítimo da ordem mundial”. Assim, a Lei de Imigração de 1952 substituiu o termo “raça” por “grupo étnico”, mas na prática, manteve a discriminatória “Política do Canadá Branco”, acompanhado de forma contínua pelas declarações oficiais que excluía grupos “racializados” e “não-preferidos”, como os asiáticos, africanos, caribenhos, indianos, etc., citados por Thobani (2007 *apud* RUBI, 2008, tradução nossa).

A desracialização completa ocorreu em 1967, após o Canadá adotar a política de admissão universal conhecida como sistema de ponto, regulamentado pela Lei de Imigração de 1976-77, que encerrou formalmente a “Era do Canadá Branco – *White Canadá*” (Thobani, 2007; Triadafilopoulos, 2012 *apud* Mooten, 2021, p. 10, tradução nossa). Entretanto:

[...] de acordo com o Diretor de Imigração, WR Baskerville, o objetivo da mudança foi ‘abolir a discriminação racial da política [do Canadá]’, deixando claro que ‘ainda daremos preferência em nossa seleção de imigrantes àqueles países que tradicionalmente abasteciam nossos imigrantes’ (Triadafilopoulos, 2007, p. 13 *apud* Mooten, 2021, p. 10, tradução nossa).

Considerando que a prática não mudou, o período temporal da adoção dessas políticas, foi curto para uma grande mudança cultural de desracialização. Isto posto, na análise e discussão, de Mooten (2021) foi enfatizado, que existe um consenso na literatura sobre o preconceito e discriminação e sobre suas práticas pós 1967, embora não seja evidente na legislação de imigração, a “raça” ainda é importante.

Em decorrência deste enfoque, Elrick (2020) demonstra a formalização dessa política de mérito, posteriormente, se inclinou somente em benefício da linha de classes considerada superior. Confirmando esta análise, existe uma propensão a

dissociar os programas de trabalhadores migrantes temporários do sistema de pontos² formal, embora tenham surgido na mesma época, visto que, tende a direcionar-se a trabalhadores “racializados”, considerados pouco qualificados, como uma solução para atender as demandas do mercado de trabalho, principalmente aos programas agrícolas e do esquema doméstico de cuidado. Quanto a isso, Mooten (2021) destacou que:

[...] referem-se a ‘hierarquias trabalhistas racializadas’ enraizadas na história do trabalho de assistência a migrantes alinhados com a lente interseccional de ‘raça’, gênero, classe, classe de entrada e origem geográfica que são informadas por ‘sistemas de dominação’ como o racismo e o sexismo. (Mooten, 2021, p. 14, tradução nossa).

Mooten (2021) expressa em sua conclusão a concordância com a literatura ao defender que o racismo e a discriminação não desapareceram nos programas de imigração canadense e mais do que isso, o fato de que esses programas modernos continuam a refletir suas raízes no racismo explícito e na discriminação da história da imigração do Canadá sugere que uma maior reflexão e ação corretiva por parte do governo federal pode ser justificada.

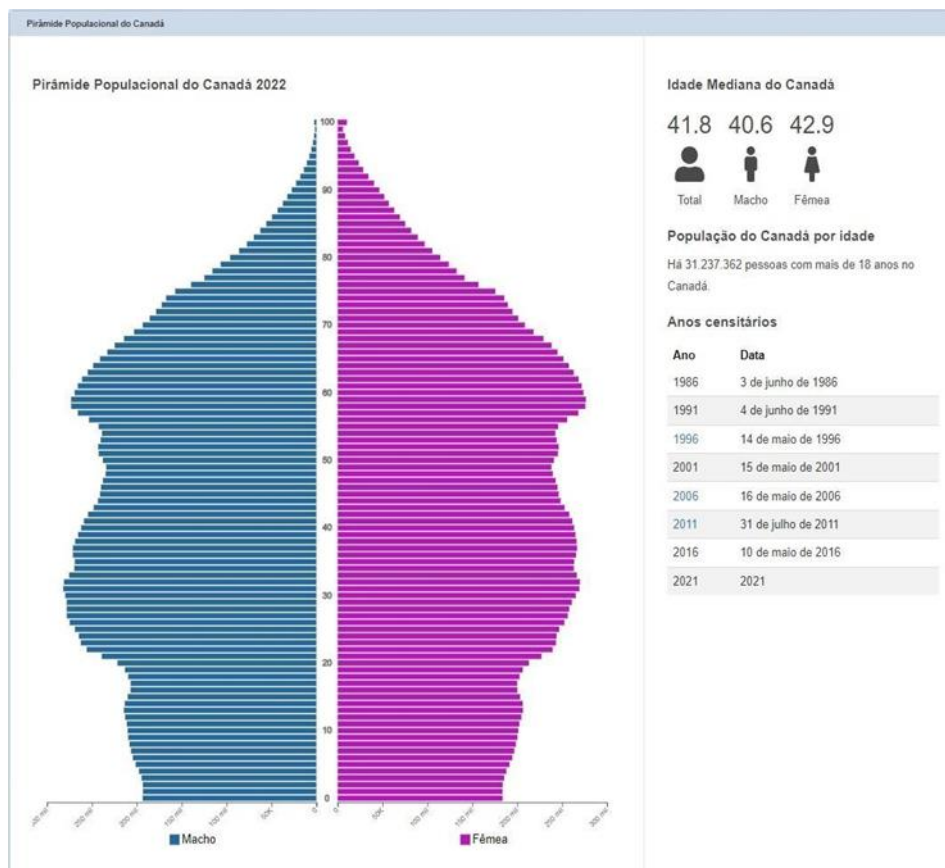
Apesar desse processo de avanço nos programas de imigração na tentativa de implementar leis e políticas antidiscriminação que seguem o objetivo de evitar a imposição de desvantagens, estereótipos ou políticas ou preconceito social, conforme enfatiza a *Ontário Human Rights Commission* (OHRC), ainda existe um longo caminho a percorrer, e a atuação estatal é de suma importância na redução dessas diferenciações e ambientação social do imigrante.

Com isso, no próprio *site* do Governo do Canadá são disponibilizadas muitas informações e contato para vários tipos de auxílios institucionais da *Immigration, Refugees and Citizenship* (IRCC) - Imigração, Refugiados e Cidadania do Canadá – visando esse papel institucional da redução da discriminação e desigualdades sistêmicas ponderando que o país precisa dos imigrantes para rejuvenescer a população já que a natalidade vem caindo, como demonstra a Figura 1: *World Population Review* que se baseia nas estimativas e projeções populacionais das

² O sistema de pontos estabelecido pelo Ministério das Migrações é conhecido como *express entry* ("entrada expressa", em tradução livre), um sistema ou metodologia de processamento de solicitações que estabelece quantos pontos são atribuídos a cada variável e qual pontuação total mínima é necessária para passar nessa seleção. A cada duas semanas o Ministério das Migrações atualiza esses critérios dependendo do contexto político e econômico. Portanto, o resultado de quem se candidata depende da medida que será avaliado no momento em que se candidatar.

Nações Unidas da Revisão de 2019 e nas estimativas históricas da população mundial, considerando o país como segundo maior território do mundo e 39º no Ranking Populacional Mundial.

Figura 1 - Pirâmide Populacional do Canadá 2022



Fonte: *World Population Review* (c2022).

Percebe-se que a população feminina é maior no país. Convém lembrar que as políticas de imigração ainda passam por mudanças. Alcançar a cidadania significa também refletir sobre as diversas categorias profissionais que vem sendo incentivadas no processo de imigração com a admissão permanente. As necessidades econômicas estão empurrando o país para os programas de acolhimento. A análise e discussão desse assunto aponta para importância da reflexão sobre os benefícios desses programas de acolhimento aos imigrantes oferecidos pelo Governo do Canadá, para o fortalecimento do senso de pertencimento e de comunidade do imigrante recém-chegado em adaptação em um novo país, pensando no papel social do Estado na redução das desigualdades através de sua gestão. A respeito disto, Lincoln *et al.*

(2021) em um estudo sobre a discriminação, marginalização, pertencimento de imigrantes Somalis apontava que:

A discriminação tem um efeito direto na piora da saúde mental; esse efeito foi mediado tanto por fatores individuais (estilo de socialização marginalizada) quanto pelo nível comunitário (senso de pertencimento). Esses achados sugerem que fatores associados às atitudes e comportamentos de uma sociedade receptora, além de seus apoios e restrições estruturais, podem ser particularmente importantes na compreensão da saúde mental dos imigrantes (Lincoln *et al.*, 2021, p. 1).

Essa contextualização destaca elementos importantes para refletir sobre a inclusão dos imigrantes em programas educacionais. Assim, ao refletir sobre a presente trajetória de imigração e aos estudos de gestão pública, memória institucional de um programa de inserção, se descortina o problema de pesquisa, à luz da teoria do reconhecimento social formulada por Axel Honneth. O recorte temporal desta pesquisa, evidencia a realidade atual focada em um momento crítico para o mundo todo, que foi o período da pandemia do COVID-19 (2019 a 2021).

Nesse sentido, propõe-se o seguinte questionamento inicial como foco analítico dessa pesquisa de dissertação: **Como a memória social e história de um dos programas específico para imigrantes oferecido pela gestão pública canadense, o *Newcomer Centre* (Centro de recém-chegados), das escolas públicas católica na cidade de Mississauga/ON, aborda a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social a partir das narrativas de um grupo amostral, sobre o período de 2019 a 2022, período extraordinário que contempla a pandemia do COVID19?**

1.3 OBJETIVO GERAL

Compreender a memória social e a história institucional do *Newcomer Reception and Assessment Centre* financiado pela gestão pública e executado através das escolas católicas da cidade de Mississauga/Ontário, no Canadá, a partir das narrativas de um grupo de imigrantes, sobre a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social teorizado por Axel Honneth, no período de 2019 a 2022.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) levantar dados qualitativos relativos à memória e história institucional e à gestão voltada ao programa de acolhimento para imigrantes recém-chegados das escolas católicas da cidade de Mississauga/ON, no período de 2019 a 2022, que inclui um período do ápice da pandemia do COVID-19;
- b) analisar e comparar as narrativas dos entrevistados imigrantes sobre as suas memórias sociais e institucionais influenciadas pelo Centro de Recém-chegados, que atua nas escolas católicas, e sua participação em atividades/ações voltadas para o pertencimento e reconhecimento social, e suas dificuldades;
- c) analisar as políticas públicas e ações do programa de inclusão e sua atuação nas escolas, que reconhece esses espaços de acolhimento e colaboram com o pertencimento e o reconhecimento social de imigrantes.

1.5 JUSTIFICATIVA

Compreender o tema abordado nesse estudo é relevante para vislumbrar a importância das ações estatais regulamentadas que forneçam o apoio institucional necessário para a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social, capaz de transformar as realidades sociais, culturais e econômicas dos imigrantes. Igualmente, ouvir a experiência dos participantes do programa de recém-chegados oportuniza conhecer o impacto da iniciativa em diferentes realidades, que se soma ao conhecimento já produzido sobre imigração, bem como, contribui para estudos futuros e mais complexos sobre a temática, que inclusive, podem motivar interessados na área a implementar programas semelhantes no Brasil, caso seja observada a eficácia dessas ações públicas.

Logo, a justificativa acadêmica desta pesquisa é ampliar o campo de estudos relacionados aos imigrantes, suas memórias e experiências de inclusão, pertencimento e reconhecimento social, frente a gestão pública de integração, acrescentando, inclusive, um conhecimento diverso sobre a percepção de memória social e institucional, que se altera diante dos conceitos transdisciplinares.

A justificativa social dessa pesquisa é reconhecer a importância da gestão pública e interferência governamental nas questões que envolvem a erradicação das

desigualdades e marginalizações históricas. Ademais, a assistência aos imigrantes acarreta melhora no desenvolvimento e bem-estar da sociedade à qual pertencem.

Por fim, profissionalmente, a pesquisa contribui para a integração da própria pesquisadora, que no caso, se encontra no processo de integração ao Canadá, tanto social como profissional. Além disso, conhecer mais a fundo a própria realidade contribui para uma melhor adaptação, visto o contato com outros imigrantes em situações parecidas, que já passaram pelas mesmas situações.

Com a finalidade de demonstrar o ineditismo aos itens propostos na presente produção científica, o estado da arte foi realizado na fase de planejamento do projeto de pesquisa, que está parcialmente materializado a seguir, levando em consideração as publicações disponíveis no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, disponível, na plataforma Sucupira, a partir das categorias de estudo: “Memória e História”, “Imigração”, “Reconhecimento Social” teorizado pelo autor Axel Honneth e “Gestão Pública”. A seleção foi dividida em duas etapas: a primeira foi quantitativa através de alguns filtros da plataforma que possibilitou dimensionar o uso desses vocábulos e, posteriormente, foi qualitativa, ao selecionar algumas pesquisas que mais se aproximavam aos fundamentos teóricos necessários para amparar o recorte aqui proposto, considerando o período de 2019 a 2021.

1.6 ESTADO DA ARTE NO CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES

A pesquisa no banco de dados teve como parâmetro as investigações publicadas nos programas de mestrado (dissertações) e doutorado (teses), fez uso de filtros de publicações com os anos de 2019 a 2021; áreas de conhecimento Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas, juntas e separadamente, de forma progressiva, que resultou nos dados apresentados a seguir.

Tabela 1 - Levantamento de Teses e Dissertações na Plataforma Sucupira CAPES

Categorias	Memória e História	Imigração	Reconhecimento Social (Axel Honneth)	Gestão Pública
Teses e Dissertações	638	2.668	155.290	4.016
Período: 2019 a 2021	137	396	23.520	921
Grande Área de Conhecimento: Multidisciplinar e Ciências Sociais Aplicadas	119	503	30.747	4.065

Fonte: Elaborada pela autora (2022) a partir de Plataforma Sucupira CAPES (Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior, 2022?).

1.7 QUANTO A BUSCA POR SEMELHANÇAS TEÓRICAS

A partir da pesquisa das categorias na Plataforma selecionou-se algumas publicações, cujas as expressões de busca, anteriormente descritas, possuísem relação teórica com o tema proposto, que possuíse certa pertinência para este estudo. Com isso, foi possível verificar que nenhuma das pesquisas já publicadas relaciona o tema proposto, o seu objeto e delimitações, com as bases teóricas que fundamentam esta investigação, consistindo-se em uma investigação científica original.

A categoria de estudo “Memória e História” vem sendo bem explorada quando se trata de buscar a realidade diretamente com as pessoas que conviveram ou vivem com certas experiências, bem como, delinear histórias de diferentes perspectivas, tanto pessoais, como institucionais. Aplicando todos os filtros, a busca selecionou 119 trabalhos. Contudo, foi selecionado de forma parcial duas pesquisas que demonstram a importância do uso da memória para examinar certas realidades.

A primeira refere-se a dissertação realizada por Taiane Naressi Lopes (2020) do mestrado em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com o título “A ‘Vila África’ na perspectiva de mulheres negras: território, racialização e memória em Taquara (RS) (Da década 1960 ao tempo presente)”, em que a autora descreveu em seu resumo que “[...] busca investigar, partindo da experiência feminina negra, os significados e sentidos atribuídos a este território vivo e presente atualmente” (Lopes, 2020, p. 6).

Na segunda dissertação selecionada para a categoria “Memória e História”, a autora Andréa dos Santos Benites (2017) usou as narrativas dos voluntários para elaborar a pesquisa intitulada “Ecologia de Saberes: (re)significando o programa de estudantes-convênio de graduação – PEC-G/UFRGS – a partir das narrativas de

estudantes africanos” apresentado para obtenção do grau de Mestre do em Memórias Sociais e Bens Culturais da Universidade La Salle, que expõe a experiência de imigrantes no território brasileiro através de suas memórias, e finalizou o resumo da pesquisa defendendo que:

Concluiu-se que, nesta investigação, há uma riqueza de saberes envolvendo as trajetórias prévias ao ingresso na UFRGS – relacionados às suas histórias de vida, formação educacional, situação cultural e social de seus países de origem, motivações para estudar no Brasil – e do cotidiano – aprendizagens, vivências e experiências locais, adaptação, estranhamentos locais e na universidade. Essas descobertas, por meio das narrativas de suas memórias, permitem compreender o contexto relacional em que essas trajetórias ocorreram e como (re)significaram o Programa (Benites, 2017, p. 8).

Na categoria “Imigração”, foram selecionadas mais duas pesquisas. Primeiramente, Fernanda Bizzo (2019), abordou o tema “A política multicultural de imigração no Quebec: os desafios de integração e de identidade” para o Mestrado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), que apesar de tratar de outra região do Canadá, é um complemento à presente pesquisa por constatar de forma empírica as dificuldades dos imigrantes, problematizando a política multicultural instaurada em 1971 como forma de integração de imigrantes resumindo que

Para tanto, um breve histórico sobre a imigração e a política imigratória no Canadá e no Québec são apresentados, seguidos de uma problematização acerca do colonialismo e da identidade. Por fim, entrevistas foram realizadas com o intuito de qualificar a pesquisa com depoimentos de imigrantes instalados no Québec em diferentes épocas e com diferentes trajetórias (Bizzo, 2019, p. 6).

Diante disso, ficará evidente se os imigrantes que participam dos programas públicos de integração aos recém-chegados conseguem uma inserção mais eficaz ao país de destino. Após, vale citar a dissertação da autora Ana Maria Morini (2021), nomeada “Emigrantes brasileiros qualificados no Canadá”, elaborada também para o Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, que se propôs “[...] a analisar como o contexto migratório se revelou determinante na inserção no mercado de trabalho destes indivíduos” (Morini, 2021, p. 6), que além da categoria de imigração, contribui também para a questão do reconhecimento social dos brasileiros no Canadá, e relata que:

Foram realizadas entrevistas com 15 brasileiros qualificados que moram e trabalham no Canadá em que se buscou levantar dados básicos do perfil, como sexo, idade, naturalidade, formação acadêmica, as suas experiências profissionais no Brasil e no Canadá, as motivações e procedimentos feitos para a emigração. Trata-se, portanto, de uma pesquisa empírica, de caráter exploratório, onde foram utilizados métodos de levantamento bibliográfico, documental e de campo, que levaram à produção de dados qualitativos. Assim sendo, essa dissertação comprovou a hipótese levantada, ou seja, que os emigrantes brasileiros qualificados no Canadá encontram dificuldades para conseguirem trabalho compatível com sua qualificação (Morini, 2021, p. 6).

Especificamente sobre a categoria de análise “Reconhecimento Social”, foram selecionadas três dissertações que discutem a teoria pelo viés do autor Axel Honneth, que colaborou na construção do pensamento para a elaboração desta pesquisa.

O título “Potenciais e Limites da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth: o equilíbrio tenso entre a imanência e a transcendência” da autora Kailla Oliveira Santos (2020), elaborado no programa de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC), a autora traz reflexões interessantes a se considerar na elaboração dessa pesquisa e resume que

Assim, nós procuramos apresentar esta perspectiva honnethiana baseada na relação tensa entre fundamentos empíricos e transcendentais. Decerto, este é o centro de nosso estudo: qual é o significado de uma Teoria Crítica empírico-transcendental de Honneth? Uma questão que também traz alguns problemas. Se é verdade que nosso autor escapa de déficits sociológicos, poderia ele também escapar de outros, como os déficits políticos no reconhecimento de lutas sociais externas às demandas da sociedade estabelecida, como os conflitos de diferentes culturas? Há um déficit em compreender as demandas empíricas para uma autorrealização como horizonte normativo? (Santos, 2020, p. 8).

Em complemento, o autor Vigevando Araujo de Sousa (2020), na dissertação elaborada no Mestrado em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (PPG-UFPI), nomeada como “A Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth: individuação e estima social”, indica que:

Esta pesquisa representa então, um esforço de retomar o debate a partir da questão do reconhecimento: individuação e estima social, levando em conta a problemática de uma subjetivação bem-sucedida, e como Honneth apresenta as esferas do reconhecimento: o amor que gera autoconfiança; o direito que gera autorrespeito e a solidariedade que gera autoestima social. Por fim, iremos avaliar criticamente o potencial da proposta de Honneth o a partir de Fraser e Forst (Sousa, 2020, p. 4).

Diante da mesma teoria, a pesquisa intitulada “As Lutas por Reconhecimento nas Nuvens: uma crítica materialista histórico dialética a Axel Honneth”, elaborada

pelo autor Rodrigo Bertolozzi Maluf (2019), no Mestrado em Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, trouxe uma crítica relevante à teoria de Honneth e evidenciou no resumo da dissertação que:

Ao partir da premissa de que as violações ao reconhecimento são morais, Honneth naturaliza as relações de exploração do trabalho, relações não morais que independem do sofrimento emocional e dizem respeito ao tempo de trabalho excedente que é expropriado dos trabalhadores. Submisso a essa lógica da ideologia contratual, o autor não enfrenta a essência e as determinações da 'pessoa de direito'; nem a lógica da equivalência entre iguais que permeia sua noção de mérito; tampouco o impacto da divisão da sociedade em classes na formação da família (Maluf, 2019, p. 11).

Quanto a categoria "Gestão Pública", as duas pesquisas selecionadas buscaram seguir um parâmetro teórico que trabalha na exposição de direitos e garantias relacionados ao bem-estar individual e social de responsabilidade do Estado. A autora Isabelle Liane Galvão de Medeiros (2020) nomeou sua pesquisa apresentada no Mestrado em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como "A Promoção da Transparência Pública a Partir das Demandas de Informações da Sociedade: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte", que resultou na exposição de falhas, concluindo:

O estudo apontou ainda para a necessidade de melhorias nas práticas de gestão da informação no IFRN. Como sugestão, fora proposto, para cada categoria temática, a publicação de informações que não estavam disponibilizadas em transparência ativa, bem como sugestões detalhadas de melhorias nas informações já divulgadas nos portais, com vistas a ampliar a transparência pública da instituição e, conseqüentemente, a qualidade na entrega dos serviços prestados, além de possibilitar uma possível diminuição nas demandas por informações (Medeiros, 2020, p. 8).

Por fim, Helena Mendivil Girardi (2020) nomeou sua dissertação para o Mestrado em Gestão Pública na Universidade Federal do Espírito Santo de "Melhoria Contínua na Gestão Pública: uma avaliação do serviço de atendimento ao público no planetário de Vitória/ES", e destacou que

Foram descritos indicadores para avaliação do grau de satisfação e insatisfação do público atendido e indicados meios de excelência que visam qualificar o atendimento do público visitante tendo em vista a busca pela gestão pública de qualidade. A fundamentação teórica foi baseada em conceitos de qualidade, gestão da qualidade e melhoria contínua na gestão pública, além de definições relativas à espaço formal, informal e não formal de ensino e conceitos específicos sobre planetários [...]. Como resultados, são apresentados o perfil do usuário/cliente do Planetário de Vitória nas sessões de planetário e observação do céu destinados ao público em geral às sextas-feiras, o grau de satisfação por meio da quantificação da qualidade

percebida e a proposição de melhorias para o atendimento [...] (Girardi, 2020, p. 8).

A partir desse levantamento quanto ao ineditismo da pesquisa, o projeto demonstrou-se viável, visto que não se encontrou nenhuma análise quanto à aplicação de programas estatais para acolhimento de imigrantes recém-chegados. Tendo em vista a apta proposta de pesquisa, continuou-se com a coleta de dados para a apuração dos objetivos propostos.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Para este estudo, usaremos o conceito construído pela sociologia de memória institucional e social como um instrumento para buscar a trajetória histórica do desenvolvimento do centro educacional em questão e, através das narrativas dos imigrantes que participam do programa para recém-chegados, evidenciar a importância de políticas públicas de acolhimento no bem-estar e na inclusão desses grupos que precisam se adaptar à uma nova estrutura social. Para isso, é necessário esclarecer a evolução científica do conhecimento do estudo da memória e história e/ou trajetória no tempo.

Outra parte importante para entender as políticas públicas de acolhimento a imigrantes como parte essencial do Estado é buscar dados dotados de cientificidade acerca da realidade desses grupos sociais que evidenciam os problemas e vulnerabilidades que precisam da intervenção do Estado, aproximando às teorias do filósofo e sociólogo alemão Axel Honneth.

Por fim, far-se-á uma contextualização sobre teorias de Gestão e Políticas Públicas a fim de ilustrar o papel do Estado no acolhimento dos imigrantes no trabalho à inclusão, pertencimento e ao reconhecimento social.

Desta forma, as categorias de análise dos resultados estarão teoricamente embasadas, demonstrando a importância de cada uma delas e sua intersecção para pensar na gestão pública de inclusão aos grupos mais suscetíveis socialmente. Então, expõe-se neste capítulo os fundamentos teóricos preliminares sobre as categorias de memória social e história institucional, imigração e reconhecimento social considerando a teoria de Axel Honneth, e sobre Gestão Pública.

2.1 MEMÓRIA E HISTÓRIA SOCIAL E INSTITUCIONAL: ASPECTOS DA IDENTIDADE

No estudo da memória e da história existem diversas perspectivas que se formaram ao longo do tempo. Contudo, nenhum conhecimento posterior conseguiu anular ou desconsiderar a perspectiva anterior e, com isso, os conceitos de memória, história e/ou trajetória demonstraram um termo plural e com ópticas de análise e nuances diversas. Diante dessa multiplicidade do conceito, é imprescindível trazer uma reconstrução dos estudos realizados ao redor desse termo, para demonstrar as

circunstâncias em que a memória e a história serão relevantes na análise dos resultados empíricos desta pesquisa.

Não existe um consenso quanto a um conceito fechado sobre memória e suas ramificações entre os teóricos que estudam o tema – à exemplo de memória social, individual, coletiva, esquecimento, formação da identidade, etc. – e envolve diversas áreas de conhecimento, como a Neurociência, Psicologia, Filosofia, Sociologia, Antropologia, História, e tantas outras. Contudo, a presente pesquisa tem o seu desenvolvimento com foco no conceito de memória social desenvolvido pelo sociólogo e filósofo francês da escola durkheimiana, Maurice Halbwachs, que viveu entre os anos de 1877 e 1945, quando foi assassinado no campo de concentração nazista na Alemanha.

Não há como falar de Halbwachs (1990) sem citar a influência absorvida pelas teorias de David Émile Durkheim (1858-1917). Durkheim é considerado o pai da sociologia por ter se dedicado a tratar a teoria empírica de forma científica ao se dedicar aos estudos dos fenômenos sociais e culturais, tornando-a uma área de conhecimento institucionalizada. Vares (2016, p. 93), apontou que “Durkheim concebe a sociedade como uma realidade *sui generis*, moralmente superior quando comparada ao indivíduo isolado” ao discutir a diferenciação entre sociedade e comunidade, chamado por ele de solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, respectivamente.

Na discussão trazida por Mocellim (2011), o autor aponta que sociedade e comunidade fazem partes dos termos sociológicos que permanecem controversos, por mais que o tempo passe e que novas teorias surjam, ainda que essas palavras sejam usadas com significados comuns e cotidianos, como as definições que constam nos dicionários, existem diversas teorias que os caracterizam e diferenciam conceitualmente de forma científica entre as vivências tradicionais e modernas.

Para o sociólogo Tönnies (1955 *apud* Mocellim, 2011), que viveu entre 1855 e 1936, a comunidade se desenvolve a partir de três pilares: o parentesco, a vizinhança e a amizade. Essas são formadas com uma relativa restrição de espaço e de número de membros que permita contato suficiente para manter o grupo coeso. Há equiparação de conhecimento, objetivos, hábitos e as formas de pensar e agir; “[...] as normas acontecem pelos costumes e tradições, e existe uma predominância nos relacionamentos pessoais e afetivos, o que significa o compartilhamento de valores e também maior grau de intimidade” (Mocellim, 2011, p. 109). E ainda:

Uma resenha de Durkheim (1995, p. 113) sobre Tönnies mostra a 'imagem de comunidade' evocada pelo último: A *Gemeinschaft* é uma comunidade. Ela constitui uma unidade absoluta que é incompatível com a distinção em partes. Para merecer o nome de comunidade, mesmo se estiver organizado, um grupo não é uma coleção de indivíduos que diferem uns dos outros; é uma massa, indiferenciada e compacta, que só é capaz de se mover em conjunto, e é direcionada pela própria massa, ou por uma de suas partes incumbida da direção. É um agregado de mentes tão fortemente coeso que ninguém é capaz de se mover independentemente dos outros (Mocellim, 2011, p. 109).

Portanto, a solidariedade, as relações afetivas e o compartilhamento de tradições são determinantes para a existência e manutenção de uma comunidade. À vista disso, esse é um grupo social limitado a grupos menores, como o seio familiar, as aldeias, vilarejos e pequenas cidades.

Já a sociedade na perspectiva de Tönnies (1995) só existe quando um grande número de pessoas se estabelece em territórios geograficamente extensos, o que dificulta proximidade pessoal e afetiva entre maioria das pessoas, e por consequência, os objetivos, modo de ser e de pensar, os costumes e os conhecimentos adquiridos são heterogêneos. Nesse caso, o compartilhamento de valores é menor ou inexistente, e existe um baixo grau de intimidade entre os membros, e, como resultado, as diferenças e variações culturais e no modo de ser individual são mais aceitos, em que muitos demonstram até indiferença na pluralidade. Por não haver uma maior identificação social, as normas precisam ser especificadas previamente por convenções, pelas Leis e pela opinião pública (Mocellim, 2011).

Essa impessoalidade se faz presente nas cidades maiores e metrópoles, onde há um grande número de pessoas diversas, habitando um mesmo espaço, com diferentes histórias, formações pessoais, fé, costumes, estilos, dentre outras características. Tönnies (1995a, p. 252 *apud* Mocellim, 2011, p. 111) acrescenta que “[...] enquanto, na comunidade, os homens permanecem essencialmente unidos, na sociedade eles estão essencialmente separados, apesar de tudo que os une”, e Mocellim (2011) corrobora dizendo que:

Na metrópole, emerge a atitude blasé, ou seja, uma incapacidade de reagir a estímulos e novas sensações. Essa atitude é resultante da intensidade e quantidade de estímulos aos quais os indivíduos são expostos cotidianamente na metrópole. Além disso, com o extensivo do grupo - como no caso dos grandes agrupamentos urbanos -, os contatos com outras pessoas se tornam menos intensos e pessoais, o que - mesmo que diminuam os laços sociais - aumenta a liberdade de ação das pessoas e dos grupos (Mocellim, 2011, p. 112).

Dentro do extenso trabalho de Durkheim (1999) as ideias de sociedade são encontradas na obra *Da Divisão do Trabalho Social*, publicado em 1893, que foi investigado sobre o viés do estudo da positividade moral e social: o direito, composto pelos códigos e regras da sociedade. De acordo com o autor, as regras morais sociais nem sempre reproduzem regras racionais, o que as torna de segunda ordem por serem difusas que carecem de continuidade e importância, dizendo especificamente que “[...] se pode haver tipos de solidariedade social que tão-somente os costumes manifestam, esses tipos são bastante secundários; ao contrário, o direito reproduz todos os que são essenciais, e são eles os únicos que precisamos conhecer” (Durkheim, 1999, p. 33). Para investigar as formas de solidariedade, é imprescindível ter em mente a ideia de consciência coletiva, chamada também de consciência comum, definida por Durkheim (1999, p. 50) como:

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de *consciência coletiva ou comum*. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e nas pequenas cidades, nas diferentes profissões. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, enquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira.

Oliveira e Bertoni (2019) retratam que a consciência coletiva em Durkheim pode se integrar em um sistema passível de auto sustentar-se e autogerir-se, cuja atividade se mantém por sua vitalidade e não depende da situação em que a consciência individual se encontra, sendo capaz de perpetuar-se pelas gerações, mesmo que a consciência individual ou particular, referentes às condições dos indivíduos, estejam apresentando contrariedades à coletiva. Isso faz com que a consciência individual seja enfraquecida, e não se pode negar o sofrimento iminente como consequência em ameaçar o que se acredita solidamente. À vista disso, surge como uma das principais manifestações de resistência o que foi chamado por Durkheim de representação, a contar de quando um modo de pensar é contraposto em vez de validado (Oliveira; Bertoni, 2019).

A vida mental, psíquica- individual e a vida coletiva do indivíduo são formadas por representações, e os dois campos se mantêm independentes enquanto conhecimentos científicos, apesar de serem comparáveis um ao outro. Portanto representações coletivas e individuais são estudadas de forma separadas, mas interdependentes. Destaca-se a visão durkheimiana que as representações coletivas refletem a forma como determinado grupo se vê em suas relações com os objetos que os afetam, vez que o grupo não se constitui da mesma maneira que os indivíduos e os eventos que os impactam são de outra natureza (Durkheim, 2007 *apud* Oliveira; Bertoni, 2019).

Oliveira e Bertoni (2019) destacam que as representações coletivas podem se valer das memórias como fonte, logo são capazes de se constituir através de processos mnemônicos. Acrescenta ainda que, quanto a isso, Durkheim (1924, 1970) defende que a concepção de memória não deve ser entendida como algo meramente biológico, mas sim, como um fenômeno que se associa ao que foi vivido e experienciado. Esse pensamento contrário à concepção tradicional de que a memória possui um critério orgânico restrito, e não psíquico, o que apoiava a ideia de que as representações não têm a capacidade de conservar e de fazer as imagens, ideias e sensações se perpetuar no tempo, já que não podiam ser conservadas.

Partindo desse pensamento sociológico de Durkheim, Maurice Halbwachs, que viveu entre os anos de 1877 e 1945, buscou a possibilidade de criar um conceito de memória que fortalecesse a conjuntura do fenômeno coletivo, que durante muito tempo foi negligenciada, e dedicou-se à reflexão entre as décadas de 1920 e 1940. Por efeito, o autor se preocupou com a forma em que as experiências vividas se reverberam nos grupos sociais – famílias, grupos religiosos, instituições, classes sociais, etc. – introduzindo o conceito de Memória Coletiva no campo das ciências sociais (Peralta, 2007).

Para Halbwachs a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é a de promover um laço de filiação entre os membros de um grupo com base no seu passado coletivo, conferindo-lhe uma ilusão de imutabilidade, ao mesmo tempo que cristaliza os valores e as aceções predominantes do grupo ao qual as memórias se referem. [...] Halbwachs considera, assim, que a memória colectiva é o *locus* e ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e no espaço (Peralta, 2007, p. 5).

Halbwachs (1990) defende que o conteúdo das memórias dos indivíduos é determinado de acordo com a identidade coletiva, que é estável e coerente, bem como, cada uma das memórias individuais é uma perspectiva sobre a memória coletiva. Assim sendo, a memória é constituída dentro dos grupos e, por elas, os grupos formam suas memórias, vez que é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias (1990, p. 38 *apud* Peralta, 2007) e que “[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo” (Halbwachs, 1990, p. 51), completando que:

Dessa massa de lembranças comuns, e que se apóiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social (Halbwachs, 1990, p. 51).

No intento de analisar a teoria de Halbwachs, Peralta (2007), enfatiza o ponto em que o autor destaca que o indivíduo apenas recorda-se enquanto membro de um grupo social, o que de certa forma sujeita as memórias individuais aos padrões coletivos, e ressalta que “[...] em última análise, o que recordamos, enquanto indivíduos, é sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo” (Peralta, 2007, p. 6).

Nesse aspecto, as memórias individuais e as coletivas, que vão formando a cultura do grupo, se influenciam de forma mútua à ponto de o sujeito não conseguir identificar o que é essencialmente *Seu* e o que é do *Outro* e, com isso, atribui-se a si mesmo os gostos, hábitos, sentimentos, ideias e pensamentos que foram inspirados pelo comportamento do grupo como sendo algo que teria partido da singularidade como resultado das diferentes exposições sociais aos quais estão suscetíveis. Halbwachs (1990) já defendia que os pontos de vista em que a memória coletiva influencia a memória individual se alteram de acordo com o lugar que os indivíduos ocupam, e este lugar também muda segundo as relações que se mantêm com os outros meios. Cabe fazer um adendo de que já por essas considerações, observa-se

que a memória já não podia ser definida como um conceito preciso, pois é condicionada a vários fatores sociais que se alteram no tempo e no espaço.

A esse respeito, Rios (2013) concorda ao retratar que a memória para Halbwachs (1999 *apud* Rios, 2013) é um fenômeno eminentemente coletivo e uma construção social que se constitui pelas relações mantidas pelos indivíduos dentro do grupo através de interação. O autor diz que essa afirmação é equivalente a dizer que:

[...] que o indivíduo só é capaz de recordar na medida em que pertence a algum grupo social – ou seja, a memória coletiva é sempre uma memória de grupo. Assim, só é possível ao sujeito construir e acessar lembranças na condição de membro de um conjunto ou totalidade que o ultrapassa, não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos. O indivíduo isolado não forma lembranças, ou pelo menos não é capaz de sustentá-las por muito tempo, pois necessita do apoio dos testemunhos de outros para alimentá-las e formatá-las. As memórias individuais se formam a partir da relação com o outro (Rios, 2013, p. 4).

Outro ponto importante a ser retratado é que a memória só é possível mediante a participação do indivíduo na formação das lembranças. Portanto, se a memória é coletiva, somente as pessoas são capazes de lembrar, mas “[...] o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, mesmo quando lembra individualmente” (Rios, 2013), pois jamais estamos sós, visto que a memória coletiva é o conjunto maior que abriga a memória individual e sempre estaremos absorvidos em uma imensidão de símbolos socialmente construídos que influenciam o nosso comportamento.

A memória individual representa uma parte dos fatos vivenciados dentro dos grupos, e esse contato constrói as lembranças que se baseiam nas experiências pessoais de cada um. Todavia, o sujeito precisa dos instrumentos disponibilizados pelo meio social que o influenciou para expressar sua experiência de forma compreensível e que possa ser comunicada, inclusive para assimilar os fatos a si mesmo. Para isso, as linguagens absorvidas na sociedade ao qual o sujeito está inserido é indispensável, já que um indivíduo isolado não seria capaz de assimilar ou construir quaisquer tipos de experimentações (Rios, 2013).

Segundo Halbwachs, as memórias individuais se constituem a partir de ‘quadros’ fornecidos – ou impostos – pelo meio social. Esses são os chamados ‘quadros sociais da memória’, que funcionam como pontos de referência para a construção subjetiva de lembranças. *Eles determinam o que deve ser lembrado, esquecido, silenciado ou comemorado pelos indivíduos.* A contextualização realizada pelos quadros sociais inclui, ainda, a

padronização social do tempo e do espaço, dimensões fundamentais da experiência humana (Rios, 2013, p. 6).

Halbwachs (1990) entende a memória como uma reconstrução temporal que usa o presente como elemento chave, que seleciona as lembranças de certo momento no plano individual e coletivo. Não obstante, elas podem conter variações a depender da posição que o sujeito ocupa e com as mudanças das relações do grupo com outros meios. Assim, a memória é uma relação que se estabelece entre o presente, passado e a orientação espacial ao qual os grupos buscam manter a preservação da sua identidade, em conjunto com a forma de expressão, portanto, os quadros sociais da memória são explícitos: espaço, tempo e linguagem.

Os registros de memórias são capazes de fornecer ao futuro algumas formas de experienciar o passado e as memórias de pessoas passadas, construindo uma identidade. Rios (2013, p. 6) chama a atenção para o fato de que são registradas e construídas no tempo de forma “[...] incompleta, parcial e cambiáveis, [já que] podem variar conforme a posição que ocupamos num determinado grupo e conforme mudam as relações desse grupo com outros meios”. Considerando o espaço, cada grupo exerce uma relação particularmente e o estabelece de acordo com suas convenções sociais que orientam o espaço com semelhanças ao grupo, e exemplificou a denominação de memória citando o caso dos prédios arquitetônicos, monumentos históricos, e patrimônio material. Por isso, ensina que:

A padronização do tempo e do espaço permite, portanto, a formação de memórias, que cumprem uma função social fundamental: elas contribuem para a manutenção e coesão dos grupos, na medida em que ajudam a produzir o sentimento de identidade entre seus membros. Segundo Halbwachs, o compartilhamento de memórias contribui para a formação de uma ‘comunidade de sentimentos’. Por meio da memória, o grupo lança suas raízes no passado, assentando suas origens num momento distante e, muitas vezes, mítico. Essas memórias são objetivadas no espaço, conferindo materialidade e estabilidade ao modo de vida do grupo (Rios, 2013, p. 7).

Além dessa associação entre memória e identidade, é importante frisar a comparação feita por Halbwachs (1990) sobre a memória e tradição em paralelo a história, que também pode ser chamada de memória histórica. Para o autor, as memórias são as experiências que se mantêm na sociedade ou grupo social através das lembranças que são compartilhadas pela existência de laços. Trata-se da visão interna que os grupos possuem sobre si mesmos diante das diversas vivências, as lembranças formadas pela coletividade que se mantêm cultivadas no próprio grupo, e

se tornam tradição. Então, para que a tradição seja preservada e perdure no tempo a lembrança precisa ser alimentada, que acontece quando o grupo se mantém próximo e com senso de comunidade e Halbwachs (1999, p. 86) afirma que existem transformações e vão segmentando-se, e mesmo que se mantenham no mesmo lugar,

[...] acontece que pela renovação lenta ou rápida de seus membros, torna-se realmente um outro grupo que tem senão poucas tradições comuns com aqueles que o constituíam no início [já que] toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.

Em contraponto, a história ou memória histórica corresponde a um quadro de mudanças por saber que as sociedades se modificam e, por isso, concentra-se no conjunto que possuem interligações, mas separando-as por acontecimentos históricos descontínuos, estabelecendo os marcos. Enquanto uma disciplina, a história é representada através de registros escritos por pessoas que pesquisaram e reconstruíram vestígios de acontecimentos que não fazem parte da memória de nenhum grupo vivo, pois “[...] a história só é possível e só se faz necessária quando a memória-tradição já não existe mais” (Rios, 2013, p. 7). À vista disso, ela é capaz de separar épocas que foram vividas linearmente, mas apontando mudanças bruscas quanto às diferenças dos povos e indivíduos e as mudanças lentas quanto as evoluções coletivas: “[...] desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total” (Halbwachs, 1999, p. 86), apesar de deixar claro que a história não representa uma memória universal do gênero humano, pois essa perspectiva absoluta não existe.

As reflexões feitas por Halbwachs entre as décadas 1920 e 1940 ficaram adormecidas até os anos de 1970 e 1980, em que alguns estudiosos estabeleceram e solidificaram os estudos sobre o tema como um objeto e fonte de dados no campo das ciências sociais, mas que dialoga muito bem com a história, psicologia, psicanálise e entre outras. Esse trabalho em concretizar os estudos da memória como uma ciência formou métodos de pesquisa que são muito utilizados e validados na atualidade, como a história oral, a nova história, a história do tempo presente (Rios, 2013).

Dentre esses pesquisadores estava o sociólogo Michael Pollak, que viveu entre os anos de 1948 e 1992, e inovou o conceito acrescentando algumas problemáticas em relação a memória coletiva ser parte das memórias individuais, em que os indivíduos participam ativamente da construção das recordações coletivas, e por isso,

o caráter coletivo da memória é insuficiente porque os indivíduos regem as influências externas que constroem suas recordações próprias e individuais.

Rios (2013) retrata que Pollak (1992) concorda com Halbwachs nas afirmações de que a memória é um fenômeno coletivo por se tratar de uma construção social. Nesse aspecto, a memória implica em um processo de escolhas parciais e seletivas, sendo uma construção do passado que se realiza no presente, o que a torna variável e múltipla considerando que cada grupo sustenta um conjunto de lembranças. Então, Pollak (1992) mantém uma continuidade importante com a obra de Halbwachs, mas existem diferenças substanciais que merecem ser destacadas e vêm sendo utilizadas pelos autores no estudo da temática. Nesse caso, a seletividade para Halbwachs acontece porque é impossível registrar todos os momentos do passado, mas Pollak (1992) chama de “enquadramento” e exclui que isso aconteça de forma aleatória, porque aos indivíduos e os grupos destacaram elementos que contribuirão para a formação de uma identidade positiva, auxiliando e privilegiando para ter uma posição de poder e status, ainda que não seja totalmente consciente e programado.

Pollak (1992) também, não se sujeita completamente aos “quadros sociais da memória” de Halbwachs composto pelo espaço, tempo e linguagem, já que o poder de eleger suas memórias individuais ou em grupos devem ser considerados. Assim, defende que as memórias individuais ou coletivas são constituídas por três elementos ou critérios: os acontecimentos, pessoas ou personagens e os lugares da memória.

Quanto aos acontecimentos, Pollak (1992) cita os que são vividos pessoalmente e o que chamou de “vividos por tabela”, em que fatos vividos pela coletividade em que aquela pessoa se sente pertencer se tornam tão relevantes que é impossível que ela saiba se realmente participou ou não. Sobre os personagens da memória, pode acontecer de pessoas conhecidas indiretamente se transformem quase em conhecidas, mesmo que não pertençam ao mesmo espaço-tempo. Por fim, cita que os lugares podem ser firmados com tamanha importância na memória do grupo dos seus membros, seja por tabela ou pelo sentimento de pertencimento àquela coletividade, que se tornam formadores de memórias, mesmo que sejam distantes ou fora do espaço-tempo da vida daquelas pessoas. Acrescenta que:

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de

projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (Pollak, 1992, p. 201).

Um fato interessante sobre o artigo de Pollak (1992) é que se baseia nas próprias experiências de pesquisas que envolviam fontes de dados baseados nas memórias e histórias que produziu sobre os campos de concentração, guerra da Normandia, história de vida de mulheres deportadas, etc. Então, o autor conseguiu ver de perto e na prática as implicações da memória e sua formação com interferências individuais e coletivas, e até mesmo constatar a influência do esquecimento.

Em conclusão, as memórias podem ser construídas em fatos reais vivenciados, ou não. As lembranças são dotadas de confusões, imprecisões, invenções, projeções e incoerências que podem ser intencionais ou não, e ainda partindo de esquecimentos e silêncios que acontecem consciente ou inconscientemente, além da desordem cronológica (Rios, 2013).

Pollak (1992) também se assemelha a Halbwachs (1990) ao considerar que a memória contribui para que o sentimento de identidade dos indivíduos e grupos sejam construídos, sendo “[...] um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (Pollak, 1992, p. 204), mas também para o Outro. Em sua análise sobre o autor, Rios (2013) acrescenta os três elementos que concebem essa noção de identidade:

1) unidade física – que se refere ao corpo, no caso dos indivíduos, e ao território, no caso dos grupos; 2) continuidade no tempo e 3) sentimento de coerência. Ao lançar as origens de um grupo no passado, investindo-o de autoridade, a memória serve de base para a construção de uma narrativa coerente sobre sua trajetória, contribuindo para a criação do sentimento de identidade. Essa seria, portanto, a ‘função’ da memória: ela participaria não só da criação do senso de igualdade entre os membros de uma dada coletividade, mas também da demarcação de fronteiras entre os outros (Rios, 2013, p. 10).

Entretanto, quanto a função da memória atuar sobre os Outros, a identidade construída pelo indivíduo foge do seu controle quanto a visão exterior que será passada. Pollak (1992) afirma que nenhuma construção da autoimagem é isenta de mudança, de transformação e negociação em função dos outros.

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não

são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1992, p. 204).

Para Pollak (1992) a memória são construções sociais que remontam o passado sob o viés dos interesses e inquietações individuais e do grupo no presente. Logo, tem um caráter circunstancial e mutável que sempre está em processo de mudança e reinterpretação, apesar de manter algum nível de conformidade com as já existentes, porque a constituição dessas lembranças trabalha para a manutenção das representações daquele coletivo, caso contrário, pode ocorrer uma crise de identidade (Rios, 2013).

Já sob essas considerações, pensar na imigração e considerar que existe um rompimento com o seu grupo de origem para integrar outro com memórias, histórias e vivenciando o presente de forma diferente, é quase impossível que seja realizada sem nenhuma instabilidade e desequilíbrio, tanto para o indivíduo quanto para a nova coletividade que o recebe; isso já demonstra importância do acolhimento para que as memórias e as identidades heterogêneas possam se coabitar de forma que ocorram menos disputas.

Nesse aspecto particular, Rios (2013) diferencia Pollak de Halbwachs vez que o primeiro enxerga que grupos homogêneos é resultado da hegemonia do grupo mais poderoso sobre os demais, que se tornam marginalizados, e é a diversidade que transforma a memória em um objeto de disputa e conflitos, porque os grupos buscam preservar suas histórias e visões do passado por imposição, usando como recurso o “enquadramento”; enquanto Halbwachs entende a homogeneidade como uma manifestação de funcionalidade e multiplicidade, em função de as lembranças serem cultivadas particularmente por cada grupo.

Pollak (1989) chama as memórias dos grupos marginalizados de “memórias subterrâneas”, que se refere às lembranças das minorias políticas, movimentos sociais, segmentos mais vulneráveis, etc., que apesar reprimidas e ameaçadas ao esquecimento, geralmente se mantêm forte nos pequenos grupos como um projeto de resistência política e cultural para o futuro, transmitindo-se por vias informais em núcleos que tendem a demonstrar mais afetividade e identificação. Essas lembranças são marcadas pela oralidade, e por isso as entrevistas que reconstituem experiências individuais são métodos privilegiados para abordar história oral e de vida.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 5).

Outro estudioso que se dedicou ao estudo da memória e da história é o antropólogo francês Joël Candau, autor contemporâneo que elaborou as separações entre as formas de memória com base na antropologia cognitiva, mantendo o pensamento de que memória tem um papel fundamental na formação da identidade. O que certos grupos selecionam para se lembrar ou esquecer, validam ou invalidam comportamentos, discursos, orientações políticas e sociais, etc., com foco em analisar as formas em que as memórias se manifestam, que se diferenciam a depender dos tipos de sociedades, grupos e indivíduos.

Candau (2014) defende que a memória se manifesta de três formas diferentes, as quais chamou de “protomemória”, “memória” e “metamemória”, que são adequadas e válidas para caracterizar realidades vividas conscientemente pelas pessoas, de forma individual. Para o autor, existe uma dificuldade em considerar o passado porque a memória das pessoas se apoia na história que viveu, no seu presente, e não na história aprendida.

A “protomemória” é considerada por Candau (2014) uma memória de baixo nível, como um tipo de “memória social incorporada”, que se enquadra naquilo que é imperceptível, sem que haja uma tomada de consciência. A que:

[...] no âmbito do indivíduo, constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Grosso modo, podemos dispor sob esse termo a memória procedural [...] a memória repetitiva [...] ou ainda a memória social incorporada, por vezes marcada ou gravada na carne, bem como as múltiplas aprendizagens adquiridas na infância e mesmo durante a vida intrauterina [...] memórias gestuais [...] transmissão social que nos ancora e em nossas práticas e códigos implícitos, costumes introjetados no espírito sem que nele se pense ou sem que disso se duvide, traços, marcas e condicionamentos constitutivos do ethos e mesmo alguns aspectos que jamais são verbalizados. Essa forma de conhecimento ou ‘senso prático’ é o que nos permite agir quando necessário sem que se pergunte ‘como se deve fazer’. Nesse caso, observa Bourdieu, o passado não é representado, mas age pelo corpo ou, mais exatamente, ‘está presente agindo nas disposições que ele produziu’ (Candau, 2014, p. 22).

Outra manifestação é a “memória” propriamente dita ou também chamada de alto nível pelo autor. Esta é produzida essencialmente sobre a recordação ou reconhecimento; é a “[...] evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos etc.)” (Candau, 2014, p. 23), e igualmente feita também pelo esquecimento, que pode beneficiar-se do que chamou de extensões artificiais derivadas do fenômeno geral que trabalha na expansão da memória. Por fim, nomina de “metamemória” o que considera como uma memória ostensiva, reivindicada pelo indivíduo, sob a qual se constrói a identidade, dizendo que:

[...] a metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória, o conhecimento que tem dela e, de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao ‘modo de afiliação de um indivíduo a seu passado’ e igualmente, como observa Michael Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade (Candau, 2014, p. 23).

O foco de Candau (2014) é explorar a relação entre memória e identidade como duas coisas indissociáveis, vez que a busca pela memória sempre gera um sentimento de identidade, ao mesmo tempo em que não se consegue alcançar identidade sem o uso da memória. Considera a identidade como uma representação socialmente construída ao longo do tempo, nutrida pela ilusão de que as lembranças são capazes de fazer o indivíduo reviver o passado, e para isso, pesa as estruturações temporais como essencial para que haja identificação entre as identidades e as memórias, que se manifestam facultativamente.

Apesar disso, sabe-se que é impossível reviver algo; o que acontece, é a reconstrução via trabalho da memória, é refazer, repensar, com imagens e ideias afetadas pelo hoje, o que foi vivido no passado: “[...] a memória não é sonho, é trabalho” (Bosi, 2002, p. 107 *apud* Cortes *et al.*, 2021, p. 302)

E em oposição a outros autores, Candau (2014) considera que a essência da memória é individual, dentro dos aspectos da metamemória, pois cada pessoa tem pensamentos e interpretações únicas, e por esse motivo, acredita na impossibilidade de existir memórias coletivas, mas sim memórias evocativas. Com isso, os membros dos grupos estabelecem a memória supostamente comum pelo compartilhamento hipotético de lembranças que se estabelecem por uma parte do grupo ao alcançarem uma posição “[...] dominante, majoritária ou unânime” (Candau, 2014, p. 24).

De fato, em sua acepção corrente, a expressão ‘memória coletiva’ é uma *representação*, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo (Candau, 2014, p. 24).

Quando faz referência a um grupo de pessoas, Candau (2014) ressalta que o termo “identidade” é inapropriado, assim como “identidade cultural ou coletiva”, sustentando que:

[...] as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de ‘traços culturais’ – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociais situacionais – situação, contextos, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de ‘visões de mundo’, identitárias ou étnicas. Essa emergência é a consequência de processos dinâmicos de inclusão e exclusão de diferentes atores que colocam em ação estratégias de designação e de atribuição de características identitárias reais ou fictícias, recursos simbólicos mobilizados em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados (Candau, 2014, p. 27).

Compreender que a aplicação da metamemória é diferente quando considerado o contexto de grupo e individual é importante para distinguir que a identidade não está relacionada apenas com as experiências incorporadas pelos indivíduos, mas podem transmitir uma essência à grupo que compartilha memórias sem que essa seja precisa em refletir a realidade. Cortes *et al.* (2021, p. 303-304) explicam que:

Candau (2016) reflete sobre a pertinência de expressões, como ‘nação’, que generalizam um conjunto de indivíduos e dão a falsa ideia de que todos compartilham os mesmos aspectos sociais e culturais. A essa hipostasia, o autor denomina retóricas holísticas que compreendem a crença do compartilhamento de uma memória coletiva e geram uma tripla confusão, esclarecida por Candau (2016, p. 32), entre: lembranças memorizadas (conservadas) e lembranças manifestadas (verbalizadas ou escritas); memória compartilhada (crença no compartilhamento) e atos de memória (constatação de atos em comemoração, museus, narrativas); ato de memória (fato de lembrar algo) e o conteúdo desse ato (o que é dito).

Com isso, pode-se observar que a memória compartilhada e reivindicada como comum pode ser modificada pela herança da metamemória de cada indivíduo, que reconstrói dinamicamente a sociedade, principalmente quando existe uma grande diferença de subjetividades que fazem parte do mesmo grupo temporal e espacial.

Ponderando sobre o pensamento de Halbwachs (1990), e de Candau (2014) é possível relacionar que pensar em quadros sociais da memória é mais pertinente do que em memória coletiva, já que para construí-la e reconstruí-la, passa-se por

vivências passadas, circunstâncias sociais e registros (tempo, espaço e linguagem). Portanto, “[...] a partir dessa concepção, revela que a memória humana é uma faculdade individual influenciada e moldada pelo meio social, porém isso não a torna coletiva” (Cortes *et al.*, 2021, p. 304).

Ainda sobre Candau (2014) é importante dizer que ele contempla um momento de esgotamento das grandes memórias coletivas que estabelecem laços sociais e individuais no tempo presente, porque as memórias fortes estão em declínio, e as memórias diversificadas, confusas e oportunistas estão ganhando espaço, fazendo ainda com que as identidades coletivas percam sua importância e grupos sociais sejam afetados por grandes disputas entre si.

Em certa conformidade, Pierre Nora, historiador francês nascido em 1931, associado ao estudo da identidade e memória no campo da chamada Nova História, traz um pensamento mais céptico quanto às mais atuais manifestações e representações da memória, fazendo parte das concepções clássicas. Atualmente os processos históricos passam por um acelerado movimento de transformações e, com isso, o autor observa que existe um grande esforço para manter a memória significativamente resguardada e preservada por meio certos locais ou lugares: “[...] fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. [...] Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (Nora, 1993, p. 7). Tal diagnóstico foi baseado em transformações específicas que aconteceram principalmente na França em dimensão política, econômica, social, geopolítica, e no status do país como potência, o que gerou uma crise dolorosa sobre a identidade nacional francesa, e partir disso, persistiram em buscar lugares onde ela ainda existia, mesmo que fosse apenas como lembrança.

Para o mesmo autor, a memória se caracteriza por evocar acontecimentos passados que se manifestam no presente por propagação oral ou advindas das experiências pessoais, instigadas por emoções afetivas, em que se misturam memórias semelhantes relacionadas à mesma experiência na perspectiva de outros indivíduos do mesmo grupo, sejam elas vivenciadas ou difundidas: “[...] sempre em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações” (Nora, 1993, p. 1 *apud* Ferreira, 2016, p. 137). Por considerar perspectivas e propósitos diferentes, tem uma natureza instável, parcial e seletiva, que busca uma forma comunitária de sentir entre àquele grupo. É fenômeno atual e vívido, que evolui diante

do diálogo que mantêm com a lembrança e o esquecimento de forma inconsciente, é vulnerável às manipulações e sensível a quaisquer transferências, censas, projeções ou censura, tem sua natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada.

Na entrevista concedida a Evelyn Erlij, Nora (2018) especifica que a história é o registro construído baseado em documentos ou materiais documentados que permitem reconstituir eventos passados. Por esse motivo, sempre é um fenômeno cumulativo, realizado posteriormente por memórias coletivas, que se alcança através de método científico sistematizado com fontes selecionadas buscando uma forma de veracidade, mesmo que não seja “a” verdade por ter natureza relativa, e passa a ser transmitida de forma intelectual e consistentemente de forma voluntária e deliberada.

Com minuciosas comparações entre memória, história e/ou trajetória, os limites de uma e outra tendem a ser confundidos, apesar de serem opostas. Nora (1993) tentou caracterizar os dois registros de forma independente um do outro na tentativa de fazer a história dessas memórias coletivas, e pontua expressamente da seguinte forma:

[...] longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, censas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (Nora, 1993, p. 9).

Para o autor, a história era a tradição da memória e se tornou o saber da sociedade sobre si mesma. A partir disso, se transformou em “[...] laboratório de mentalidades do passado” (Nora, 1993, p. 12), se liberando da identidade nacional e perdendo a vocação pedagógica de transmitir valores, ao que cita as crises da escola

como demonstração dessa realidade. Nora (1993) buscou respostas à inquietação quanto a essa perda de identidade nacional e comunitária que era transmitida para conservar os valores do Estado-Nação, posto que este conceito já não carrega características de unidade, substituído pela dupla Estado-Sociedade: “[...] a nação não é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social; e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória” (Nora, 1993, p. 12).

Por entender a história como essa reconstrução, Nora (1993) passou a considerar o conceito de “lugares da memória” e “lugares da história”, porque a memória coletiva partia de símbolos, insígnias e locais onde as manifestações de identidades únicas eram conservadas:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralização passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (Nora, 1993, 12-13).

Os lugares de memórias se preservam no sentimento de que não existe memória espontânea, e os arquivos precisam ser criados: os aniversários, a organização das celebrações, notariar atas, etc., porque essas operações não são naturais, e reprocessadas pela memória coletiva. Essa reflexão faz com que a memória seja tomada como história para Nora (1993), pois o que hoje chamamos de memória, já é história; se existe a necessidade de rememorar, existe a necessidade de produzir história.

A percepção de lugares da memória carrega três aspectos simultaneamente, são eles: material, simbólico e funcional, apenas com graus diferentes de cada um deles, mas sempre coexistindo. Explica a materialidade por se tratar de um conteúdo demográfico; funcional por garantir as hipóteses de cristalização da lembrança e sua transmissão; e com definição simbólica em virtude de caracterizar “[...] por um acontecimento ou uma experiência vivida por um pequeno número uma maioria que deles não participou” (Nora, 1993, p. 22).

Em uma perspectiva mais atual, a professora psicanalista Jô Gondar, que mantém seu interesse direcionado aos estudos da memória, defende o termo como um território polissêmico, que jamais recebe uma resposta única por carregar vários sentidos em harmonia com cada pensador e os diferentes saberes ao que se ocupa. Em seu trabalho publicado em 2008, a autora problematiza a separação conceitual de memória individual, memória coletiva e memória social, e explica de forma breve o caminho do conceito no tempo pela reflexão de diversos pensadores, mas por fim, encara que a polissemia da memória poderia ser seu ponto falho, mas ao contrário, representa sua riqueza, insistindo no conceito inacabado que, justamente não poder explicá-la e defini-la, insiste em pensá-la.

Gondar (2008) demonstra que a memória faz com que o passado possa ser recordado e reinventado, como pretendem as situações analíticas quando se deparam com uma nova situação ou um novo encontro. A história de um sujeito, seja ela individual ou coletiva, pode ser passada por história nos diferentes aspectos que surgem de suas relações, assim, “abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos – já que todos eles são sujeitos sociais”.

Sustentando esse posicionamento, a supracitada autora elabora cinco proposições sobre memória social que demonstra a impossibilidade de formular um conceito de memória nos moldes clássicos, de maneira unívoca e simples, diante da sua impermanência do que “é” de forma fixa e estável no passado, presente e futuro. A única característica sólida no conceito de memória é a sua reconstrução permanente, pois representa simultaneamente o “[...] acúmulo e perda, arquivos e restos, lembrança e esquecimento” (Gondar, 2016, p. 19).

A primeira proposição é exatamente sobre esse assunto, a transdisciplinaridade do campo da memória social. Essa característica faz com que a memória social como objeto epistemológico passível de ser conceituada não seja atribuída a nenhuma disciplina tradicionalmente existente diante da incapacidade de todas em responder e abarcar a sua complexidade. Logo, nenhuma delas goza da prerrogativa de produzir o seu conceito. Nesse caso, contemplam novos problemas que produzirão novas teorias e conceitos, e não se vale de teorias já existentes para reduzir os problemas. É um exercício de análise.

Tal proposição se diferencia das abordagens multidisciplinares e interdisciplinares, aos quais a autora faz questão de ressaltar, explicando que os procedimentos multidisciplinares se referem a necessidade de um somatório de disciplinas para que consigam desenvolver um mesmo objeto teórico sem que haja necessidade de cruzar as diferentes análises, e cada área consegue se manter na sua própria esfera: “Afirma-se a polissemia discursiva, mas a ordem disciplinar se mantém” (Gondar, 2016, p. 21). Já nas abordagens interdisciplinares existe o tratamento quanto ao mesmo objeto ser discutido em diversas disciplinas, com a diferença de que essas reflexões são postas em diálogo buscando um consenso; naturalmente o leque de conhecimento se abre, mas a divisão entre as disciplinas permanece, e não subvertem a estrutura do saber, ainda que se ouça o que as outras tenham a dizer.

A segunda proposição se baseia na hipótese de que o conceito de memória social quanto a relação com o campo de conhecimento e dos discursos na esfera prática é ético e político, sendo este mais um ponto complicador sobre a multiplicidade de significados que a memória carrega. A polissemia do conceito pode parecer imparcial quando apresentada suas diversas noções, mas não são equivalentes, já que a autora demonstra que “[...] qualquer perspectiva que tomemos será parcial e terá implicações éticas e políticas” (Gondar, 2016. p. 24), acrescentado que

Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erigida com base em quadros sociais bem definidos e delimitados, como o fez Halbwachs (1992), leva-nos a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault (DELEUZE, 1987), implica outra ética e outra posição política. Seriam essas perspectivas equivalentes? Não se pode situar em planos semelhantes a proposta ética de Halbwachs, na qual a memória serve à manutenção dos valores de um grupo, e uma abordagem em que a memória se torna um instrumento privilegiado de transformação social (Gondar, 2016. p. 24).

Essa concepção faz com que a seleção e a interpretação da memória já vivida, no presente, elejam o que vale a pena ou não ser recordado no futuro, que resulta da montagem da sociedade que a produziu e impacta nas sociedades que continuaram a viver, até o presente em que fazemos parte. Gondar (2016, p. 25) denota que “[...] o conceito de memória, produzido no presente, é uma maneira de pensar o passado em função do futuro que se almeja” e qualquer que seja a escolha teoria que se enquadre, o pesquisador compromete-se ética e politicamente: não há proposta neutra e imparcial ao tratar do conceito de memória social, “toda perspectiva envolve a escolha

de um passado e a aposta em um futuro. Cabe-nos responder por essa escolha e pelas consequências que ela implica.

Por esse caminho, a terceira proposição da autora considera que a memória implica o esquecimento, considerando que o viés de atenção e escolha dos fatos aborda de forma ainda mais crítica a relação do que será lembrado e do que será esquecido. Gondar (2016) explica que na Grécia Antiga, havia a dicotomia de pensar a lembrança como uma forma positiva e o esquecimento como negativo, já que este segundo afasta os fatos da verdade, que distanciava a sociedade da sua identidade e origem, o que desconsidera que as mudanças que a sociedade experimenta também podem ser positivas, mesmo sendo fruto do esquecimento inevitável.

Para falar sobre isso, Gondar (2016) expõe críticas ao pensamento clássico de Nora sobre o conceito de lugares de memória, que busca responder aos impasses da perda das identidades nacionais e comunitárias que preservavam a transmissão e conservação de valores sociais, vez que a criação desses lugares se faz para compensar o esquecimento, reparar o dano e ressarcir essa perda:

[...] nesse sentido, os lugares de memória são uma tentativa de contrabalançar o que foi destruído, 'lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos' (NORA, 1993, p. 14). Nora lastima a perda de uma 'memória verdadeira, social, intocada, aquelas cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo', em prol da nossa, 'que é só história, vestígio e trilha' (NORA, 1993, p. 8). Numa argumentação construída a partir de oposições – memória viva e memória de prótese, lugar e meios, memória e esquecimento, memória e história –, o historiador francês nos apresenta uma solução indenizatória, centrando-se na ideia de que as referências ou os modos de vida perdidos seriam os melhores ou os mais certos (Gondar, 2016, p. 27).

Criticamente a esse ponto de vista conservador, a autora propõe que enxergar o presente apenas como um processo de perdas significa assentir que o “[...] tempo devora progressivamente tudo o que existe e caminha numa única direção, aquela da destruição e da morte” (Gondar, 2016, p. 27), o que torna a lembrança uma retenção provisória da sociedade que irá ruir. Ao invés disso, eticamente, valoriza o esquecimento positivamente ao conceber que tais perdas são indispensáveis à transformação da memória.

Já a crítica de cunho político ao pensamento de Nora quanto ao esquecimento ligado à perda da memória nacional plenamente constituída ignora que o contexto de sua análise foi realizado com referência primária à nação francesa e a memória da França de forma concreta com certa perda da unicidade. Contudo o historiador inglês

Perry Anderson com a tese sobre os lugares da memória levantados por Nora, acrescenta que a França nunca teria sido harmoniosa ou una, e que essa crença sobre a noção de identidade ou de “nação francesa” só se conserva com o esquecimento de um passado nacional muito problemático.

Para Anderson, o que Nora lamenta é o eclipse histórico da França no cenário mundial e a perda da unidade nacional, omitindo – isto é, esquecendo – o fato de que essa suposta unidade e esse lugar privilegiado teriam pago alguns preços nada admiráveis, como a colaboração do governo de Vichy, as ‘guerras sujas’ na Indochina e na Argélia e a tortura praticada pelo exército francês nesta última. [...] Anderson considera que as áreas esquecidas por Pierre Nora ou, em outros termos, sua recusa ao confronto com os aspectos mais problemáticos e provocativos da história nacional francesa fazem de seu projeto ‘um dos programas mais patentemente ideológicos da historiografia do pós-guerra’ (ANDERSON, 2004, p. 10) (Gondar, 2016, p. 28).

Por todo esse contexto, Gondar (2016) discorre que os processos de lembrar e esquecer deixam de ser polaridades opostas e passam a ter um vínculo de coexistência em uma relação complexa e paradoxal, que exemplifica através da análise das mídias. Com a evolução da sociedade, os registros das memórias se alteraram, e “[...] toda a nossa concepção e nossos valores sobre a memória e o esquecimento que se veem transmutados a partir do estabelecimento dessas novas mídias” (Gondar, 2016, p. 29). A autora analisa essa mudança como uma fusão do limite claro que distinguia a memória e o esquecimento, já que a memória digital pode ser sobrescrita continuamente, em que coexiste o esquecer e o recordar de forma inseparável.

A quarta proposição feita pela autora se refere à memória não se reduzindo apenas à identidade, levando em conta a participação do esquecimento em sua construção. A imagem que um grupo constrói de si mesmo, sua identidade, precisa ser mantida; para isso, é necessário que se esqueça – “que se exclua, segregue ou recalque” – tudo o que se mostra em desacordo com a imagem que este grupo tenta preservar, o eu desde Freud, não está restrito à esfera individual, e também faz parte do coletivo.

Gondar (2016) cita a análise do historiador Marc Ferro sobre a tipologia de silêncios, que caracteriza três tipos na história: o primeiro se relaciona a instâncias de poder, exercido pela igreja, partido, dinastias, etc., que propagam mitos para enaltecê-los e justificar a supremacia que exerce, recalçando atos desonrosos de seus inícios aos quais não querem ter ligação; o segundo tipo refere-se aos martírios coletivos que

os vencedores impõem aos derrotados ao constatar a divergência de interpretações de um mesmo acontecimento e no confronto entre as memórias quando a lembrança compromete a imagem construída de si mesmo; e o terceiro é apontado pelo autor em oposição ao segundo, em que sociedades se recusam a lembrar do passado me que foram submetidas à humilhações, que atravessaria a história e a identidade do grupo, Assim,

Podemos perceber que uma mesma questão atravessa esse inventário de silêncios. Um grupo, uma sociedade, uma nação, desejam ocultar tudo aquilo que poderia revelar seus paradoxos, suas falhas, enfim, tudo aquilo que poderia comprometer a imagem que pretendem fornecer sobre si mesmos. [...] Isso nos mostra o quanto essa grande abstração chamada “identidade” é ficcional, o quanto ela se deve a interesses práticos, subjetivos, políticos, e o quanto ela supõe um embate permanente entre a lembrança e o esquecimento (Gondar, 2016, p. 33).

A identidade é composta pela memória e pela manutenção do esquecimento pelo silêncio sobre certos aspectos, que não condiz com a imagem que os grupos querem manter sobre si. Assim, mais do que assegurar o que já passou, a memória vislumbra o futuro.

A quinta proposição feita pela autora Gondar (2016) é de que a memória não se limita à representação. É comum perceber o campo da memória social como o campo das representações coletivas ao considerar que se refere ao meio pelo qual a sociedade e seus indivíduos articulam a representação do seu presente com o seu passado, que foi construída sob a sociologia de Durkheim de representações individuais e coletivas. Essa concepção restringe a memória ao “arquivo de representações” e não considera “os movimentos reais que essas representações representam”, fazendo estático o que está em incessante movimento, o que é uma esfera social ativa, vívida, pulsante e em constante movimento.

A memória social é um percurso composto também pelas representações que se estabilizou e se legitimou em um grupo, todavia, mais do que isso, “[...] se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si” (Gondar, 2016, p. 36). É a delicadeza de algum toque, um cheio específico, um som particular, reconhecidos como uma memória social, e produzida de forma involuntária na vinculação a um ambiente externo que a provoca e estimula, em que a autora exemplifica pelas impressões sensíveis na escrita de Proust em que a memória está inserida no corpo do narrador, memórias que não são

passíveis de serem representadas. Não se pode pensar na memória como uma abstração, ela não se dissocia do que nos afeta, do que nos surpreende e o que afetamos com a nossa existência, em que pertencem as formas, os encontros, as cores do que é novo; tudo isso é parte de um mesmo processo de construção de lembranças individuais e memórias na esfera das relações, que não se formam fora de contextos de afetividade. Nesse sentido, “[...] a representação poderia, ainda que não necessariamente, integrar esse processo, mas nesse caso viria depois, como uma tentativa de dar sentido e direção ao que nos surpreendeu” (Gondar, 2016, p. 38), e Gondar (2016) conclui que:

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas, de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-la a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito (Gondar, 2016, p. 38).

Um aspecto interessante sobre Jô Gondar é que ela encara a memória como um conceito essencialmente polissêmico e desconstrói todas as certezas defendidas por autores anteriores sem ao menos negar a veracidade de suas teorias. Justamente por sua amplitude teórica, este vem se tornando o pensamento mais consistente da literatura até o momento. A memória coletiva é quase tudo isso que foi dito, e representa muito mais do que qualquer área do conhecimento será capaz de determinar individualmente. É quase um fenômeno ilimitado de possibilidades, considerando que é formada por seres humanos, que mudam e transmitem no tempo e no espaço diante das circunstâncias, afetos, descobertas e experiências, e sua representação não pode ser considerada fixa.

Observando toda essa discussão nos diversos estudos que envolvem a memória coletiva ou social, pode-se considerar um assunto de extrema importância para que as lembranças do passado ou das realidades diversas do presente sejam registradas de forma a ser capaz de apoiar a construção da história para os futuros pesquisadores e futuras estruturas sociais. Por toda essa dimensão, o uso da memória, neste estudo está comprometido em usar a história de uma instituição e a memória de indivíduos beneficiados de suas ações para buscar os seus resultados perante a sociedade, sob a vigilância epistemológica do viés científico, a fim de colaborar com o desenvolvimento de políticas sociais futuras.

2.2 IMIGRAÇÃO E RECONHECIMENTO SOCIAL DE AXEL HONNETH

Com o avanço da sociedade proporcionado pela globalização e as novas tecnologias, a discussão quanto ao movimento de pessoas dentre os territórios vem se tornando cada vez mais primordial e urgente. Esses deslocamentos precisam ser controlados, organizados e gerenciados de forma a valer-se do máximo de benefícios e vantagens a sociedade e cause o menor impacto negativo possível, que só acontece quando existe informações e compreensão dos problemas referentes a migração para que o Estado elabore políticas efetivas no favorecimento à dignidade e bem-estar do imigrante para que este possa ser inserido e cooperar positivamente para seu novo território de residência.

Inicialmente cabe ressaltar algumas terminologias que podem parecer confusas ao leitor ao se deparar com os termos Migração, Imigração e Emigração. A Lei nº 13.445 promulgada em 24 de maio de 2017 (Brasil, 2017), nomeada de Lei de Migração, revogou a Lei nº 818/1.949 e a Lei nº 6.815/1980, que regulamentavam, respectivamente, questões sobre a nacionalidade brasileira e o chamado de Estatuto do Estrangeiro. Em seu art. 1º, a Lei de Migração atual (Brasil, 2017) dispõe que “esta Lei dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante”.

Nesse caso, imigrantes são pessoas com nacionalidades de outros países ou apátridas, que residem e se estabelecem ou trabalham definitivamente ou temporariamente no Brasil. Migrantes referem-se ao movimento de determinado local para outro, seja entre países ou regiões, e pode ser aplicado para pessoas ou animais. Já a palavra emigrantes trata da saída de pessoas de seu país de origem para se estabelecer em um novo local permanentemente. Fora do contexto dessa pesquisa, a Lei de Imigração ainda conceitua o residente fronteiriço, o visitante e o apátrida, que citaremos a título de curiosidade. Veja-se o Quadro 1:

Quadro 1 - Conceitos instituídos pela Lei de Migração

	Significado	Aplicabilidade	Previsão
Imigração	Pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece no Brasil.	País	Permanente ou temporário
Migração	Movimento de pessoas ou animais de um determinado local para outro.	País ou Região	Permanente ou temporário
Emigração	Brasileiro que se estabelece no exterior.	País	Permanente ou temporário
Residente Fronteiriço	Pessoa nacional de país limítrofe ou apátrida que conserva a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.	País	Permanente ou temporário
Visitante	Pessoa nacional de outro país ou apátrida que vem ao Brasil para estadas de curta duração, sem pretensão de se estabelecer temporária ou definitivamente no território nacional.	País	Temporário
Apátrida	Pessoa que não seja considerada como nacional por nenhum Estado, segundo a sua legislação, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, de 1954, promulgada pelo Decreto nº 4.246, de 22 de maio de 2002, ou assim reconhecida pelo Estado brasileiro.	País	Permanente ou temporário

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Brasil (2017).

O tema é controverso e faz parte da preocupação dos governos dos países de envio e dos países receptores, das autoridades fronteiriças, organizações governamentais e não-governamentais e dos próprios imigrantes, e precisa ser encarado com o máximo de cuidado. Por essa razão, existem diversas organizações internacionais que cuidam para que haja comunicação entre as nações e que os direitos humanos sejam respeitados diante de toda a diversidade entre as nações, feita através de diretivas, regulamentos, decisões, tratados, convenções, protocolos e muitas outras ferramentas de gestão. O Glossário sobre Migração elaborado pela Organização Internacional para as Migrações (OMI, 2009), chama a atenção para as diferenças de terminologia de país para país, que podem mudar até mesmo dentro regiões menores, ou mesmo diante de outras perspectivas ou abordagens, assim, é um documento que objetiva o cruzar os termos e suas referências, como a exemplo, definir termos diferentes que tratam do mesmo fenômeno, muitas vezes sem precisão, e para ilustrar, cita “migração ilegal”, “migração clandestina”, “migrante indocumentado” e “migração irregular”.

Dentro das questões de imigração, encontra-se ainda a situação dos refugiados, que está regulamentada pela Lei nº 9474 de 1997, que estabelece mecanismos para que o Estatuto dos refugiados de 1951 fosse implementado e determina outras providências, determinando que:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

Apesar do número de imigrantes e refugiados aumentar em todo o mundo a cada ano e dos direitos claramente assegurados a eles, nem sempre existe respeito a essas determinações. No relatório divulgado pela Organização das Nações Unidas (2016), estima-se que no ano de 2015 o número de imigrantes internacionais alcançou o patamar de 244 milhões de pessoas. Esse número é maior do que toda a população brasileira, vivendo em territórios internacionais diferentes do nascimento.

A situação brasileira não é diferente. Desde o século XXI o Brasil vem passando por ondas migratórias mais consideráveis e, de acordo com o levantamento realizado por Eberhardt e Miranda (2017), o número de imigrantes internacionais aumentou em 451,18% entre os anos 2000 e 2010. Apesar da receptividade no país, os direitos previstos pela legislação não são totalmente cumpridos, e essas violações, em grande parte, são marcadas pelo preconceito e discriminação a grupos minoritários que se encontram desfavorecidos economicamente, o que causa dificuldades ainda maiores, principalmente no campo do trabalho e na inserção sociocultural, além da questão econômica, como mencionado anteriormente (Gevehr; Bortoli, 2021).

Quanto ao trabalho e vulnerabilidade econômica, os imigrantes internacionais que chegam ao Brasil são empurrados para a informalidade e, muitas vezes, à exploração análoga à escravidão, já que o destino mais procurado são os grandes centros, que possuem mão de obra em excesso e um problema grave de desemprego em massa. Já a inserção sociocultural, Gevehr e Bortoli (2021) destacam que é essencial considerar o imigrante como um sujeito, um indivíduo que carrega consigo

a bagagem cultural e identitária pessoal que se manifesta entre seu grupo étnico e a sociedade que o recebe, e o modo em que observa e age no mundo influencia socialmente o novo local demográfico que ocupa.

No tocante ao mercado de trabalho, que influencia diretamente a situação financeira dos imigrantes, as políticas públicas de inserção social e acolhimento se mostram indispensáveis para que alcancem a dignidade e consigam se estabelecer no país do destino. Fraga e Bógus (2011) discorrem sobre a importância da atuação estatal na situação dos imigrantes, dizendo que:

[...] os requisitos do mercado de trabalho têm se mostrado cada vez mais complexos provocando um aumento dos custos de treinamento e ampliando os problemas de integração dos imigrantes. '[...] as contínuas dificuldades dos imigrantes em ter o reconhecimento de suas habilidades educacionais e laborais adquiridas antes da entrada sugerem que, sem estratégias robustas de integração objetivando reduzir as barreiras, os programas de imigração vão continuar a se debaterem' (Biles; Burstein; Frideres, 2008a, p. 8 *apud* Fraga; Bógus, 2011, p. 73).

Os pesquisadores Marandola Junior e Dal Gallo (2010), dedicaram-se a buscar o que significa ser imigrante perante a questão sociocultural, e indicam dois termos centrais para pensar essa construção: o lugar e o ser. A territorialidade e a existência vêm sendo discutidas com afinco por disciplinas como a antropologia, história, as psicossociais ou psicanalíticas, dentre outras, e são cada vez mais relevantes na elaboração das políticas públicas. E comentam que:

[...] Migração e mobilidade são fenômenos constituintes da experiência contemporânea. Estar no mundo, hoje, é conviver com a mobilidade e a migração, e todas suas implicações. Do ponto de vista existencial, esta é uma experiência desconcertante, em que as referências espaciais e socioculturais são reconstituídas, num processo que envolve e atinge o próprio cerne da autoidentidade: a segurança existencial (Marandola Junior; Dal Gallo, 2010, p. 407).

Com referências a esse mesmo aspecto, Gevehr e Bortoli (2021) perpassam por questões identitárias e de etnicidade, e trouxeram que esta última se refere à:

[...] as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos vêem-se a si próprios como culturalmente distintos dos outros grupos de uma sociedade e são vistos por estes mesmos grupos como tais. Diferentes características podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, mas as mais comuns são a linguagem, a história ou a ancestralidade (real ou imaginária), a religião, os modos de vestir ou outros adornos. [...]. Para muitas pessoas a etnicidade é um elemento central da identidade do indivíduo e do grupo. Pode fornecer uma importante linha de continuidade com o passado e

é muitas vezes mantida viva através da prática de tradições culturais (Giddens, 2008, p. 248-249 *apud* Gevehr; Bortoli, 2021, p. 11).

Fraga e Bógus (2011) demonstram que, embora o Canadá seja popular por oferecer condições de dignidade aos seus imigrantes, ainda existem grandes problemas estruturais e populacionais para mantê-los, que envolvem as três áreas, sendo as questões socioculturais, de trabalho e econômicas, seja pela reemigração para um outro país ou o retorno aos países de origem. Os autores chamam a atenção para o dado de que 60% dos imigrantes que deixam o país, o fazem ainda no primeiro ano após a entrada, e teorizam sobre os motivos desse acontecimento à maior expectativa de ganhos financeiros no mercado de trabalho e, sob outra perspectiva, por dimensões de ordem geográfica, cultural e emocional, concepção esta que dificulta a análise assertiva a respeito dos fatores que motivam a saída.

A política adotada pela imigração Canadense, que utiliza o sistema de pontos, visa oferecer igualdade e diminuição das discriminações étnicas nos critérios de aceite ou rejeição para estar no país como um trabalhador, estudante, residente, etc., para amenizar problemas de base demográfica, mas não os resolve. Para que seja efetivo, Fraga e Bógus (2011) descrevem quatro pontos importantes a serem considerados:

[...] primeiro, ajuda a combater o custo da geração baby boomer (os nascidos após a Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1960). Como outros países desenvolvidos, o Canadá presenciou um crescimento 18% acima do esperado nos nascimentos entre 1945 e 1960. Esta geração está se aposentando e gerando custos para a previdência social do país (SWEETMAN; WARMAN, 2008); segundo, beneficia-se ao atrair imigrantes qualificados que não são produzidos pelo sistema educacional canadense. É importante salientar que um imigrante qualificado representa um custo muito baixo para o país que o recebe, pois sua trajetória profissional não foi custeada pelo país receptor; - terceiro, como os imigrantes geralmente não rompem totalmente a relação com o país de origem, isso amplia as perspectivas de relações econômicas que podem incrementar as exportações; - quarto e último, a economia do país se beneficia ao receber o capital e/ ou o espírito empreendedor dos imigrantes que chegam com a perspectiva de se estabelecer (Fraga; Bógus, p. 74-75).

Na pesquisa de Fraga e Bógus (2011), os autores entrevistaram brasileiros que imigraram para o Canadá, especificamente para a província do Quebec, e ressaltaram as razões subjetivas que os fizeram decidir pela imigração. As respostas apresentaram certa conformidade, ao que se destacou a busca por melhor qualidade de vida, melhora na mobilidade urbana, e segurança pública, políticas e serviços públicos de qualidade, reconhecimento profissional, menor desigualdade social, sistema de justiça mais equilibrado e menor corrupção nas diferentes esferas sociais.

Com isso, percebe-se que as expectativas são consideravelmente altas e esse prestígio torna o país atrativo, mas também pode frustrar com muito mais facilidade, em virtude do cidadão de um país, pertencente àquele espaço, passar a fazer parte da sociedade como um imigrante, que possui diversas dificuldades e barreiras em relação a um cidadão nativo. Muitos autores abordam sobre como os imigrantes podem ser vistos como intrusos na sociedade receptora, que desequilibram o fluxo normal de seus costumes e tradições e têm o poder de causar uma mudança indesejada dentro desse novo território. Vale expor a percepção de Paiva (2013, p. 23) sobre essa abordagem:

Os territórios da migração se constituem enquanto ação-reação na constante disputa por inserção, pertencimento e visibilidade nos contextos urbanos ou rurais. São totalidades complexas que se constroem sobrepondo-se e ocultando outros sujeitos, outras sociabilidades, outros territórios. Por vezes são compreendidos como intrusos pela sociedade de recepção, dado que adensam e materializam a presença do outro, do estrangeiro, do invasor, daqueles que portam costumes, hábitos e culturas singulares, incômodas ou perigosas.

Para o autor a visão de alteridade é necessária. É de se esperar que quanto maior o número de imigrantes com a mesma identificação cultural, maiores são as alterações trazidas à sociedade receptora na busca de construir um espaço que se assemelha à paisagem de origem fundamentada nas necessidades afetivas e materiais, concretas e identitárias. Paiva (2013) informa que os imigrantes deixam sua marca na arquitetura, na construção de festas típicas multiculturais, na religiosidade, culinária, independente da intenção de pertencer ao território, porque deixam resquícios de sua existência. Esse multiculturalismo acarreta na formação e transformação constantes na zona receptora, “[...] o migrante transforma o território contribuindo com a construção de uma nova identidade” (Bassan, 2017, p. 34) independentemente da intenção de querer ou não ocupar aquele espaço permanentemente.

Os pesquisadores Marandola e Dal Galo (2010) defendem que, para além do sentido territorial, geográfico e político, as pesquisas sobre imigração começaram a considerar na narrativa e na memória, pontos mais subjetivos e repercussões individuais sobre o tema. Seguindo essas considerações, nesse projeto pretende-se utilizar as percepções a partir das narrativas de identidade e reconhecimento social

dos imigrantes sobre sua participação no programa institucional governamental considerando as teorias de Axel Honneth sobre o tema.

Axel Honneth (2003) é um filósofo e sociólogo Alemão, vinculado à escola de Frankfurt, dedicado à teoria crítica que buscava estudar a dominação, e centra seu trabalho nas disciplinas da filosofia social, política e moral envolvendo as relações de respeito, reconhecimento e poder. Seu pensamento sobre o reconhecimento social se forma como um conceito normativo, ao qual atua como uma luta constante em que, além das teorias utilitaristas e econômicas, perpassa por constatar a existência de um componente moral igualmente relevante para a formação da identidade, considerando que existem lutas pelo reconhecimento em si como identidade, e não apenas por poder e privilégio.

O autor considera a luta por reconhecimento o elemento a partir do qual as identidades individual e coletiva se constituem e se movem. Para ele, há no conflito um potencial moral capaz de impulsionar o desenvolvimento da sociedade e essa interação se dá através de impulsos morais (Martinez, 2017, p. 149).

O autor faz uma grande explanação quanto ao conhecimento produzido por estudiosos anteriores, para respaldar sua Teoria do Reconhecimento, principalmente as reflexões empíricas da psicologia social de G.H Mead no seu tom materialista e na filosofia e sociologia de Hegel com seu modelo mais idealista, em que “[...] os dois pensadores deram a luta social uma interpretação na qual ela pode se tornar uma força estruturante na evolução moral da sociedade” (Honneth, 2003, p. 24).

Honneth (2003) propõe o estudo e o entendimento das relações sociais analisando as próprias relações sociais, considerando que o reconhecimento e as lutas sociais estão vinculados à vivência do cotidiano, dotada de normatividade. Em evidência a essa afirmação, o autor explana sobre as transformações sociais e as mudanças nas normas e regulamentações que alteram os valores ético, morais e tradicionais dos grupos sociais, afirmando que:

[...] assim que as obrigações éticas passaram a ser vistas como o resultado de processos decisórios intramundanos, a compreensão cotidiana do caráter da ordem social de valores iria alterar-se, tanto quanto a condição de validade do direito: privada da base de evidências transcendentais, essa ordem não podia mais ser considerada um sistema referencial objetivo, no qual as imposições comportamentais específicas às camadas sociais podiam dar um índice inequívoco acerca da medida respectiva de honra social (Honneth, 2003, p. 203).

Não existe, portanto, uma identidade essencial nata ao indivíduo, assim como não há valor natural às culturas, tradições e legislações. Tudo é formado através de conflitos e enfrentamentos quando os padrões de sociabilidade e interação que carregam algum tipo de código normativo não têm suas expectativas preenchidas socialmente. É a partir desses aspectos que os pressupostos culturais e de identidade estruturam as três formas de reconhecimento defendidas pelo autor (amor, direito e solidariedade), bem como as três formas do seu desrespeito que resultam nos conflitos (violação, privação de direitos e degradação).

A análise de Honneth (2003, p. 156) é realizada na “[...] forma de uma tipologia fenomenológica” que busca descrever os três padrões de reconhecimento social intersubjetivos identificados pelo autor, de forma que se tornem controláveis empiricamente, na busca de um potencial desenvolvimento particular moral e autor relação individual que presume ser formada em um meio saudável. Do mesmo modo, de forma equivalente, sistematiza as formas de desrespeito que atuam negativamente nas relações de reconhecimento, identifica e diferencia as diversas espécies de rebaixamento e de ofensa por que passam os homens.

Desde o início de sua constituição, a identidade é cheia de conflitos desde o seu início, posto que somos seres dependentes e essa identificação parte da relação com o outro, em um equilíbrio considerado precário entre autonomia e ligação, simultaneamente. Considera-se que existe um equilíbrio instável que ampara a autonomia/identidade e a dependência do outro, que acontece de forma mútua, e ampara na formulação de Hegel ao citar que “[...] o amor tem de ser concebido como um ‘ser-si-mesmo em um outro’” (Hegel, 1967, p. 17 *apud* Honneth, 2003, p. 160).

Como primeira forma de reconhecimento social está a “esfera do amor”, de forma a considerar o termo o mais neutro possível, relacionada a relações primárias afetivamente fortes que se iniciam na condição de dependência absoluta e passa a ser uma dependência relativa que se manifesta entre poucas pessoas, seja relacionado a amizades, pais e filhos, e parceiros, etc. (Honneth, 2003).

O amor vai determinar o padrão de toda a sociabilidade e personalidade futura do indivíduo, é o processo constitutivo da identidade, com relação a um outro, que lutará para criar e manter a autonomia (autoafirmação) e a dependência (simbiose), reciprocamente, chamada pelo autor de autoconfiança. É esse aspecto moral que conduz à sociedade à evolução e às constantes mudanças, interferindo nas relações jurídicas, políticas e vida cultural e social como um todo: “[...] só aquela ligação

simbioticamente alimentada, que surge da delimitação reciprocamente querida, cria a medida de autoconfiança individual, que é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (Honneth, 2003, p. 178)

A segunda e terceira forma de reconhecimento social são chamadas pelo autor de “esfera do direito” e “esfera da solidariedade”, que ultrapassa as relações primárias com poucas pessoas de referência, e alcança a vida política em sociedade.

A perspectiva do direito se constitui por um ponto de vista intersubjetivo, como uma parte importante na construção bem-sucedida da identidade dos sujeitos, que se forma através do outro e também considera o outro. Caracteriza-se por partir de um reconhecimento recíproco na dimensão da vida pública; que observa o indivíduo como um portador de direitos com isonomia, como membro da comunidade política e jurídica, que participa igualmente das interações da comunidade como uma pessoa de direitos a ser respeitada e reconhecida, não apenas formalmente, mas de maneira material.

No Direito, o reconhecimento perpassa pelo status como membro de uma sociedade concreta, em ser reconhecido universalmente para a coletividade, definido por uma categoria formal no âmbito político e jurídico, e apenas assim, ser um portador de direitos. Honneth (2003) destaca que essa espécie de reconhecimento já concede ao indivíduo a proteção social para sua “dignidade” humana, mas que está se mantêm fundida ao papel social ocupado no quadro de distribuição de direitos e encargos, que são amplamente desiguais. Assim, quem não possui esse status e essa consideração social não é reconhecido como um cidadão de igual valor, o que resulta em exclusão.

Honneth (2003) complementa que a evolução histórica do direito caminha e evolui no sentido de reconhecer universalmente para a coletividade a definição de ser um cidadão e igualmente ser detentor de direitos, visto que essas diferenças prejudicam a abrangência da igualdade e a questão é intimamente ligada à noção de autonomia, onde as pessoas possam ser livres para se responsabilizar pelas próprias decisões.

[...] o sistema jurídico precisa ser entendido de agora em diante como expressão dos interesses universalizáveis de todos os membros da sociedade, de sorte que ele não admita mais, segundo sua pretensão, exceções e privilégios. Visto que desse modo uma disposição para a obediência de normas jurídicas só pode ser esperada dos parceiros de interação quando eles puderam assentir a elas, em princípio, como seres livres e iguais, migra para a relação de reconhecimento do direito uma nova forma de reciprocidade, altamente exigente: obedecendo a mesma lei, os

sujeitos de direito se reconhecem reciprocamente como pessoas capazes de decidir com autonomia individual sobre normas morais (Honneth, 2003, p. 181).

Os padrões de reconhecimento da relação jurídica não puderam ser reconstruídos sem a referência aos desenvolvimentos normativos a que foram submetidos desde a constituição da sociedade moderna; aí se tornou evidente que o reconhecimento jurídico contém em si um potencial moral capaz de ser desdobrado através de lutas sociais, na direção de um aumento tanto de universalidade quanto de sensibilidade para o contexto (Honneth, 2003, p. 277).

Esse entendimento perpassa pela visão de que todo cidadão, portador de direitos, é capaz de decidir com autonomia individual e se caracteriza como um sujeito imputável, ou seja, um sujeito moralmente responsável. Desta forma, o direito evoluiu de forma a abranger o reconhecimento através dos direitos civis, políticos e os direitos sociais para que essa igualdade de status pudesse ser efetiva.

Os padrões de reconhecimento da relação jurídica não puderam ser reconstruídos sem a referência aos desenvolvimentos normativos a que foram submetidos desde a constituição da sociedade moderna; aí se tornou evidente que o reconhecimento jurídico contém em si um potencial moral capaz de ser desdobrado através de lutas sociais, na direção de um aumento tanto de universalidade quanto de sensibilidade para o contexto (Honneth, 2003, p. 277).

Agir de acordo com a própria autonomia, oferece ao indivíduo a o autorrespeito gerado pelo reconhecimento jurídico, desta forma “[...] o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como urna manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico” (Honneth, 2003, p. 194), e que, expressamente, Honneth (2003, p. 195): “[...] o reconhecimento jurídico se encontra com a conquista do auto-respeito”.

A terceira forma de reconhecimento social é firmada pela solidariedade, que, assim como o direito, é mantida na esfera pública. Contudo, diferentemente, não está pautada no status de cidadão para obter igualdade, e sim na estima social e cultural que se fundamenta no respeito e reconhecimento das diferenças específicas que se expressam em contextos sociais e comunitários

A estima social passa por um crivo intersubjetivo de valoração de si e do outro, promovida, em grande parte, pela modernidade. Toda sociedade possui valores que são, ou não, aceitos e valorizados por outros grupos e indivíduos.

Honneth (2003) disserta que sociedades mais plurais tendem a ser mais receptivas e diversas a ampliar suas possibilidades de valorização e estima às diferenças por existir uma disputa interna por reconhecimento que resulta em uma

compreensão cultural mais elevada. Já as sociedades mais tradicionais inclinam-se a ter uma organização mais rígidas quanto à hierarquização de valores e tradições, excluindo e criando barreiras na vida pública aos grupos mais diversos, aumentando o sentimento de discriminação, preconceito e marginalização à pluralidade por atribuir sentimentos negativos a modos de vida diferente aos de costume e resulta em bloqueios à autoestima. Acrescenta, ainda, que “[...] quanto mais as concepções dos objetivos éticos se abrem a diversos valores e quanto mais a ordenação hierárquica cede a urna concorrência horizontal, tanto mais a estima social assumirá um traço individualizante e criará relações simétricas” (Honneth, 2003, p. 200).

A solidariedade visa acabar com esse modelo depreciativo e valorizar as histórias que compõem a vida e a autorrealização dos indivíduos e de grupos, permitindo que haja estima social nas diversas manifestações de diferenças.

Apesar do seu potencial para a coexistência entre os grupos, a estima social ingressa nas relações pela existência ativa de culturas, tradições e modos diferentes de viver, o que torna a solidariedade o espaço de maior disputa política. Nesse sentido, Honneth (2003) expressa que:

[...] a circunstância de o conceito de ‘solidariedade’ se aplicar até o momento precipuamente as relações de grupo que se originam na experiência da resistência comum contra a repressão política; pois aqui é a concordância no objetivo prático, predominando sobre toda, que gera de súbito um horizonte intersubjetivo de valores no qual cada um aprende a reconhecer em igual medida o significado das capacidades e propriedades do outro. O mecanismo da estima simétrica pode explicar até mesmo o fato de a guerra representar amiúde um acontecimento coletivo capaz de fundar relações espontâneas de interesse solidário para além dos limites sociais: também aqui na experiência partilhada de grandes fardos e privações, origina-se num átimo urna nova estrutura de valores que permite mutuamente aos sujeitos estimar o outro por realizações e capacidades que antes não tiveram importância social. (Honneth, 2003, p. 209).

Portanto, dentre as referências na esfera pública que envolvem o direito e a solidariedade, é importante ressaltar que o primeiro baseia seu padrão na igualdade universal, enquanto a segunda se sustenta no reconhecimento do sujeito e na particularidade dos diversos modos de vida, e não pela igualdade de status.

Toda essa teoria se apoia nas experiências de desrespeito ao reconhecimento e como isso é vivenciado pelas pessoas marginalizadas no cotidiano. Honneth (2003) dedica o capítulo seis da sua obra *Luta por Reconhecimento* para discorrer sobre essas injustiças, ao que Melo (2014), explica ser a base da teórica, considerando que esse ponto, considerados “negativos”, são a base para o pensar na formação do

reconhecimento social através da sua falta, para então, pensá-lo pelo “amor, direito e solidariedade”, e cita que a gramática do reconhecimento se inicia pela ausência. Logo, só a partir desse aspecto, “[...] quando esse reconhecimento não é bem-sucedido (pela ausência ou falso reconhecimento), desdobra-se uma luta por reconhecimento na qual os indivíduos procuram restabelecer ou criar novas condições de reconhecimento recíproco” (Melo, 2014, p. 22).

Por essa configuração, Melo (2014) observa que cada uma das formas de reconhecimento corresponde a um desrespeito que atinge os modos de autor relação individual, impedindo-o que reconheça certas dimensões da própria identidade, liberdade e a capacidade compreensão positiva de si mesmo, sendo:

[...] maus-tratos e violação, que ameaçam a integridade física e psíquica, em relação à primeira; privação de direitos e exclusão, que atingem a integridade social do indivíduo como membro de uma comunidade político-jurídica, na segunda; e degradação e ofensas, que afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo como membro de uma comunidade cultural de valores, no caso da terceira esfera de reconhecimento (Melo, 2014, p. 22)

O desrespeito destinado aos indivíduos menos favorecidos são, predominantemente, de categoria moral, como ofensas, rebaixamento e humilhações pessoais, vergonha, indignação, palpáveis ou não, ancoradas nas vivências afetivas do sujeito. O momento mais fundamental para a luta pelo reconhecimento se concretiza a partir do momento em ele não se realiza e, cotidianamente, há uma convivência com o insulto nas interações sociais, que se vinculam através da intuição moral. A título de exemplo, Honneth (2003) cita a violação ligada à negativa de direitos básicos elementares e, conjuntamente, expõe à situação humilhante do fracasso dessa pessoa por viver em condições precárias.

Isso faz com que o autor reflita sobre a relação entre a experiência de desrespeito e a motivação moral para a luta e o conflito, que é incitada energeticamente pelas experiências negativas, que podem produzir uma grande motivação para que os sujeitos procedam a transformar a sua própria condição de reconhecimento negado.

Para cada padrão de reconhecimento, o Honneth (2003) trata do seu referente contraditório. Em conflito com o amor, o autor descreve a violação, em que o abandono pode causar danos irreversíveis ao desenvolvimento saudável à personalidade, e discorre que:

Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autónoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (Honneth, 2003, p. 215).

A privação dos direitos e da exclusão da vida civil, política e social está em oposição ao direito, e trata-se de exclusão que fere um pressuposto normativamente importante do status de que todas as pessoas têm o mesmo valor, ferindo a igualdade e a autonomia pessoal e o autorrespeito: “[...]para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (Honneth, 2003, p. 216). O autor acrescenta que esse desrespeito pode acarretar na perda da capacidade do indivíduo em encarar a si mesmo com igualdade em relação aos outros, que pode alterar as relações jurídicas, e por essa razão, defende que “[...] a experiência da privação de direitos se mede não somente pelo grau de universalização, mas também pelo alcance material dos direitos institucionalmente garantidos” (Honneth, 2003, p. 217).

O terceiro tipo é a ofensa e degradação ao valor social de indivíduos ou grupos, se refere ao desprezo pela solidariedade, no que o indivíduo tem de valores morais e tradicionais, depreciando suas diferenças, modos de vida individuais ou coletivos, perpassando a dimensão da intimidade e dimensão social do cotidiano, no desdém de valores socialmente reconhecidos dos indivíduos: “[...] portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o assentimento social a uma forma de autorrealização que ela encontrou arduamente com o encorajamento baseado em solidariedades de grupos” (Honneth, 2003, p. 218)

Após toda esta análise, Honneth (2003, p. 211) esquematiza essas características em um quadro com as relações sociais de reconhecimento, reproduzido a seguir:

Quadro 2 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento por Axel Honneth

Modos de reconhecimento	Dedicação Emotiva	Respeito Cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Dedicação Emotiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto relação prática	Autoconfiança	Auto respeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra", dignidade

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Honneth (2003, p. 211).

Diante dessas injustiças sociais e morais desrespeito, Honneth (2003) manifesta preocupação com as consequências psíquicas e morais que todas essas situações do cotidiano podem causar aos grupos colocados em posição de subalternidade, que pode ameaçar a identidade e a personalidade pessoal dos indivíduos.

O conteúdo emocional da vergonha consiste, como constatam em comum acordo as abordagens psicanalíticas e fenomenológicas, em uma espécie de rebaixamento do sentimento do próprio valor; o sujeito, que se envergonha de si mesmo na experiência do rechaço de sua ação, sabe-se como alguém de valor social menor do que havia suposto previamente; considerando-se de uma perspectiva psicanalítica, isso significa que a violação de uma norma moral, restando a ação, não atinge aqui negativamente o superego, mas sim os ideais de ego de um sujeito (Honneth, 2003, p. 223).

Apesar de ser uma consequência negativa que pode trazer muitos impactos negativos e sofrimento na vida dos indivíduos em estado de vulnerabilidade, essas mesmas injustiças também podem figurar como propulsão motivacional para organização das lutas pelo reconhecimento.

Nessas reações emocionais de vergonha, a experiência de desrespeito pode tornar-se o impulso motivacional de uma luta por reconhecimento. Pois a tensão afetiva em que o sofrimento de humilhações força o indivíduo a entrar só pode ser dissolvida por ele na medida em que reencontra a possibilidade da ação ativa; mas que essa práxis reaberta seja capaz de assumir a forma de uma resistência política resulta das possibilidades do discernimento moral

que de maneira inquebrantável estão embutidas naqueles sentimentos negativos, na qualidade de conteúdos cognitivos (Honneth, 2003, p. 224).

Melo (2014) demonstra que a luta e o conflito são a manifestação da expectativa de reconhecimento que foi bloqueada pelo acúmulo de violações. Esse sentimento que Honneth (2003) chama de afetivo-negativo é capaz de revelar o resquício de moral que restou das experiências de desrespeito, gerar a indignação moralmente constituída, que podem levar a movimentos sociais que se transformam em organizações políticas emancipatórias.

2.3 GESTÃO PÚBLICA COMO FACILITADORA NA INCLUSÃO, PERTENCIMENTO E RECONHECIMENTO SOCIAL DE IMIGRANTES RECÉM-CHEGADOS

Como visto anteriormente, a imigração, se não administrada e coordenada com outras áreas de convivência pública, pode causar consequências negativas para o desenvolvimento econômico e social dos países, principalmente aos receptores. Esse gerenciamento precisa ser considerado de forma multidisciplinar através da área de conhecimento das políticas públicas, que não pode ser pensada apenas como uma forma de trabalhos teóricos, mas como uma ferramenta das decisões e ações governamentais.

Souza (2002) define a políticas públicas como uma área do ramo da ciência política, mas que não se resume exclusivamente a ela, podendo ser objeto da filosofia, sociologia, psicologia, economia e econometria, que no caso da imigração, é indispensável considerar áreas de estudo e de ações relacionados à educação, saúde, habitação, social, psicológica, e tantas outras. A autora completa ainda que:

Pode-se então resumir o que seja política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, 'colocar o governo em ação' e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (Souza, 2002, p. 5).

Apesar de se basear em estudos e conhecimento acadêmico, as políticas públicas na gestão dos problemas sociais precisam ter fundamentos legais, seguindo as orientações dos respectivos Estados-nação. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece no art. 22, inciso XV, que compete privativamente à União legislar

sobre os assuntos referentes à emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros. As atribuições definidas como privativas, são passíveis de delegação, em que, sem ferir os preceitos instituídos pela federação, outros entes podem legislar e aplicar medidas regionais sobre o tema.

Entretanto, em uma pesquisa realizada no município de Novo Hamburgo/RS, onde registra um número considerável de imigrantes Haitianos e Senegaleses, Uebel (2020) constatou que os próprios servidores públicos entendiam que ações para imigrantes poderiam ser realizadas apenas pela União, e não consideravam que o município também poderia instituir ações de melhoria para a situação dos imigrantes de forma independente, como autoriza a Constituição Federal de 1988, o que torna os direitos e garantias dos imigrantes mais distante de serem efetivamente aplicados, considerando que as questões da imigração se fazem mais próximas dos municípios do que da União.

É importante salientar o que preza o art. 3º da Lei Migração (Lei nº 13.445/17), que institui os princípios e as diretrizes que norteiam a política e prática migratória no país. Essas instruções representam a base para construções de medidas estatais, tanto executivas, como legislativas e judiciárias, pensando as questões de forma genérica, interpretadas com certa subjetividade e compostas por noções valorativas. Nos incisos do mencionado artigo, estima-se:

- I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;
- II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;
- III - não criminalização da migração;
- IV - não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional;
- V - promoção de entrada regular e de regularização documental;
- VI - acolhida humanitária;
- VII - desenvolvimento econômico, turístico, social, cultural, esportivo, científico e tecnológico do Brasil;
- VIII - garantia do direito à reunião familiar;
- IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;
- X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;
- XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social;
- XII - promoção e difusão de direitos, liberdades, garantias e obrigações do migrante;
- XIII - diálogo social na formulação, na execução e na avaliação de políticas migratórias e promoção da participação cidadã do migrante;
- XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas;

- XV - cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante;
- XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço;
- XVII - proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;
- XVIII - observância ao disposto em tratado;
- XIX - proteção ao brasileiro no exterior;
- XX - migração e desenvolvimento humano no local de origem, como direitos inalienáveis de todas as pessoas;
- XXI - promoção do reconhecimento acadêmico e do exercício profissional no Brasil, nos termos da lei; e
- XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletiva (Brasil, 2017).

Já o art. 4º da mesma Lei, garante ao migrante condições de igualdade com os nacionais brasileiros, atentando-se o *caput* para a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. As disposições garantem direitos fundamentais mínimos para viabilizar uma vida digna aos seus destinatários, estabelecendo que são assegurados aos migrantes:

- I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos;
- II - direito à liberdade de circulação em território nacional;
- III - direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes;
- IV - medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos;
- V - direito de transferir recursos decorrentes de sua renda e economias pessoais a outro país, observada a legislação aplicável;
- VI - direito de reunião para fins pacíficos;
- VII - direito de associação, inclusive sindical, para fins lícitos;
- VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- IX - amplo acesso à justiça e à assistência jurídica integral gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;
- X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;
- XII - isenção das taxas de que trata esta Lei, mediante declaração de hipossuficiência econômica, na forma de regulamento;
- XIII - direito de acesso à informação e garantia de confidencialidade quanto aos dados pessoais do migrante, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- XIV - direito a abertura de conta bancária;
- XV - direito de sair, de permanecer e de reingressar em território nacional, mesmo enquanto pendente pedido de autorização de residência, de prorrogação de estada ou de transformação de visto em autorização de residência; e
- XVI - direito do imigrante de ser informado sobre as garantias que lhe são asseguradas para fins de regularização migratória.

§ 1º Os direitos e as garantias previstos nesta Lei serão exercidos em observância ao disposto na Constituição Federal, independentemente da situação migratória, observado o disposto no § 4º deste artigo, e não excluem outros decorrentes de tratado de que o Brasil seja parte (Brasil, 2017).

A partir dessas determinações legislativas, o Estado precisa coordenar ações que as garantam, e em caso de violações, agir para cessar a injustiça e reestabelecer a ordem. Políticas públicas são necessárias e indispensáveis nessas ocasiões, e precisam ser pensadas com base na materialidade das situações dos grupos e das regiões, considerando os recursos financeiros, a estrutura do poder público e a sociedade.

Souza (2006) chama atenção para a visibilidade e importância que as políticas públicas registram ao dominarem as agendas da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento, nas quais, se bem desenhadas, são capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte da população. Porém cita os países da América Latina ao evidenciar que muitas dessas nações ainda não conseguiram construir alianças políticas capazes de conduzi-los a este caminho. Assim, nota-se que a questão social é uma parte importantíssima para o progresso.

Existem muitos autores que tentam definir um conceito preciso quanto a definição de políticas públicas, mas ela se mostra como um campo holístico, que de acordo com Souza (2006, p. 26) é “[...] uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas”, que implica em tornar-se território de diversas disciplinas, teorias e modelos analíticos, tanto qualitativos, quanto quantitativos, bem como “comporta vários olhares”, em que uma definição complementa a outra, e não se sobrepõem:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer’. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz (Souza, 2006, p. 24).

Com o desenvolvimento das sociedades e do próprio gerencialismo público, as políticas públicas passaram a suportar delegações devido a ação das organizações

da sociedade civil, nacionais e internacionais, em que os políticos transferiram certos poderes a instituições independentes, formadas por membros com experiência técnica, e que auxiliam em manter certa estabilidade, continuidade e coerência diante dos ciclos eleitorais. O caráter participativo das políticas públicas vem crescendo ante as propostas dos organismos multilaterais, das normas constitucionais e pelos compromissos que os partidos políticos assumem com grupos sociais comunitários que representam certos interesses para a formulação e acompanhamento ativo, cedendo certas responsabilidades, principalmente as de implementação, para instâncias não governamentais (Souza, 2006).

Celina Souza (2006) sintetiza os principais elementos que extraiu das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, elencando que:

- A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz.
- A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes.
- A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras.
- A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.
- A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.
- A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (Souza, 2006, p. 36).

Dentre a literatura, observa-se que as políticas públicas se baseiam na intervenção externa para que direitos e garantias resguardados pela legislação tenham uma efetiva aplicação na vida em sociedade, principalmente em relação às pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

A situação migratória ainda é pouco difundida como sendo uma urgência, e pensando em políticas públicas e urgências sociais, é deixada de lado. Contudo, é obrigação do estado e da sociedade olhar para todos os lados de forma isonômica, pois a melhoria na vida dos imigrantes também é uma prioridade quando se olha para o “todo” e no quanto a vulnerabilidade desse grupo pode impactar outros setores e causar instabilidade.

Como já dito anteriormente, a legislação brasileira coloca o cuidado com o imigrante como uma atribuição, inicialmente, da União. Em suas análises Uebel (2020) constatou que as novas migrações demonstram uma importância maior do Poder

Público Municipal como ente garantidor do acesso aos direitos de imigrantes e refugiados. Porém, no estudo realizado pelo autor, destaca-se que o aumento do fluxo migratório foi, e vem sendo, um evento rápido e sem a elaboração de estudos prévios pela gestão pública municipal e seus gestores, o que impede que medidas sejam implementadas na forma do protocolo de “identificação-acolhimento”, e seja mais comum haver abordagens do tipo “estranhamento-atenção”. Souza (2006) fala sobre a importância de acompanhar as mudanças sociais por meio dos estudos sociais realizados de forma técnica para que haja um curso natural de melhorias e adequação pública às necessidades da sociedade, ao dizer que:

[...] políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (Souza, 2006, p. 26)

O campo das políticas públicas na área da educação se mostra uma ótima ferramenta para trabalhar as vulnerabilidades de imigrantes que chegam ao Brasil, tanto na inclusão de adultos em qualificações profissionais para ingresso mercado de trabalho formal, como para crianças e adolescentes, que possuem até mesmo direitos assegurados por acordos e convenções internacionais e nacionais, no Brasil, materializado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990). Introduzir os imigrantes nos sistemas de ensino pode colaborar para inclusão social, aprendizado quanto a sociedade ao qual estão tentando se inserir, ajudar na socialização pessoal e na sensação de pertencimento pessoal, fazendo cumprir o que preconiza o art. 4º, inciso X, da Lei de Migração, anteriormente citada, que garante o direito ao acesso à educação pública e veda expressamente discriminações quanto à nacionalidade e condições migratórias.

Pensar as políticas migratórias no Brasil e no acolhimento de imigrantes está cada vez mais importante devido ao grande aumento dos fluxos migratórios desde a virada do milênio, mas que ainda assim, se encontram em tempo de lidar com a situação de forma organizada se a atenção certa for dirigida ao setor a partir de agora. Oliveira (2020) aponta que mesmo considerando a recente entrada de 60 mil venezuelanos e as ondas de recepção à haitianos e bolivianos das últimas décadas, o Brasil possui uma das menores concentrações da história de pessoas nascidas fora do país, e acrescenta que dados da Polícia Federal, órgão responsável pelo controle da entrada e saída do país, “[...] a população estrangeira no Brasil representa cerca

de 750 mil pessoas, o que, em um universo de 207 milhões de habitantes, chega a um percentual de 0,4%” (Oliveira, 2020, p. 4). Portanto, considerando o tamanho do território brasileiro como o maior da América do Sul, a recepção de imigrantes é muito baixa em vista do fenômeno global atual da migração. Logo, o Brasil está em tempo de formar políticas públicas de inclusão eficientes pensando que a tendência é de que o fluxo aumente ainda mais nos próximos anos.

O candidato presidencial eleito neste ano de 2022 tem um histórico de favorecer as políticas de acolhimento, e a expectativa é de que a questão migratória volte a ser uma pauta com relevância na próxima gestão, visto os retrocessos que o governo de 2019 a 2022 pautou a política assistencial do país. Nesse ponto, a autora Oliveira (2020) demonstrou preocupação com o caminho que o mandato de 2019 a 2022 tomaria como um governo conservador do ponto de vista econômico, político, religioso e moral, que contrariou um acordo firmando com as Nações Unidas, que envolveu mais de 160 países, em apoio a postura ultraconservadora estadunidense defendida por Trump, mencionando que:

Nos primeiros dias do governo do presidente Jair Bolsonaro, que assumiu o Governo Federal em 1º de janeiro de 2019, a imprensa noticiou a confirmação de um anúncio feito pelo atual Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, um entusiasta da política externa de Donald Trump, de que o Brasil se dissocia do ‘Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular’. De acordo com o pronunciamento feito no Twitter, dias antes de sua posse, o Ministro afirmou que o país deixaria o Pacto, porque o considerava um ‘instrumento inadequado para lidar com o problema (migratório)’, defendendo que a ‘migração não deve ser tratada como questão global, mas sim de acordo com a realidade e a soberania de cada país’. Esse abandono pode ser considerado como mais um elemento preocupante na política brasileira, que se anuncia para os próximos quatro anos (Oliveira, 2020, p. 3).

Lembrando que nem todo imigrante ingressa em outro país por desejo próprio e pacífico, vez que muitos optam por essa mudança qualificados como refugiados, que são migrantes internacionais forçados, buscando alguma forma de proteção na tentativa de se afastar de situações de violência, seja de conflitos externos ou internos, geralmente quando há violações de direitos humanos. Uebel (2017) destaca que questões religiosas, culturais e étnicas, perseguições por opiniões políticas ou participação de grupos sociais, pobreza, miséria e desigualdades socioeconômicas em geral, e instabilidade política estão no centro das razões para migrações de refugiados.

Oliveira (2020) atenta-se para o fato de que o Brasil preservava uma imagem positiva como um país que adota políticas solidárias, generosas e responsáveis para as questões humanitárias desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2002), que se manteve bastante flexível nos governos Lula e Dilma Rousseff (2002 - 2016) na adoção de medidas favoráveis aos estrangeiros, mesmo mantendo a legislação do período ditatorial, que foi revogada somente em 2017 por Michel Temer.

Voltando à política educacional, a autora discorre sobre informações levantadas pelo Instituto Unibanco, com base no Censo Escolar (Brasil, 2016 *apud* Oliveira, 2020), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que possui vínculo com o Ministério da Educação. Em análise aos dados, Oliveira (2020) relata que o número de nacionalidades diversas à brasileira mais do que dobrou no período entre 2008 e 2016, que possui um intervalo de apenas 8 anos: “[...] em 2008, foram 34 mil matrículas registradas de imigrantes ou refugiados, enquanto em 2016 o dado saltou para quase 73 mil, isso em um universo de cerca de 50 milhões de estudantes” (Oliveira, 2020, p. 6).

O levantamento investigado pela autora concluiu que a rede pública acolhe 64% do total de estudantes de outras nacionalidades que estavam no Brasil na época em análise, em sua maioria latinos, que representavam 40% desse percentual, principalmente no ensino público, seguido pelos europeus, asiáticos e norte-americanos. O Censo Escolar conclui também que São Paulo é o Estado que mais recebe matrículas de estrangeiros, suportando o percentual de 34,5% do total do país, seguido do Paraná com 10,7% e Minas Gerais com 10,6% (Oliveira, 2020).

Relacionado às questões de acolhimento aos imigrantes dentro das redes de ensino, o relatório demonstrou que existe pouca orientação de caráter pedagógico ou que se relacione à recepção dos imigrantes aos colaboradores das escolas. A língua foi considerada uma barreira de grande dificuldade, ainda mais pelo fato do Brasil ser o único país de língua portuguesa do continente americano (Oliveira, 2020).

Esse aspecto faz com que exista dificuldades para cumprir o que preconiza a legislação ao estabelecer que os estrangeiros têm direito ao acesso à educação igualmente aos brasileiros, haja vista as ações que poderiam minimizar as diferenças e favorecer a adaptação e inclusão, aparentemente, são negligenciadas, o que leva à um ensino de qualidade inferior devido às barreiras de linguagem, étnicas, culturais, socioeconômicas, dentre outras, que coloca o estudante para adaptar-se por conta própria com o mínimo, ou nenhum, apoio.

Oliveira (2020) discorre que os dados divulgados pelo Censo Escolar comprovam que entre 2007 e 2009 já havia uma constatação sobre o aumento exponencial de alunos estrangeiros, que admitiu 10 mil novas matrículas somente nesse período, e totalizou 38 mil estudantes contabilizados somente na Educação Básica da rede pública de ensino. A dimensão trazida pelo relatório reconhecia que essa demanda representa um desafio para as instituições que recebiam os imigrantes, apontando que muitos sofriam de dificuldade de fazer amizades e se incluir na cultura brasileira, além do preconceito e *bullying*, bem como preocupação dos pais que se encontram em situação irregular e sentem vergonha de serem descobertos acabam por expor a situação familiar.

3 METODOLOGIA

A metodologia é um elemento facilitador para o pesquisador. Suas regras e procedimentos auxiliam nas evidências do que se afirmar, concede confiança ao trabalho científico. Para orientar a investigação e a organização do conhecimento com base no referencial teórico de pesquisa apresenta-se as diretrizes e métodos de pesquisa utilizados.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Quanto aos objetivos, para este trabalho foi classificado como descritivo. Para Collis e Hussey (2005, p. 24), a pesquisa descritiva é a que “[...] descreve o comportamento dos fenômenos. É usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão”. Ou seja, busca conhecer e interpretar a realidade, sem interferir ou modificá-la, colaborando para melhorar o entendimento do comportamento de vários fatores sobre determinado fenômeno.

Quanto aos meios/procedimentos, trata-se de um estudo de caso, considerando sua aplicação em *Denominational Schools*, que se referem à escolas relacionadas a denominações religiosas estabelecidas, no caso, as católicas romanas localizadas no município de Mississauga, Ontário - Canadá, integradas ao Dufferin-Peel Catholic District School Board (DPCDSB), considerado como o Conselho Escolar do Distrito Católico de Dufferin-Peel (tradução nossa), e num único programa/Serviço/Centro, o Settlement (Assentamento, Acolhimento), também chamados de Welcome Centre (Peel District School Board, c2023), Newcomer Centres (Centro de Boas Vindas, Centros de Recém-chegados, respectivamente)³ (Dufferin-Peel Catholic District School Board, c2023b).

Para Yin (2005), o estudo de caso permite uma investigação de forma imparcial, preservando os acontecimentos da vida real e investigando um fenômeno dentro de seu contexto. Ou seja “[...] Como estratégia de pesquisa, utiliza-se o estudo de caso em muitas situações, para contribuir com o conhecimento que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos e de grupo, além de outros fenômenos relacionados [...]” (Yin, 2005, p. 20).

³ Tradução nossa.

Quanto à abordagem, a pesquisa será qualitativa e estará diretamente ligada ao problema. Para Collis e Hussey (2005, p. 26), “[...] um método qualitativo, que é mais subjetivo, envolve examinar e refletir as percepções para obter um entendimento de atividades sociais e humanas”.

3.2 UNIDADE DO ESTUDO DE CASO

O estudo de caso será realizado nas *Denominational Schools*, que se referem às escolas relacionadas a denominações religiosas estabelecidas, no caso, as católicas romanas, financiadas pelo Governo, localizadas no município de Mississauga, Ontário - Canadá, integradas ao Dufferin-Peel Catholic District School Board (DPCDSB)⁴, e num único programa/Serviço/Centro, o Settlement (Assentamento, Acolhimento, tradução), também chamados de Welcome Centre (Peel District School Board, c2023), Newcomer Centres (Dufferin-Peel Catholic District School Board, c2023b), dentre outros. Na sequência, veremos as técnicas da coleta de dados utilizadas para a construção.

3.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas foram à pesquisa bibliográfica, a documental, sendo o levantamento de dados do estudo de caso desenvolvido através do uso de entrevistas e observação participante que passam a ser explicitadas a seguir:

A pesquisa bibliográfica é a técnica de coletas de dados mais utilizada. Ela se caracteriza pela seleção, leitura e análise de todo o referencial já tornado público em relação ao tema, o qual pode estar em forma impressa, como jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias relacionadas com o tema, entre outros, ou ainda através da internet, proporcionando conhecimentos para o desenvolvimento de hipóteses com o objetivo de solucionar problemas. Portanto, Prodanov e Freitas (2009) comentam que a pesquisa bibliográfica tem o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre o assunto da pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar. Portanto, explorou-se websites governamentais das

⁴ Conselho Escolar do Distrito Católico de Dufferin-Peel (tradução nossa).

instituições públicas de educação, das instituições de financiamento e de apoio aos imigrantes, onde constam registros oficiais da memória, história e/ou trajetória da instituição desde sua fundação até as informações atuais, artigos informativos divulgados nas plataformas administradas pelo governo no Canadá, bem como as revisões teóricas de praxe nas pesquisas científicas.

Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho da dissertação, seja ele em uma perspectiva histórica ou com o intuito de reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura (Beuren, 2006):

- a) Para a pesquisa documental, buscaram-se informações nas legislações anteriores e atuais sobre a temática da imigração, assim como relatórios de dados e pesquisas governamentais de panoramas do país sobre o tema, como a política de governança, responsabilidade social, explicações quanto ao funcionamento das políticas públicas de acolhimento. Os documentos estavam baseados em websites oficiais do país. Com base na pesquisa documental, Yin (2005, p. 114) destaca que: “[...] Devido a seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizar estudo de caso”. Buscas sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para coleta de dados.
- b) A pesquisa documental, segundo Prodanov e Freitas (2009, p. 140), “[...] utiliza materiais que não receberam tratamento analítico”. Possibilitando que a criatividade do pesquisador dirija a investigação por enfoques diferenciados. Além disso, os documentos são uma fonte não-reativa e especialmente propícia para o estudo, concretizado com base em documentos considerados cientificamente autênticos. Beuren (2006) destaca sua importância para a organização e interpretação de informações brutas, atribuindo-lhe algum valor, podendo ser classificada como fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Conforme a mesma autora, fontes de primeira mão são as que não recebem qualquer tratamento: reportagens, cartas, contratos e gravações. As fontes de segunda mão são as que já foram analisadas, como relatórios de pesquisa, relatórios de empresas e tabelas estatísticas.

Corroborando com a ideia supra de pesquisa documental, Yin (2005, p. 114) destaca que:

Devido a seu valor global, os documentos desempenham um papel explícito em qualquer coleta de dados, ao se realizar estudos de caso. Buscas sistemáticas por documentos relevantes são importantes em qualquer planejamento para a coleta de dados.

- a) o estudo de caso é o outro procedimento técnico utilizado que, conforme Prodanov e Freitas (2009, p. 140), “[...] representa a estratégia preferida quando colocamos questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Será feito um estudo profundo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento. A pesquisa de campo é considerada por Prodanov e Freitas (2009, p. 64) aquela:

[...] em que observamos e coletamos os dados diretamente no próprio local em que se dá o fato em estudo, caracterizando-se pelo contato direto sem interferência do pesquisador, pois os dados são observados e coletados tais como ocorrem espontaneamente.

Atendendo a essa descrição, o contexto da vida real apontado neste estudo, far-se-á completamente diante dos documentos e informações públicas disponibilizadas pelas instituições governamentais relacionadas ao caso em foco e pelos entrevistados voluntários.

- b) acerca da coleta de dados, Lakatos e Marconi (2005, p. 167) explicam que “[...] é uma etapa da pesquisa em que inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta de dados previstos”. Na coleta de dados, desenvolveu-se roteiros semiestruturados para nortear as entrevistas, que constam no Apêndice A, um deles aplicado a uma funcionária do centro de recém-chegados, e o outro Apêndice B aplicado aos imigrantes que têm ou tiveram filhos matriculados nas escolas objeto deste estudo. Nesse caso, a memória social serviu como uma forma de produção de dados. O objetivo foi identificar a visão, compreensão e engajamento destes quanto à política institucional de acolhimento ao imigrante das escolas do município de Mississauga/ON - Canadá, bem como conhecer as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes, que possibilitou comparar a assistência pública e as demandas da vida real.

O roteiro de perguntas aplicado à *Settlement Worker* (funcionária do Centros de Recém-chegados que representa três escolas do município de Mississauga/ON -

Canadá), participante voluntária da pesquisa, questionou-se quem figura como seu empregador e como o programa é gerido e mantido; a quantidade de alunos que ela recebe ao ano; como funciona a dinâmica da sua presença nas escolas; se existem critérios para receber os alunos, e quais são eles em diferentes cenários, como imigrante, refugiado ou estudante internacional; quem financia a escola e o programa para os recém-chegados; quais os canais de comunicação oficiais que divulgam informações sobre os registros de memória, história e/ou trajetória das instituições mencionadas por ela.

Quanto ao roteiro de perguntas aplicado aos imigrantes brasileiros que participam/participaram e aos que não participaram das ações do programa para recém-chegados nas escolas públicas do Município de Mississauga/ON - Canadá, o roteiro busca identificar o perfil socioeconômico que tinham no Brasil, as características pessoais quanto a situação do estrangeiro no Canadá e o tipo de permissão para estar no país; como escolheram a cidade de Mississauga/ON – Canadá, e porque optaram pela instituição de ensino católica; se houve suporte e facilitação para a matrícula; como foi a experiência de buscar as informações sobre os procedimentos burocráticos e sistema de ensino; quais as ações de acolhimento já participaram e, se não participaram, como foi se adaptar sem nenhum suporte específico e direcionado ao imigrante; como foi a experiência de acolhimento pelo centro de recém-chegados, e se o auxílio oferecido teve efetividade prática; quais os tipos de suporte oferecidos aos diferentes limites de linguagem, culturas e tradições.

No que diz respeito à entrevista, trata-se de uma importante fonte de informações para elaboração de um estudo de caso. Beuren (2006) define como sendo a técnica de obtenção de informações na qual o investigador formula perguntas, com objetivo de obter dados necessários para responder à questão estudada. Na entrevista, segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 278), “[...] o principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos”.

Em suma, para a presente pesquisa, recorreu-se à entrevista semiestruturada, por meio de um roteiro com perguntas predeterminadas, com a *Settlement Worker*, buscando levantar dados relevantes ao contexto do seu trabalho e da instituição para recém-chegados; e com as imigrantes brasileiros que têm, ou tiveram, filhos matriculados nas escolas da região estabelecida. Para Collis e Hussey (2005, p. 160),

“[...] as entrevistas facilitam a comparação de respostas e podem ser feitas pessoalmente, por telefone ou por computador (e-mail, vídeo chamada, etc.)”.

- c) Com a observação participante obteve-se dados da instituição. Conforme Prodanov e Freitas (2009 p. 80) pode-se afirmar através desta metodologia:

A metodologia desse tipo de pesquisa está direcionada à união entre conhecimento e ação, visto que a prática é um componente essencial também do processo de conhecimento e de intervenção na realidade. Isso porque, à medida que a ação acontece, descobrimos novos problemas antes não pensados, cuja análise e consequente resolução também sofrem modificações, dado o nível maior de experiência tanto do pesquisador quanto de seus companheiros da comunidade.

Ainda, conforme Prodanov e Freitas (2009) a pesquisa participante compreende algumas coordenadas metodológicas já estabelecidas, mas que não formam um esquema rígido; o segredo de sua utilidade reside na flexibilidade, em sua adaptação aos mais diversos contextos e situações, que podem mudar a ordem das etapas, eliminar algumas delas etc. A seguir, segue a apresentação do universo de pesquisa e a amostragem utilizada.

3.4 UNIVERSO DE PESQUISA E AMOSTRAGEM

A pesquisa acadêmica foi realizada com uma funcionária do Centro de Recém-chegados, da cidade de Mississauga/ON – Canadá, e sete imigrantes brasileiros que chegaram ao país entre os anos de 2019 e 2022, através de entrevistas realizadas entre setembro de 2022 a abril de 2023, constituindo o universo de pesquisa adotado para a elaboração e a organização deste estudo.

O objetivo do trabalho é construir um diagnóstico da compreensão da funcionária do Centro de Recém-chegados sobre as categorias de estudo previamente definidas, logo as informações necessárias para as buscas iniciais foram coletadas em entrevista preliminar pessoalmente, ao que, após, um novo encontro foi programado para sanar algumas especificidades que não foram esclarecidas no primeiro contato. Assim, buscou-se compreender a memória e a história da instituição, objeto dessa pesquisa, e a forma de aplicação prática dessas políticas internas de acolhimento ao imigrante e sua socialização no país.

Quanto aos sete imigrantes brasileiros entrevistados, quatro participaram do programa de acolhimento e três não participaram por não saber da existência dos

Centros de Recém-chegados das escolas. Todas as entrevistas foram realizadas por videochamadas na plataforma Google Meet. A busca por essas pessoas se deu de forma autônoma pela pesquisadora através de um grupo online da comunidade brasileira da cidade de Mississauga/ON.

3.5 MÉTODOS PARA A ANÁLISE DOS DADOS

A análise foi realizada pela forma qualitativa, devido aos tipos de dados coletados, por investigar o funcionamento e a efetividade dos Centros de Recém-Chegados. Neste contexto, Beuren (2006) considera ser ideal para abordar temas relacionados a questões sociais, uma vez que permite análises mais profundas em relação ao tema de estudo. De acordo com Prodanov e Freitas (2009), a pesquisa qualitativa não requer métodos estatísticos e os dados coletados são descritivos, contribuindo para coleta de um número maior de elementos existentes na realidade de estudo.

Foi avaliado qualitativamente algumas estratégias básicas usadas por um Estado-Nação de referência na gestão dos desafios do recém-chegado, criados e desenvolvidas para facilitar e influenciar positivamente a vida pessoal e colaborar com a adaptação de quem chega no Canadá, especificamente na cidade de Mississauga, na província de Ontário, enquanto imigrantes e/ou refugiados. Caux (2015, p. 83) destacou quatro premissas do método de reconstrução normativas de Caux (2015, p. 83), que visa “[...] reconciliar a reconstrução e a crítica social, separadas desde a concepção da reconstrução por Habermas no início da década de 1970”.

- a) a primeira das premissas para a introdução da reconstrução normativa é a ideia de pensar a sociedade enquanto uma totalidade integrada “[...] a reprodução das sociedades se liga até o presente à condição de uma orientação comum a ideais e valores de sustentação” (Honneth, 2011, p. 18 *apud* Caux, 2015, p. 88). Essa primeira premissa expõe campo inerente normatividade do social e seus valores de referência utilizados na manutenção da integralização da sociedade e como critérios que orientam as ações individuais que sancionam o reconhecimento geral;
- b) a base para a segunda das premissas de método apresentadas por Honneth, fundamenta uma teoria social normativa que precisa recorrer a essas normas sociais já vigentes, que separa o efetivo do que seria ideal, que podem não ser

correspondentes, vez que sem isso, a teoria da justiça se mantém vazia, apontando que:

[...] se deve recorrer como ponto de referência moral de uma teoria da justiça apenas àqueles valores ou ideais que, na qualidade de pretensões normativas, constituem ao mesmo tempo as condições de reprodução de uma dada sociedade (Honneth, 2011, p. 20 *apud* Caux, 2015, p. 91).

- c) a terceira premissa perpassa o critério da reconstrução que “[...] retoma aquela confiança hegeliana na racionalidade imanente às relações sociais” (Caux, 2015, p. 92), visto que os valores e as normas orientadoras só se tornariam garantidores da reprodução social uma vez que se cristalizam a partir das relações de reconhecimento: “[...] assim, o que é reconstruído não é necessariamente aquilo que os sujeitos praticam de fato cotidianamente” (Caux, 2015, p. 93).
- d) a quarta premissa baseia-se no modelo de que a realidade material é interpretada em termos de seus potenciais práticos e aplicáveis, vez que a reconstrução normativa precisa aceitar o risco de ofertar uma abordagem conservadora do social, que observa apenas as normas já presentes, institucionalizadas e funcionais na crítica das práticas sociais para a reprodução social, sendo a última das premissas de método (Caux, 2015).

Desta forma:

[...] não se pode tratar apenas de desvelar pela via reconstrutiva as instâncias da eticidade já existentes, mas deve ser possível ao mesmo tempo criticá-la à luz dos valores a cada tempo já ‘incorporados’, o que conta como a quarta e última das premissas de método (Honneth, 2011, p. 28 *apud* Caux, 2015, p. 94).

Já a entrevista, utiliza abordagem qualitativa de análise à luz da Teoria do Axel Honneth (2003) por se constituir na prática e possibilitar a análise de três dimensões que possibilitam a compreensão do reconhecimento social e observação do pesquisador. De acordo com Chizzotti (2003, p. 83) “[...] na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam”. De acordo com Caux (2015):

Essa forma de crítica poderia levantar uma pretensão de universalidade e, assim, transcender o contexto das próprias práticas criticadas, ao se apoiar

numa racionalidade a elas implícita. O problema em Honneth, segundo Kaupinnen, é que as normas implícitas de reconhecimento parecem ser antes algo secundário e instrumental em relação ao *telos* da autorrealização individual. Em *Luta por reconhecimento*, o reconhecimento seria apenas o *medium* pelo qual os indivíduos podem alcançar a autorrealização. Na medida em que toda concepção (Caux, 2015, p. 84).

O capítulo apresentou a metodologia utilizada para a construção deste trabalho, identificando os tipos de pesquisa, a unidade do estudo de caso, as técnicas de coleta de dados, o universo e a amostragem e os métodos para a análise dos dados. No próximo capítulo, apresentaremos a análise obtidos por meio da coleta de dados para esta pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A coleta dos dados para a elaboração desta pesquisa perpassa por entender o funcionamento do sistema educacional canadense e das escolas públicas da cidade de Mississauga/ON para ambientar o cenário em que os entrevistados da pesquisa estão inseridos. Bem como, responder ao problema de pesquisa apresentado: Como a memória social e história de um dos programas oferecidos pela gestão municipal específico para imigrantes junto ao *Newcomer Centre* das escolas públicas católicas na cidade de Mississauga/ON, aborda a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social a partir das narrativas de um grupo amostral, sobre o período de 2019 a 2022, período extraordinário que contempla a pandemia do COVID-19? Os objetivos específicos também serão apresentados para lembrar qual sejam: levantar dados qualitativos relativos à memória e história institucional e à gestão voltada ao programa de acolhimento para imigrantes recém-chegados das escolas católicas da cidade de Mississauga/ON, no período de 2019 a 2022, que inclui um período do ápice da pandemia do COVID-19; analisar e comparar as narrativas dos entrevistados imigrantes sobre as suas memórias sociais e institucionais influenciadas pelo Centro de Recém-chegados, que atua nas escolas católicas, e sua participação em atividades/ações voltadas para o pertencimento e reconhecimento social, e suas dificuldades; analisar as políticas públicas e ações do programa de inclusão e sua atuação nas escolas, que reconhece esses espaços de acolhimento e colaboram com o pertencimento e o reconhecimento social de imigrantes.

Nesse sentido, as entrevistas proporcionam estabelecer o perfil do imigrante canadense, que vai demonstrar o recorte de pessoas que são aceitos pelo país; além disso, por acréscimo, expõe o motivo que os fazem preferir estar na condição de imigrante em um novo país do que permanecer no Brasil, o que pode contribuir para observarmos possíveis fragilidades sobre a política econômica e social do país para atender os brasileiros no próprio território; a coleta de dados proporcionou uma análise, mesmo que parcial, das metas do programa *Newcomer Reception and Assessment Centre* (Centro de Recepção e Avaliação de Recém-chegados), e quais são as ações que realmente beneficiam os imigrantes brasileiros entrevistados; combinadas as informações, é possível analisar qualitativamente os benefícios de uma política de imigração bem planejada e aplicada ao comparar os desafios de se estabelecer-se em um local diante do bem-estar que a inclusão, o pertencimento e

reconhecimento social, na perspectiva da teoria do Axel Honneth (2003), estabelecem.

4.1 SISTEMA EDUCACIONAL PÚBLICO NO CANADÁ

Atendendo ao objetivo 1 de discorrer qualitativamente sobre a memória e história institucional e sua gestão voltada aos programas nas escolas públicas católicas para imigrantes da cidade de Mississauga/ON e, para desenvolver este tema é possível conhecer instituições internacionais de forma mais profunda é necessário se habituar, ao menos minimamente, as suas formas de organizações políticas e administrativas. No tocante à imigração, é indispensável entender como o Canadá sistematiza suas diversas ações e inspeciona as instituições criadas pela sociedade civil que atuam na questão.

Como dito anteriormente, o Canadá é uma monarquia constitucional com sistema parlamentarista, chefiado pelo rei do Reino Unido, Rei Charles III, que ascendeu ao trono no dia 8 de setembro de 2022, diante do falecimento da monarca anterior, Elizabeth II. O poder político no país é exercido pelo Primeiro-Ministro conjuntamente a seu gabinete e ao Parlamento através das eleições, além do governador-geral, nomeado pelo rei para representá-lo à nível nacional no país e cumprir suas funções (Government of Canada, 2023a, 2023b).

Diferentemente do Brasil, em que uma única constituição rege toda a federação, composta pelo Estados e o Distrito Federal, o Canadá é dividido em dez províncias e três territórios, discriminados no quadro a seguir:

Quadro 3 - Províncias e Territórios Canadenses

Províncias	Abreviação
Alberta	AB
British Columbia	BC
Manitoba	MB
New Brunswick	NB
Newfoundland and Labrador	NL
Northwest Territories	NT
Nova Scotia	NS
Nunavut	NU
Ontario	ON
Prince Edward Island	PE
Quebec	QC
Saskatchewan	SK
Yukon	YT

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

No mapa a seguir, pode-se observar que os territórios são as divisões localizadas mais ao norte do país, uma região mais fria e com uma densidade populacional menor do que as províncias localizadas na parte sul do país.

Mapa 1 - Mapa do Canadá e a divisão de suas províncias



Fonte: Canada, Atlas of Canada (2022).

O portal The Canadian Encyclopedia, fundado pelo governo do Canadá, oferece que a principal diferença entre as províncias e os territórios se passam no aspecto econômico, político e administrativo, visto que, diferente do Brasil, que é regido nacionalmente por uma mesma constituição que alcança todos os Estados e o Distrito Federal, essa divisão, dá às províncias maior liberdade: são consideradas divisões co-soberanas, em que possuem sua própria “coroa”, representada pelo governador. Nesse sentido, cada uma delas possui um grau maior de autonomia em vista do governo federal, sugerindo suas próprias leis e impostos provinciais, além de

possuir certas responsabilidades com alguns setores públicos, como por exemplo, nos serviços públicos de educação, saúde pública e finanças (James-Abra *et al.*, 2019).

Já os territórios não são soberanos e possuem uma subordinação maior ao governo federal. É representado pela função do comissário e, assim, não possuem governador na sua estrutura política. Todos os serviços públicos são de responsabilidade do governo federal, salvo se houver delegação ao território pelo Parlamento do Canadá, que geralmente abarca setores específicos, e não de forma já discriminada, como nos casos das províncias em geral. Essa caracterização colabora para entender sobre a história institucional e sua gestão que serão abordadas.

A província que hospeda o município de Mississauga/ON, recorte desta pesquisa, é Ontário, localizada na região metropolitana de Toronto. Para ambientar o leitor, abaixo encontra-se o mapa da região:

Mapa 2 - Representação territorial da província de Ontário/CA



Fonte: Canada, Atlas of Canada (2022)

Apesar dessas divisões que definem as competências do governo federal, províncias e territórios, existe cooperação mútua entre essas relações, visto que “[...] muitas vezes, os objetivos nacionais só podem ser alcançados com a cooperação provincial; as metas provinciais muitas vezes requerem assistência federal” (Simeon, 2006, tradução nossa). Essas relações complexas se tornaram um elemento base do governo e da elaboração das políticas públicas, que se mostra como característica fundamental do federalismo canadense. Nesse sentido, Simeon (2006, tradução nossa) acrescenta que:

As atividades do governo central e provincial estão entrelaçadas em um padrão de responsabilidades compartilhadas e sobrepostas, autoridade compartilhada e financiamento compartilhado em muitas, se não na maioria, das áreas de políticas públicas

[...]

À medida que os papéis dos governos em áreas sociais, econômicas e outras áreas políticas cresciam, a necessidade de cooperação e coordenação - e os custos de falhar em alcançá-las - também se expandia.

Quanto a esta cooperação entre governo provincial e federal, é relevante incorporar a explanação de Peters e Leslie (2012, tradução nossa), acrescentando que:

O Canadá é único entre as nações desenvolvidas que não tem um escritório federal de educação. No entanto, embora a autonomia provincial em matéria educacional seja constitucionalmente reconhecida e frequentemente afirmada, seria ingênuo ignorar o fato de que o governo federal também desempenha um papel significativo na educação no Canadá. Nos níveis primário e secundário, o seu interesse limitou-se à extensão do ensino de línguas minoritárias através de bolsas de bilinguismo. No entanto, nos últimos anos, iniciou e financiou programas de formação de mão-de-obra, apoiou iniciativas destinadas a ajudar estudantes ‘em risco’ e também tentou alargar o acesso e as taxas de participação no ensino pós-secundário. Os programas mais visíveis são patrocinados pela Comissão de Emprego e Imigração do Canadá e pelo Departamento do Secretário de Estado, no entanto, no nível pós-secundário, praticamente todos os departamentos e agências federais estão envolvidos no fornecimento de algum apoio financeiro, direta ou indiretamente.

Tratando especificamente do sistema público de educação, o Ato da Constituição de 1867, conhecido anteriormente como Ato Britânico da América do Norte) cedeu a responsabilidade praticamente exclusiva do serviço educacional às províncias e aos territórios, e assim, criou-se sistemas educacionais autônomos para cada um deles, legislados através de estatutos provinciais. A seção 93 afirma que “Em e para cada Província, o Poder Legislativo poderá fazer Leis exclusivamente em

relação à Educação” (United Kingdom, 1867, tradução nossa). Contudo, esse controle total destinado às províncias tem uma ressalva em seus termos, que resguarda direitos ou privilégios que tenham sido concedidos anteriormente, consagrados em Lei, a qualquer classe de pessoas relacionadas às escolas ligadas a determinadas denominações religiosas. Em seus termos:

93 [...]

Nada em tal Lei afetará prejudicialmente qualquer Direito ou Privilégio em relação às *Denominational Schools* [escolas relacionadas a denominações religiosas estabelecidas] que qualquer Classe de Pessoas tenha por Lei na Província da União;

Todos os Poderes, Privilégios e Deveres na União por Lei conferidos e impostos no Alto Canadá às Escolas Separadas e aos Curadores Escolares dos Súditos Católicos Romanos da Rainha serão e os mesmos são estendidos às Escolas Dissidentes dos Súditos Protestantes e Católicos Romanos da Rainha em Quebec; [...]. (United Kingdom, 1867, tradução nossa, grifo nosso).

Com isso, observa-se que as escolas que seguem doutrinas religiosas são protegidas e constituem parte imprescindível da cultura educacional canadense diante do forte vínculo com a Coroa Britânica na constituição do país. Todavia, Peters (2012) detalha que as normas quanto às diferentes escolas com direcionamento religioso são aplicadas de forma diversa a depender da província:

[...] em 5 das províncias existe um sistema de educação em vigor no qual os direitos *Denominational* [escolas ligadas a determinada denominação religiosa] específicos em relação à educação são protegidos. Em 4 deles, Alberta, Saskatchewan, Ontário e Québec, os direitos são salvaguardados apenas para protestantes e católicos romanos. Na quinta província, Terra Nova, todo o sistema educacional é *interdenominationaly*, onde 8 denominações religiosas diferentes gozam de privilégios constitucionais em relação à escolaridade (Peters, 2012, tradução nossa, grifo nosso).

Esse fato corrobora com a afirmação de Orlikow e Peters (2013, tradução nossa) ao tratarem da organização educacional canadense ao enfatizarem que “[...] a grande diversidade de estruturas organizacionais nas escolas [...] canadenses reflete o fato de que o Canadá nunca teve uma política educacional coordenada e provavelmente não terá uma no futuro”. Com isso, nota-se que a complexidade do sistema educacional, suas diversas administrações e formas de financiamentos, além das suas constantes mudanças que vêm buscando priorizar a linguagem ao invés da religião; no caso da província de Ontário, vem passando por mudanças que estão priorizando a língua inglesa.

Apesar da ausência desta coordenação no país de forma geral, Orlikow e Peters (2012), explicam que o controle público está presente em todas as escolas primárias (equivalente ao ensino infantil e fundamental no Brasil) e secundárias (que corresponde ao ensino médio no Brasil), públicas e particulares, que precisam seguir as orientações das respectivas províncias e passam pelas fiscalizações. As escolas públicas recebem o orçamento direcionado pela própria província, mas em alguns lugares, suportam suplementação através do imposto local/municipal de propriedade; por sua vez, as escolas particulares se mantêm, geralmente, com o valor pago pelos estudantes e, em exceções, recebem auxílio diretamente das escolas públicas para algumas questões específicas (Orlikow; Peters, 2013).

Para gerenciar as escolas a nível local, a maioria das províncias delegam autoridade de alguns aspectos da educação os chamados de *School Boards*, traduzido para o português como Conselhos Escolares, que são grupos constituídos por membros eleitos de uma comunidade, salvo algumas áreas pouco povoadas e territórios, em que a operação das escolas é feita diretamente pelos governos provinciais e federais através de comitês escolares menos formais. Incentivam a participação popular para que o trabalho seja feito com base nas necessidades das comunidades da região, que:

Embora muitas vezes criticados por ineficiência, pontos de vista paroquiais e falta de experiência em tecnologia educacional, os conselhos escolares estão entre as instituições mais democráticas, respondendo às demandas locais. Eles fornecem um veículo vivo e, por vezes, vibrante para a participação popular em políticas e práticas educacionais (Hickcox, 2022, tradução nossa).

Hickcox (2022, tradução nossa) relata que “[...] havia cerca de 800 conselhos escolares no Canadá no início da década de 1990. Desde então, o número vem diminuindo constantemente à medida que pequenas jurisdições são combinadas em jurisdições maiores”, formando distritos escolares, e respondem por mais de um município. Geralmente, são organizados de acordo com a religião ou idioma, sendo estes os dois maiores grupos, que fornecem escolas abertas a todas as crianças e adolescentes, e os conselhos separados, que recebem os filhos de pais católicos romanos.

A maioria dos conselhos locais figuram como principais responsáveis pelas questões de pessoal, fornecimento de instalações e suprimentos, destinam

orçamentos, negociam com categorias de pessoal e condições de trabalho. Também lidam com as questões sobre

Ensino de línguas, educação especial, currículo versus programas de enriquecimento, multiculturalismo, educação técnica versus liberal, o papel dos computadores e da tecnologia da computação, testes padronizados e problemas associados ao declínio das matrículas (Hickcox, 2022, tradução nossa).

A cidade de Mississauga, localizada na província de Ontário, que figura como recorte nessa pesquisa ao acolhimento de imigrantes nas escolas públicas católicas, responde ao Conselho Escolar denominado de *Dufferin-Peel Catholic District School Board* (Conselho Escolar do Distrito Católico de *Dufferin-Peel*, tradução nossa), e abarcam, ao mesmo tempo, escolas católicas dos municípios de Mississauga, Brampton, Bolton, Caledon e Orangeville, que se localizam em territórios limítrofes, que possui a seguinte representação:

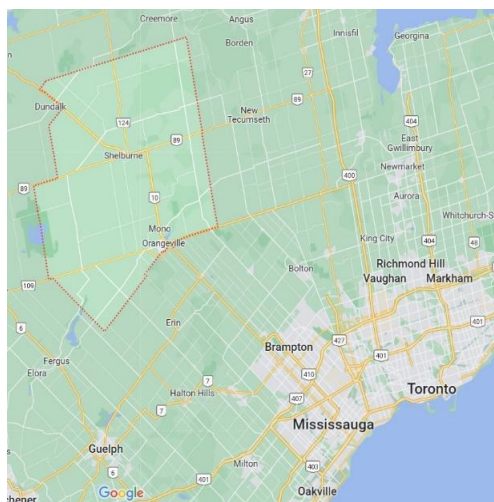
Figura 2 - Representação do logotipo do Conselho Escolar do Distrito Católico de *Dufferin-Peel*



Fonte: Dufferin-Peel Catholic District School Board (c2023a).

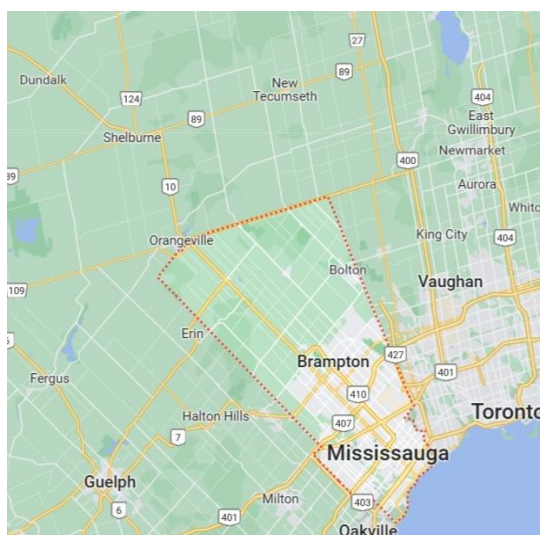
Dufferin e Peel, referem-se a duas regiões, ou condados, de Ontário, que, de acordo com o endereço eletrônico oficial (Dufferin-Peel Catholic District School Board, 2023c), conta com 151 escolas, sendo 125 primárias e 26 secundárias, assim detêm uma rede de locais responsáveis pela Educação de Adultos e Continuada. No mapa a seguir, observa-se as duas regiões e suas delimitações territoriais tracejadas com a cor vermelha:

Mapa 3 - Mapa da região de Dufferin



Fonte: Google Maps (c2023a).

Mapa 4 - Mapa da região de Peel



Fonte: Google Maps (c2023b).

Observou-se o elevado número de escolas católicas no Canadá. Orlikow e Peters (2013) divulgaram que um terço de todos os alunos de escolas públicas no Canadá estão matriculados em escolas ligadas a determinada denominação religiosa, principalmente católicas romanas, que se mantêm sólidas e muito procuradas até os dias atuais.

Com o avanço dos anos, o Canadá passou por grandes mudanças em sua estrutura social, e tomou para si a característica de defesa do pluralismo, com ênfase na diversidade e tolerância e muito disso foi acontecendo diante das necessidades de atrair imigrantes para ocupar e contribuir com o território. Assim, a política precisou

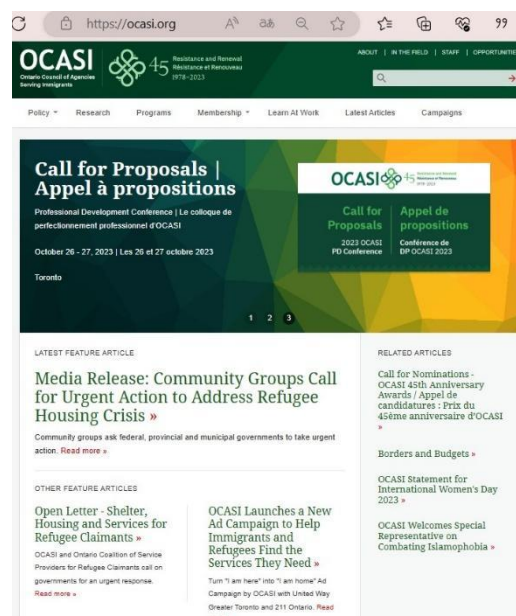
intervir em conscientização ao respeito à vista das diversas culturas e etnias que precisavam coabitar pacificamente o mesmo espaço. Além disso, o país precisou tomar medidas para que os imigrantes permanecem no território, o que envolve incentivar procedimentos menos burocráticos e uma política de inclusão para reduzir os desconfortos de estar longe dos seus familiares e amigos, da adaptação com o clima, criar meios para incentivar a participação dos recém-chegados a atividades da comunidade, promoção da saúde mental, dentre outros. O pedido para implantação de políticas de integração também vinha da sociedade civil, que também se organizou para lutar por direitos e garantias aos imigrantes (informação fornecida pela entrevistada funcionária do Centro de Recém-chegados).

4.2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO CENTRO DE BOAS VINDAS DA PROVÍNCIA DE ONTÁRIO

Os centros de boas-vindas que trabalham com as famílias de imigrantes recém-chegados nas escolas católicas passaram por um longo processo na sua construção, e vêm se aprimorando com o passar do tempo. Para traçar a linha da criação desses programas de acolhimento e entender o seu funcionamento e as formas de financiamento que os sustentam, é necessário voltar no tempo usando da memória institucional divulgada pelos meios de comunicação oficiais, que demonstram que o início para construir a iniciativa em questão, começou por meio de uma organização de caridade estruturada voluntariamente pela sociedade civil.

Formada em 1978, a *Ontário Council of Agencies Serving Immigrant (OCASI)*, que pode denominada, em português, como o Conselho de Agências de Ontário que Atendem Imigrantes, é uma instituição de caridade formada pela sociedade civil para atuar como uma voz coletiva perante as agências de atendimento que existiam na época, para coordenar respostas às necessidades e preocupações compartilhadas pelos imigrantes (Ontario Council Os Agencies Serving Immigrants, 2023).

Figura 3 - Site OCASI



Fonte: Ontario Council Os Agencies Serving Immigrants ([2023]).

Figura 4 - Reprodução Logotipo



Fonte: Ontario Council Os Agencies Serving Immigrants ([2023]).

Esta organização foi registrada e é governada por um conselho de diretores voluntários e formada por membros de mais de 200 organizações comunitárias da província de Ontário. O Relatório Anual da OCASI (OCASI, [2023], p. 8, tradução nossa) qualifica a instituição como “[...] organização guarda-chuva provincial para as agências de atendimento a imigrantes em Ontário”, que o governo do Canadá qualifica como:

O termo ‘organização guarda-chuva’ é frequentemente usado de forma intercambiável com os termos ‘organização facilitadora’, ‘organização-mãe’ ou ‘organização intermediária’. Uma organização guarda-chuva de caridade é aquela que trabalha para alcançar um objetivo de caridade, apoiando, melhorando e aprimorando o trabalho de grupos envolvidos na entrega de programas de caridade (Government Of Canada, 2019).

Por esta definição, a OCASI é uma instituição de caridade criada para ajudar e favorecer outras instituições de caridade registradas com uma finalidade específica, no caso, as instituições locais de caridade criadas para atender as demandas dos imigrantes de forma individual e da imigração em geral. A instituição passou a receber financiamento do governo do Canadá somente na década de 1980, que oportunizou a contratação de funcionários e realizar a primeira conferência do setor, além de algumas campanhas de melhoria. Em 1990, o OCASI conseguiu o financiamento do governo federal para promover a informatização na esfera de atendimento a imigrantes e refugiados, e foi uma importante voz contra a transferência da responsabilidade do assentamento e integração de imigrantes para as províncias, que se manteve ao governo federal, mantendo sua estabilidade e garantindo continuidade dos serviços. Em 2000 se iniciou os avanços que oportunizaram a criação dos centros de boas-vindas nas escolas com o lançamento do Settlement.Org que permanece sendo o endereço eletrônico mais confiável de informações para os recém-chegados ao país (OCASI, [2023]), representado na imagem abaixo:

Figura 5 - Imagem do site

The screenshot shows the Settlement.Org website. At the top, there's a navigation bar with 'NEWS', 'EVENTS', 'TRANSLATED INFORMATION', and 'ASK A QUESTION'. Below that, a green navigation menu lists various service areas. The main content area has a blue header with the Settlement.Org logo and tagline. Two prominent buttons are 'My First Days' and 'Find Services Near Me'. Below this, there's a footer with logos for the Government of Ontario and the Immigration, Refugees and Citizenship Canada. The page is divided into two columns: 'Popular Articles' on the left and 'Events' on the right. The 'Popular Articles' section lists several topics with links, such as 'Information for Ukraine Nationals Coming to Canada' and 'What are settlement services?'. The 'Events' section shows a calendar of upcoming workshops, including 'In-Person Classes: Computer Training For Newcomer Seniors' in the Peel Region.

Fonte: Settlement.Org. (c2020).

Figura 6 - Imagem do site



Fonte: Settlement.Org. (c2020).

Inicialmente, cabe explicar brevemente que o *Settlement Org*, é uma organização sem fins lucrativos (non-profit organization) de boas-vindas da província de Ontário. O OCASI informa que é o único responsável pela manutenção contínua do Settlement.Org desde o seu lançamento em 1999, que inclui o desenvolvimento de web, desenvolvimento de conteúdo e o marketing do site. É um espaço em constante atividade onde se encontra conteúdos confiáveis e relevantes aos recém-chegados referente à imigração e cidadania, educação, saúde, emprego, habitação, comunidade, dentre outros, mas um dos recursos mais populares é o Fórum de Discussão e o canal aberto a perguntas, que possibilita uma maior interação e personalização do trabalho oferecido aos imigrantes através de respostas de usuários do fórum e/ou dos especialistas em informações e referência. Como objetivo, a OCASI estabelece que:

Settlement.Org busca melhorar a qualidade das informações e dos serviços prestados aos recém-chegados em Ontário. Isto é conseguido através de:

- a) Fornecer aos usuários informações boas, precisas, confiáveis e oportunas
- b) Criando um espaço virtual onde os usuários podem obter respostas para suas perguntas de liquidação
- c) Vinculando os recém-chegados a agências de assentamento e serviços presenciais em suas comunidades locais (Settlement.Org, c2020, tradução nossa).

O financiamento federal que mantêm essas instituições é repassado através do setor de imigração do governo do Canadá, denominado *de Immigration, Refugees and Citizenship Canada* (IRCC), e posteriormente, passou a receber verba provincial que advém do Ministério de Cidadania e Imigração e Comércio Internacional de Ontário (MCIIT), por essa razão, os *sites* da organização sempre mostram a informação abaixo, que demonstra que é, em tradução livre, “Financiado pela Imigração, Refugiados e Cidadania do Canadá”, que se apresentam da seguinte forma:

Figura 7 - Informação do site



Fonte: Settlement.Org (c2020).

É esse financiamento que possibilitou a existência do setor de assentamento dentro das escolas, que trabalha com a integração e acolhimento dos imigrantes e refugiados recém-chegados ao Canadá. Na província de Ontário, esse trabalho é coordenado pelos Conselhos escolares de cada distrito, realizado através do Settlement Worker, que por tradução livre refere-se a um trabalhador/funcionário de Assentamento/Assistência a esses estudantes e suas famílias, que é vinculado diretamente ao Settlement.Org. Para melhor ilustrar as funções desse trabalhador da área de Assentamento/Acolhimento/ das escolas da região, buscou-se em um site público de anúncio de empregos a descrição das atribuições do cargo, encontrado como *School Settlement Response Worker (Acting)*⁵, divulgada para preencher a vaga na cidade de Mississauga/ON, no Conselho Escolar do Distrito de Peel, anúncio este que consta na seção anexos desta pesquisa, que comunica:

Responsabilidades chave

Você conduzirá avaliações de necessidades para coletar informações sobre necessidades de acomodação de pais e alunos que são novos no *Peel Board*; fornecer informações, encaminhamentos e suporte relacionados ao assentamento; fornecer aconselhamento de curto prazo e intervenção em crises conforme necessário na primeira língua da família; fornecer apoio em eventos relacionados à escola; criar e manter arquivos de clientes; dados de entrada pertencentes a sessões individuais, workshops para pais, sessões de informação e atividades escolares no Sistema de Informações do Aluno (SIS), Lista Principal de Clientes, coleta de documentos de imigração com a finalidade de preencher o sistema de relatórios federais (ICARE); articulação entre escola e comunidade; ajudar os alunos e os pais a se conectarem com a escola e os serviços comunitários ao redor; trabalhar em parceria com a equipe escolar para aumentar o envolvimento dos pais recém-chegados nas escolas; comunicar perguntas e preocupações dos pais e alunos ao Conselho Escolar do Distrito de *Peel* e outras organizações prestadoras de serviços; fornecer workshops e facilitação de grupos e reunir formulários de avaliação; facilitar sessões de grupo de apoio nas escolas para alunos e pais; traduzir os materiais de comunicação dos pais, na primeira língua dos pais (SCHOOL SETTLEMENT RESPONSE WORKER (ACTING). *In*: INDEED. [S. l.], c2023, grifo nosso, tradução nossa).

A partir dessas informações, passa-se à exposição e análise da entrevista realizada com a funcionária do Centro de Recém-Chegados.

⁵ Trabalhador de Assistência/Assentamento Escolar (interino) (tradução nossa)

4.3 ANÁLISE EMPÍRICA DA ENTREVISTA REALIZADA COM UM SETTLEMENT WORKER DA CIDADE DE MISSISSAUGA/ON

Para além da coleta de dados documentais disponibilizados de forma pública nos meios oficiais e de comunicação do Settlement.Org, e do governo canadense em geral, buscou-se por Settlement Workers (funcionários responsáveis pelo assentamento) que atuam diretamente no município para entender como o serviço alcança as famílias e os alunos que chegam a Mississauga/Ontário. Lembrando que o município é vinculado ao Dufferin-Peel Catholic District School Board (DPCDSB)⁶, como já esclarecido anteriormente.

Com isso, será possível mapear, mesmo que parcialmente e qualitativamente, as estratégias básicas usadas por um Estado-Nação de referência na gestão dos desafios dos imigrantes. Esses procedimentos de gestão facilitam e influenciam positivamente a vida pessoal de quem chega na tentativa de mantê-los no país para que se sintam parte da identidade nacional, com um sentimento de pertencimento, bem como, identificar as dificuldades que um imigrante enfrenta ao chegar em um novo país. Essas premissas imprimem uma melhora da política interna de acolhimento a imigrantes e refugiados, cenário que pode ser usado para pesquisas e possíveis projetos de acolhimento no Brasil.

A entrevistada da instituição (2022) não autorizou a gravação da entrevista e pediu que a pesquisadora apenas tomasse notas das informações que seriam repassadas, que poderiam ser usadas para concluir os resultados da pesquisa. Explicou que o seu trabalho é vinculado ao *Settlement.Org*, que gerencia diversos programas de acesso à informação e acolhimento a imigrantes e refugiados, conta com o *ArriveON*, aplicativo móvel gratuito que fornece ajuda aos recém-chegados em Ontário para encontrar informações e serviços que facilitam a nova jornada de estabelecer-se nesse novo local e, inclusive, ao setor escolar de boas-vindas objeto dessa pesquisa.

Questionada sobre o cunho religioso da instituição de ensino, a entrevistada explicou que apesar de ter uma vinculação católica romana, a instituição de ensino é pública e gerenciada pelo governo, que recebe as famílias católicas interessadas em manter o ensino religioso na grade curricular obrigatória, e essa é a diferença em

⁶ Conselho Escolar do Distrito Católico de Dufferin-Peel (tradução nossa)

relação às escolas não ligadas a determinadas denominações religiosas. Assemelha-se ao Brasil, levando em conta as instituições como: a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a rede La Salle e o Instituto Marista, dentre tantas outras instituições que foram criadas com um viés religioso e mantêm suas tradições, mesmo que minimamente, não discriminam outras crenças e culturas, apesar de existir ensino religioso obrigatório na grade curricular do ensino primário e secundário.

O Conselho Escolar do Distrito Católico de *Dufferin-Peel* (DPCDSB) - Conselho Escolar do Distrito Católico de *Dufferin-Peel*, divulga em seus meios de comunicação oficiais que foi criado em 1969 pela fusão de oito pequenos conselhos separados, e responde pela jurisdição dos municípios de Mississauga, Brampton, Bolton, Caledon, Orangeville. Possui cerca de 81.000 (oitenta e um mil) alunos de todas as idades, e dentre eles, uma grande diversidade por ter discentes de mais de 150 países diferentes. Emprega, aproximadamente, 11.000 (onze mil) funcionários.

Possui um centro de recepção a recém-chegados e um setor específico de Estudantes Internacionais que recebem alunos de intercâmbio (*International Student Program*), imigrantes e refugiados, oferecendo orientação, acolhimento e apoio aos alunos e suas famílias no intuito de ajudar para favorecer uma transição suave para o Distrito de *Dufferin-Peel*, que possui a seguinte representação:

Figura 8 - Representação do logotipo



Fonte: Dufferin-Peel Catholic District School Board, c2023b.

Ao descrever as funções exercidas pelo *Newcomer Reception and Assessment Centre* - do Centro de Recepção e Avaliação de Recém-Chegados (tradução nossa), as escolas pontuam os seguintes compromissos.

- Dar as boas-vindas aos estudantes recém-chegados e suas famílias;
- Apresente-os ao sistema de ensino fundamental e médio de Ontário;
- Oferecer apoio à colonização por meio da Parceria Multicultural de Assentamento e Educação (MSEP);
- Avaliar a proficiência em língua inglesa e o conhecimento de matemática
- Sugerir a colocação para alunos do ensino secundário com base no histórico escolar, nos resultados da avaliação e na idade;

- Aconselhar os alunos do ensino secundário na escolha do programa/cursos e destinos pós-secundários;
- Enviar o relatório de avaliação para a escola de matrícula Dufferin-Peel Catholic District School Board, c2023b, tradução nossa).

A entrevistada relatou que é vinculada ao Settlement.Org, e possui cerca de 70 outros colegas de trabalho na mesma função atuando nas escolas públicas na província de Ontário, e informou que representa três, das vinte escolas de High School - equiparado ao ensino médio no Brasil – do Conselho Escolar do Distrito Católico de Dufferin-Peel. Estima que recebe 150 famílias ao ano, entre os recém-chegados na situação de residentes permanentes, refugiados, permissões de trabalho (geralmente atribuídas aos pais ou responsáveis) e permissões de estudos.

A entrevistada explicou que essa recepção ocorre a qualquer momento, e não existe nenhum prazo fixo para matrículas nas instituições públicas de ensino básico. Entretanto, esclareceu, que quando a permissão de estudo concedida pelo Canadá é feita diretamente ao aluno que quer cursar o ensino como um estudante internacional, na modalidade de intercâmbio, a matrícula pode ser realizada em qualquer escola governamental, mas vai exigir investimento financeiro. Nas escolas do Distrito Católico de Dufferin-Peel, assistidas pela entrevistada o custo para esses casos no ano de 2022, foi de \$16.000 (dezesesseis mil) dólares canadenses ao ano, por aluno. Salienta-se que, quando o aluno matriculado recebe o visto de estudos por coo-dependência dos pais ou responsáveis, que vieram para trabalho ou estudo, o ensino se mantém gratuito.

À título de observação, a pesquisadora esteve presente na reunião inicial de boas-vindas como observadora, que aconteceu no dia 31 de agosto de 2022, com a finalidade de instruir os recém-chegados para o início das aulas após as férias de verão. Nesse encontro contabilizaram-se 25 pessoas em participação ativa, enquanto alguns dos alunos se mantiveram em alguma outra atividade pelas instalações do prédio, na companhia de alunos veteranos voluntários, que não pôde ser acompanhada na oportuna observação.

Os temas inicialmente abordados foram explicações e esclarecimentos de dúvidas quanto à vestimenta, os horários e dinâmicas das aulas e de intervalos, explicações sobre como funcionavam as refeições, como são realizadas as atividades avaliativas, apresentação de um conteúdo que explicava o sistema de créditos das disciplinas obrigatórias e eletivas, sobre o trabalho voluntário obrigatório que precisa ser realizado pelos alunos, o funcionamento da biblioteca, o ensino das linguagens, o

aconselhamento aos alunos, solicitação de auxílio escolar quando há dificuldade em alguma área de aprendizado específica. Inclusive, abordou-se questões referentes ao ingresso em universidades e faculdades, mencionando em que período será realizado e como esses direcionamentos dos conselheiros acontecem, e os requisitos avaliativos e de atividades extracurriculares que serão necessárias no futuro.

Após esses esclarecimentos, houve um momento de descontração entre alunos veteranos voluntários e os alunos recém-chegados que, em um painel que continha o mapa mundial, os alunos recém-chegados ligavam, por uma linha colorida, o lugar onde estavam com o lugar de onde vieram, e recebiam um brinde ao ir até o quadro. Isso possibilitou uma visualização, e até mesmo o sentimento de identificação entre alguns alunos que vieram de lugares próximos. Então, os alunos recém-chegados foram levados para conhecer algumas questões das instalações, por exemplo, direcionados aos armários para aprender a definir as senhas individuais, a cafeteria e a cantina, dentre outros. E por fim, trouxeram pizzas e todos comeram juntos, e ao que parece, alguns já se sentaram perto uns dos outros.

4.4 MEMÓRIA SOCIAL DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO CANADÁ

A pesquisa proposta e realizada nesta produção científica, usando da memória social e história institucional do programa de acolhimento para *newcomers* (recém-chegados) de algumas escolas públicas católicas da cidade de Mississauga, localizada na província de Ontário, no Canadá, descreve e analisa questões que envolvem a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social facilitado por uma ação governamental. A coleta foi a partir de narrativas de um grupo de imigrantes brasileiros, que passaram por esse processo de mudança no período de 2019 a 2022.

Tais questões mostraram-se urgentes e evidentes a esta pesquisadora por ter chegado ao Canadá recentemente, e estar inserida nas diversas dificuldades que envolvem a imigração, tanto questões formais de adaptação como nas de reconhecimento social. Assim, tornou-se interessante buscar identificar o efeito de políticas públicas, bem aplicadas para a acomodação dos imigrantes a uma diferente sociedade e território, longe da maioria das coisas que lhe é familiar.

A execução desta pesquisa foi realizada de forma descritiva e qualitativa, através de estudo de caso e por pesquisa bibliográfica, documental, e entrevistas semiestruturadas com um total de oito entrevistados, que serão analisados diante das

proposições teóricas da memória social e institucional do programa de acolhimento aos recém-chegados, a luz dos fundamentos teóricos sobre imigração e Reconhecimento Social do Axel Honneth (2003), bem como reflexões sobre a gestão pública como facilitadora na inclusão, pertencimento e reconhecimento social do imigrante.

Assim, em acordo com os objetivos norteadores desta produção, levantou-se dados qualitativos referente à memória e história institucional das escolas públicas católicas que recebem crianças e adolescentes imigrantes, e a gestão do Centro de recém-chegados, que trabalha pelo acolhimento dos alunos e suas famílias, que incorreu também nas adaptações necessárias ao período da pandemia do COVID19 (2019 a 2021, predominantemente); a seguir, apresenta-se as análises e comparações das narrativas dos entrevistados sobre as suas memórias sociais e institucionais relacionadas ao centro de recepção aos recém-chegados da escola pública católica e suas experiências em atividades/ações desenvolvidas voltadas para o pertencimento e reconhecimento social; e por fim, a análise propriamente dita, verificando a relevância das ações do programa de inclusão e formação ofertados pelas escolas, que passam a ser apresentados nos subtítulos seguintes.

4.4.1 Perfil dos entrevistados

Para a conclusão da pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 8 entrevistados, um vinculado ao serviço de assentamento de três escolas católicas do município de Mississauga/ON, e, este especialmente, não conta na listagem do Quadro 4, e sete imigrantes brasileiros que mantêm ou já mantiveram filhos matriculados, frequentando alguma escola pública católica do município, no período de 2019 a 2022 e, obviamente, passaram pela adaptação inicial.

Quadro 4 - Perfil dos entrevistados

(continua)

Entrevistados	Sexo	Idade	Estado Civil	Graduação	Escolaridade	Nº Filhos
A	Feminino	46	Casada	Análise de Negócios	MBA	1
B	Feminino	47	Casada	Engenharia Civil	MBA	3
C	Feminino	36	Casada	Contabilidade	Graduação	1
D	Masculino	47	Casado	Engenharia Civil	Graduação	3
E	Masculino	45	Casado	Turismo	Pós-Graduação	1
F	Masculino	38	Casado	Engenharia Elétrica	Graduação	1

Quadro 4 - Perfil dos entrevistados

(conclusão)

Entrevistados	Sexo	Idade	Estado Civil	Graduação	Escolaridade	Nº Filhos
G	Masculino	54	Casado	Engenharia Civil	Mestrado	2

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em relação aos entrevistados imigrantes, os dados demonstram um grupo de maioria na meia-idade, entre 36 e 54 anos, cujo estado civil é casado, com grau de instrução significativo – escolaridade de nível superior ou especializações – e, alguns, com uma parcela significativa de filhos. A seguir, segue as narrativas e análises sobre a imigração.

4.4.2 Condição de imigração e a motivação para imigrar

Perguntados sobre a chegada no Canadá e as condições de imigração (status de imigrante) iniciais, os entrevistados A e B vieram com a autorização de permanência para estudos, ou melhor entendido como visto de estudante; os entrevistados D, E e G, vieram com autorização de trabalho vinculada ao visto de estudante das esposas; e os entrevistados C e F iniciaram sua permanência no país com o visto de visitante, e só posteriormente, conseguiram alterar o status para permissão de trabalho, já estando no país como turista. A maioria dos entrevistados são naturais da região sudeste do Brasil (Estados de São Paulo e Rio de Janeiro) apenas dois deles vieram da Região Norte (Amazonas).

Todos os candidatos manifestaram estar confortáveis com a vida financeira e profissional no Brasil antes da decisão de imigrar. Ainda assim, a motivação para a mudança inicial e a vontade de permanecer no Canadá apoiou-se em fatores sociais e, principalmente, na sensação de segurança que o país receptor ofereceu.

A Entrevistada A mencionou que a maior motivação para enfrentar as dificuldades de ser imigrante é oferecer uma melhor qualidade de vida para o filho nas questões de educação e segurança. Relatou que esteve no Canadá por três semanas no ano de 2015, matriculados em um curso rápido de idioma para conhecer o país, mesmo que superficialmente, e só então, decidiu que iniciaria os processos para conseguir algum tipo de visto, para permanecer no país, acrescentando, em suas palavras, que:

Eu vim de São Paulo, e em São Paulo você não pode andar com celular no meio da rua, porque você não vai voltar com ele pra sua casa. Então era esse tipo de coisa. Respeito pelo próximo, de você também, na hora que chegar no metrô, ter fila mesmo sem ter aquele divisor, aquele guarda corpo. Aqui não tem guarda corpo, mas assim, existe uma fila em que as pessoas ficam paradas esperando. A porta do trem abriu, às pessoas deram um passo pro lado, para as pessoas conseguirem sair. A gente olhando com aquela cara [esboçou uma reação de surpresa], não é aquela coisa de ‘vamos lá, seja o que Deus quiser’ e ‘cada um por si e Deus por todos’, não! Então, esse tipo de coisa, esse respeito ao próximo, foi o que cativou a gente [referindo-se a ela e ao marido] (Entrevistada A, 2023).

No mesmo sentido, a Entrevistada B disse que decidiu passar pelo processo de ser estudante novamente, para dar a oportunidade da experiência no exterior e com o idioma inglês aos filhos, mas também adicionou a questão da segurança, liberdade e bem-estar ao elucidar que:

Essa não foi minha primeira mudança de país. Anteriormente, eu mudei para Portugal, em que passei três meses, e a pandemia me fez retornar, mais por uma questão de medo mesmo, em relação àquela região. Mas, eu não me acostumei mais ao Brasil. Eu achava que eu estava muito presa dentro de casa, coisas que em alguns outros países não acontecem (Entrevistada B, 2023).

O Entrevistado D, proprietário de uma indústria no Brasil e que ainda se mantém trabalhando na própria empresa, relatou que estava criando os filhos sem liberdade, “[...] presos em condomínios e clubes fechados” (Entrevistado D, 2023), em que mesmo com carros blindados, já foi vítima de roubos e tentativas de roubo, sempre sob a mira de armas de fogo, acrescentando que nas situações mais graves, ao descer no veículo para entrar na sua empresa, foi abordado e teve o carro roubado, e na situação mais recente, em março de 2023 os criminosos atiraram na janela do motorista, com a intenção de atingir o entrevistado, e segundo ele, “[...] se não fosse o carro blindado, eu podia estar morto” (Entrevistado D, 2023). Disse estar cansado de ter que se proteger excessivamente, e o tempo que passa no Canadá têm proporcionado uma sensação de bem-estar e permitido uma qualidade de vida muito superior, apesar de ter menos acesso aos privilégios que mantêm no Brasil.

O Entrevistado E escolheu a região porque tinha o curso que a esposa se interessou em cursar. Além disso, Mississauga/ON possui uma sede da empresa ao qual o entrevistado compunha o quadro de funcionários no Brasil, o que seria uma possibilidade de trabalho mais próxima por ter as referências necessárias para ser contratado no Canadá.

O Entrevistado G também enfatizou a segurança como um ponto principal da escolha do país, após realizar, segundo ele, uma “viagem exploratória” junto da

esposa para conhecer a região, disse que Mississauga/ON: “[...] é um bom local, é mais seguro, principalmente quando você compara com o Rio de Janeiro, com São Paulo, etc. Violência aqui é, praticamente, quase zero” (Entrevistado G, 2023). Quando você compara. Entretanto, na escolha pela cidade de Mississauga/ON para se estabelecerem-se foi motivado por ser uma cidade mais tranquila do que a capital Toronto/ON, e mais próxima o suficiente do aeroporto internacional. Assim, considerou o tempo do transporte aéreo visto que “[...] o tempo de viagem para Toronto é bem menor do que para Vancouver/BC” (Entrevistado G, 2023), cidade que também foi considerada na elaboração do plano de imigração. Segue algumas narrativas sobre a instituição.

A história de vida expostas através da memória dos entrevistados são diversas. Cada experiência de vida é única, multifacetada e incomparável entre si. Entretanto, apesar das diferentes conjecturas entre os entrevistados, mais, ou menos, privilegiados econômico-socialmente, todos citaram o contexto da segurança e a diferença cultural como um ponto relevante para a decisão de mudar do Brasil para o Canadá, sendo estes, fatores que compensa o afastamento de toda a familiaridade e estabilidade de estar no país de origem, para então, estar em um lugar que consideram trazer mais tranquilidade e bem-estar.

Bógus e Morini (2022), entrevistaram quinze imigrantes brasileiros com qualificação profissional que vivem e trabalham no Canadá, e dentre eles, as maiores motivações também perpassam os sentimentos expostos pelos entrevistados desta pesquisa. As autoras relataram que essas pessoas qualificadas decidiram sair do Brasil e viver como imigrantes por fatores como: Desejo de morar fora (60%), que geralmente foi relacionado com viagens anteriores a outros países; Instabilidade econômica do Brasil (53,33%), relacionado a instabilidade no emprego; Segurança (46,66%) e Qualidade de vida (26,66%), associado ao medo de assalto e agressão, e consideraram a oportunidade de oferecer uma vida mais tranquila aos filhos, bem como ao acesso a muitas formas gratuitas de lazer.

Cruz, Falcão e Santos (2022, p. 119) entrevistaram brasileiros imigrantes que residem na Alemanha, e concluíram que “[...] os respondentes declaram não terem um prazo definido para retornar, sendo que afirmam terem saído do Brasil devido à falta de oportunidades, violência, instabilidade política e causas econômicas”.

Por essas comparações, nota-se que as motivações para os brasileiros que têm qualificação profissional no Brasil e optaram pela imigração são parecidas,

envolvendo a busca por segurança e proteção, bem-estar e qualidade de vida, uma cultura mais respeitosa e menos violenta para si e seus filhos, e pretensão por melhores oportunidades econômicas, e às vezes, buscando o reagrupamento familiar.

É importante salientar que, neste caso, não estamos tratando das causas de vulnerabilidade social e econômicas que constam nos relatórios sobre imigração, que decorrem de conflitos armados, guerras, instabilidade e perseguição política, desastres naturais e mudanças climáticas, pobreza e desemprego, dentre tantas outras, que não entraram no recorte de delimitações para esta pesquisa, mas pode ser uma motivação para tratar do assunto em pesquisas futuras para verificar as necessidades de quem imigra em situações mais vulneráveis, à exemplo de parte dos refugiados.

4.4.3 Atuação do Centro de Boas-Vindas das escolas católicas de Mississauga/ON

Entre os entrevistados, selecionou-se alguns que participaram do *Newcomer Reception and Assessment Centre*, e outros, que nem mesmo tinham conhecimento da existência desse centro de acolhimento aos recém-chegados. Isso possibilitou comparar as condições da adaptação de quem experienciou o auxílio do programa e de quem não usufruiu desse serviço.

Considerando as dificuldades que apresentaram em suas narrativas, buscou-se entender o caminho de cada um dos entrevistados para tentar minimizá-las, estando assistido, ou não, pelo *Newcomer Reception and Assessment Centre*, considerando que as dificuldades e preocupações em relação ao ensino dos filhos são parecidas.

Para alcançarmos essa finalidade usamos da memória social exposta pelos entrevistados em suas narrativas, que contextualizam os significados coletivos das histórias, identidades e experiências compartilhadas, a fim de assimilar o funcionamento dos Centros para Recém-chegados. Nesse sentido, Cortes *et al.* (2021, p. 309) defende que a memória individual indica a existência de interações, vividas em contextos diferentes, que influenciam na construção de uma história coletiva, incluindo que se sucede “[...] a transposição da memória individual para a memória coletiva e, portanto, há uma estreita relação entre elas pela identificação do

indivíduo com as referências de um grupo, conservando-se assim a memória”, e conclui que:

A memória, assim, tem o poder de (re)significar o passado no presente, moldar identidades, expressar emoções e, está presente em objeto, como mediadores e rastros de memória, a partir do olhar cultural projetado sobre os mesmos. Portanto, influi diretamente no comportamento humano, nas ações e na organização da sociedade, possibilitando a reflexão sobre o passado para assim reorganizá-lo em determinadas circunstâncias (Cortes *et al.*, 2021, p. 309).

Para montar essa memória que irá possibilitar entender o funcionamento dos centros de recém-chegados, o quadro abaixo esclarece quais dos entrevistados imigrantes foram assistidos, e quais não foram. Essa comparação permitirá que se compare a adaptação dos dois grupos, identificando a relevância e efetividade dessa política pública canadense de integração. Veja-se:

Quadro 5 - Relação dos entrevistados que participaram do programa de colhimento

Entrevistados	Apoio do <i>Newcomer Centre</i>
A	Sim
B	Sim
C	Não
D	Sim
E	Sim
F	Não
G	Não

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Com isso, apesar de todos os entrevistados usufruírem do serviço público educacional das escolas católicas de Mississauga/ON, considera-se nos relatos que os entrevistados A, B, D, E receberam algum tipo de auxílio do *Newcomer Reception and Assessment Centre*, enquanto os entrevistados C, F e G não tiveram o mesmo tratamento, mas, quando necessário, buscavam auxílio diretamente na escola.

Começando pelos entrevistados que vivenciaram as ações de integração do programa oferecido pelas escolas públicas católicas, foram apresentados à possibilidade de participar da própria escola, nos primeiros contatos do ano de ingresso dos filhos. Os entrevistados A e E receberam o convite para participar via telefonema. Aos entrevistados B e D, o serviço foi oferecido por e-mail, tendo a primeira recebido diretamente, e o segundo por intermédio da esposa.

A Entrevistada A buscou muita informação de forma autônoma, ainda do Brasil, e chegou no Canadá muito informada sobre os trâmites que precisaria realizar para matricular o filho na escola. Ela contactou um conselho escolar por e-mail, que ofereceu o primeiro direcionamento para conseguir efetivar a matrícula do filho na escola, indicando qual era a escola responsável pela região da residência da entrevistada e solicitando os documentos, conforme eram sendo necessários. Até que recebeu uma ligação do que informou o centro para os recém-chegados, da seguinte forma:

Eu já tinha pesquisado como é que funcionava para poder matricular o [nome do filho] na escola. Sabia que teria que ir atrás do 'Board' [conselho escolar], só que estava na pandemia, pós-pandemia, então nada estava funcionando direito ainda, e no presencial não dava. Eu ia mandando os documentos pra ela ver qual a escola ele ia estudar [...] então assim eu fiquei conversando com a mulher por e-mail e ela falou qual escola era, então mandei algumas documentações já para a escola. E aí, passou um tempo, e eles ligaram pra gente falando tipo: OK, a gente tem um serviço de newcomer, um Welcome Centre, que está fechado por causa da pandemia, mas que a gente consegue prestar uma ajuda pra vocês (Entrevistada A, 2023).

Nesse momento, prestaram auxílio em relação a alguns documentos e registros necessários para o filho da entrevistada. Até que chegaram na questão do emprego e participaram de um curso, que visava ensinar a elaborar o currículo canadense, a carta de apresentação, chamada de *Cover-letter*, e posteriormente, também seria direcionada para um programa de mentoria com voluntários. Essa etapa não foi mais interessante para a entrevistada, visto que, optou por se dedicar exclusivamente à pós-graduação e não buscou trabalho no primeiro ciclo dos estudos.

A Entrevistada B, recebeu a maioria das orientações por e-mail, e sempre foi atendida nos seus questionamentos, que eram em sua maioria, relacionadas ao sistema de ensino. Seus filhos ingressaram na escola dois meses antes do fim do ano letivo, que começa em setembro e termina em junho do ano posterior. Assim, por ter chegado no mês de abril e não poder deixar os filhos fora da escola pela rigidez do país quanto à esta questão, ela acrescentou que: “[...] criança aqui não pode ficar fora de escola de jeito nenhum, é uma coisa considerada muito séria” (Entrevistada B, 2023), usou esse período como adaptação para os filhos, que chegaram sem falar inglês, e sentiram muita diferença na parte cultural também. No mês de maio, foram submetidos a diversas avaliações (*assessment*) para identificarem o nível de ensino que os encaixam, posto que o sistema de ensino é diferente do que temos no Brasil e possui qualificações que garantem, ou não, o acesso à universidade (nível comum ou acadêmico).

Após esse período de adaptação, antes do início do ano letivo, a Entrevistada B recebeu um convite para uma integração dos recém-chegados, que aconteceu no fim do mês de agosto. Apesar de ter criado boas expectativas para esse encontro, não considera que fez muita diferença, porque foi uma explicação superficial, projetada no PowerPoint, completando que descobriu 90% dos processos e procedimentos porque foi atrás sozinha, e queixou-se, principalmente sobre a falta de acompanhamento e assistência posterior, dizendo que,

[...] eles não procuram nem saber como é que as crianças ficaram ou como as famílias ficaram, se se assentaram direito, ou não se assentaram direito. Talvez se você procurar e voltar a procurar, talvez consiga. Mas se não [forem procurados], não! (Entrevistada B, 2023).

A Entrevistada B relatou, ainda, que a maior dificuldade foi entender o sistema de ensino, visto que os filhos teriam que tomar decisões permanentes, e que sem entender bem o funcionamento do sistema de ensino, poderiam ser prejudicados. Nessa questão o *Newcomer Centre* poderia ter atuado de forma muito mais ativa:

Eles dão um overview [visão geral] do sistema. Eu acho que cumpre de forma superficial. Poderia ser muito melhor explicado porque tem muitos detalhes [...]. Principalmente, por exemplo, essa questão de você ter níveis de ensino dentro da sala de aula. Por exemplo, se eu não quero fazer matemática todos os anos, o ensino não precisa, porque eu só vou usar dependendo do curso que eu quero fazer na universidade: se eu quero ser engenheiro, eu vou ter que saber matemática e física, mas, por exemplo, eu não vou precisar fazer química, então não precisa aprender química e as matérias de humanas como história, Geografia, filosofia, sociologia [...]. Só que ninguém explica isso e ninguém te explica quais são os cursos e quais as matérias que você precisa [...], porque se eles não fazem as matérias e o nível certo, o curso acadêmico [acadêmico], quando eles acabarem existe o risco de eles não ter direito de ir para a universidade[...]. Isso ainda não está claro para mim, é bem difícil de entender e ninguém te explica, e você vai se batendo no sistema deles (Entrevistada B, 2023).

Isso demonstra que o auxílio que será prestado depende muito mais de solicitações do imigrante, não sendo um programa que oferece uma assistência independente. Não negam nenhuma solicitação de informação e apoio aos que solicitam, mas não acompanham tão de perto para verificar os resultados. A esta pesquisadora, essa questão do sistema de ensino soou muito relevante quando as famílias de imigrantes chegam ao país com filhos adolescentes. No Brasil, temos um ensino muito mais amplo, e se para o adulto é difícil de entender, para o adolescente pode ser ainda mais complexo, visto que ele precisa tomar a decisão sobre o que fará no futuro, imediatamente, ao escolher as disciplinas do ensino médio, já que os aceites nas universidades são baseados no currículo escolar dos candidatos. Então, além da

questão de adaptar-se a um novo país, ao novo clima, criar novos vínculos afetivos, aprender a se comunicar e a se comportar, para os adolescentes brasileiros que chegam ao Canadá e precisam tomar decisões importantes devem também, entender questões sistêmicas, sem grandes assistências.

O Entrevistado D utilizou o *Newcomer Centre* apenas de forma online, através de e-mail, e apenas quando necessitava de alguma informação. Não conseguiu usufruir ativamente dos recursos oferecidos, porque ainda passa grande parte do tempo no Brasil, e quem conseguiu ser mais ativa presencialmente foi a esposa. Porém, não considera que foi uma ajuda de relevância, visto que, caso não houvesse o *Newcomer Centre*, seus questionamentos poderiam ter sido respondidos pela própria escola, onde, a propósito, teve mais contato, além das pesquisas autônomas, em que buscava e ainda busca informações sozinho.

O Entrevistado E, por ter um filho na primeira infância, não teve tantos problemas com a adaptação escolar, mas participou de direcionamentos para ingresso no mercado de trabalho canadense e o próprio programa *Newcomer Centre* o encaminhou para uma mentoria. Nessa situação, às pessoas que demonstraram mais interesse durante as instruções iniciais sobre emprego lhes foi oferecido a participar de uma mentoria com voluntários do programa. Esses voluntários são profissionais de diversas áreas, dispostos a passar um pouco da experiência que tiveram para ingressar na carreira nesse novo país, bem como um pouco da própria experiência profissional nas empresas que trabalham.

Considerando que o entrevistado atuava na área de Recursos Humanos no Brasil, foi direcionado à uma pessoa da área administrativa que atuava em uma empresa canadense. Tiveram alguns encontros por videoconferência, e foi uma forma de ter um contato para ter uma referência no país, mas que não teve tempo de chegar até o fim para ter uma opinião formada sobre o resultado que esse contato ofereceria, porque enquanto isso acontecia, a empresa que trabalhava no Brasil conseguiu viabilizar sua contratação na sede da empresa que se localiza na cidade de Mississauga/ON. Mas, de forma geral, sentiu empenho por parte do *Newcomer Centre* e da voluntária que se disponibilizou a ajudá-lo e o conhecimento adquirido sobre do mercado canadense lhe foi útil, mas não sabe dizer se isso teria resultados efetivos para que fosse contratado por empresas em que não tivesse indicações e referências, pois acredita que sem isso, é extremamente difícil ser considerado para ocupar uma posição.

O funcionamento do *Newcomer Reception and Assessment Centre* exposto pelos entrevistados demonstrou uma certa diferença entre as diferentes escolas, mesmo sendo parte da mesma administração distrital e do mesmo Conselho. Aparentemente, o centro para recém-chegados segue os mesmos parâmetros, mas a efetividade das medidas depende do trabalho exercido pelos funcionários de cada escola, a depender das suas sobrecargas de trabalho e da unidade que se encontram.

Comparando os relatos dos entrevistados imigrantes e o relato da funcionária do centro de boas-vindas, existem escolas que suportam mais alunos do que outras, o que pode aumentar a demanda do *Settlement Worker*. Pode-se observar pela entrevista realizada com a servidora responsável pelo acolhimento dos imigrantes que há uma grande sobrecarga; como já mencionado, sozinha, ela estava responsável por três escolas da cidade de Mississauga/ON, e ao menos um dia da semana, precisava estar presencialmente disponível em uma delas. Mas, estar em uma das escolas não a isentava de ainda atender as demandas das famílias das outras escolas. Isso pode dificultar uma prestação de serviço de excelência, visto que, nesta grande demanda, naturalmente, a funcionária precisa dar mais atenção às famílias que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, e a impede de acompanhar todos os alunos e famílias que chegam à escola.

Outro ponto que chamou atenção se aplica no confronto das expectativas que o centro de recém-chegados projetou nos imigrantes entrevistados nos primeiros contatos em contraponto ao que o programa efetivamente se propõe. Alguns entrevistados manifestaram que esperavam um maior acompanhamento dos filhos na adaptação escolar, à exemplo da Entrevistada B (2023) que mencionou que “eles não procuram nem saber como é que as crianças ficaram ou como as famílias ficaram” após o encontro inicial de apresentação da escola, mas ela também não procurou mais pelo suporte. Confrontando essa queixa ao que o *Newcomer Reception and Assessment Centre* se propõe oficialmente, podemos lembrar que na sua apresentação, no tópico “o que fazemos” (tradução nossa), exposto no website do Conselho Escolar Católico do Distrito de *Dufferin-Peel*, traz quê: Dão boas-vindas aos estudantes recém-chegados e suas famílias; apresenta-os ao sistema de ensino fundamental e médio de Ontário; oferecem apoio à colonização por meio da Parceria Multicultural de Assentamento e Educação (MSEP), dentre outros aconselhamentos e avaliações escolares (Dufferin-Peel Catholic District School Board, c2023c).

Além disso, cabe trazer, novamente, parte da descrição da vaga de trabalho para *Settlement Worker*, que descreve que o colaborador é responsável por:

[...] coletar informações sobre necessidades de acomodação de pais e alunos; fornece aconselhamento de curto prazo e intervenção em crises conforme necessário na primeira língua da família; articulação entre escola e comunidade; facilitar sessões de grupo de apoio nas escolas para alunos e pais; [...] (SCHOOL SETTLEMENT RESPONSE WORKER (ACTING)). *In*: INDEED. [S. l.], c2023, grifo nosso, tradução nossa).

No caso, atentar-se especialmente para o termo “aconselhamento de curto prazo”, que associado à descrição do serviço oferecido pelo programa, pode-se concluir que o trabalho foi conduzido de forma objetiva ao que se comprometem, considerando que, quando procurados para fornecer alguma informação ou solicitados qualquer tipo de auxílio, correspondem às expectativas, cumprindo a função de auxiliar no assentamento e oferecer assistência na adaptação, mas focam nos alunos e famílias que buscam por esse auxílio, e não um acompanhamento geral, visto que é um trabalho a curto prazo.

Tratando sobre os entrevistados que não tiveram conhecimento da existência do programa, o G chegou ao país com o mesmo status dos participantes já mencionados, em que o *Newcomer Reception and Assessment Centre* foi apresentado, com autorização para trabalho vinculado ao visto de estudante da esposa. Já os entrevistados C e F, permaneceram no país com o visto de visitante, e nos relatos, houve uma diferença de tratamento em relação a eles em algumas questões.

Começando pelo Entrevistado G, que chegou com a permissão de trabalho, disse que as filhas tiveram dificuldades em relação a adaptação, principalmente cultural. E acredita que, talvez, havendo uma oportunidade para uma interação cultural anterior, mais imersiva e cuidadosa, voltada aos recém-chegados, poderia ter ajudado nessas questões, apesar de considerar que o responsável pela escola sempre era muito solícito em ajudar, e demonstra boa vontade.

O período da pandemia também foi uma barreira para a integração das filhas; ambas estavam no ensino médio, e o entrevistado relatou que, muitos dos alunos já tinham suas afinidades estabelecidas considerando que muitos dos alunos estudam juntos desde a primeira infância. Com isso, houve uma grande dificuldade em criar vínculos mais profundos de amizade e, pouco tempo depois, o ensino passou para a modalidade remota, completamente via internet, seguindo as regras de isolamento

social. Após essa mudança, uma das filhas voltou para o Brasil por se sentir sem amigos, já que os vínculos que possuía estavam no Brasil e o rigor das políticas de contenção do COVID-19 criou ainda mais impedimentos. Apesar disso, relata que a escola ofereceu uma grande assistência interna, mas as dificuldades ainda existem. Em suas palavras:

A escola fez a parte dela. Acho que ela [escola] tentou fazer isso. Nós tivemos algumas reuniões na escola, foi bem acolhida. Eles tentaram fazer a integração, mas nem sempre essa integração é fácil. Porque você vem de uma outra cultura, né?! E eu acho assim, numa escola, onde tiver muitos imigrantes, pode ser que essa adaptação seja mais fácil. Mas, uma escola onde você não tem imigrante ou tem muito pouco imigrante, a cultura é diferente da nossa. E uma característica interessante, assim, muitas vezes aqueles estudantes, eles começaram no Jardim de infância, então quando eles chegam no grau 6 [ou] 7, são amigos a, sei lá, 10 anos. Então, assim, foram muito bem acolhidas, mas eu acho que tem essas 2 características: diferença cultural e o relacionamento. Qualquer pessoa para inserir num grupo de amigos de muito tempo. Isso demora um tempo, né?! [...]. Uma se adaptou bem, a outra, nem tanto. Mas eu acho, que o grande desafio foi porque logo depois começou o Covid, né?! [...] Com Covid você se isolou, então você não tinha como fazer, nem a escola podia fazer nada. Como é que ela ia integrar alguém que não podia sair de casa”.
“[...] Dois anos fechado, você não tem integração mais nenhuma. Ficou poucos meses [no ensino presencial], de 4 a 5 meses (Entrevistado G, 2023).

Questionado se a escola ofereceu algum outro tipo de assistência, o Entrevistado G afirmou que uma das filhas foi encaminhada para um centro diferente, que não recordava o nome, mas não era específico para recém-chegados e nem para imigrantes; era um lugar onde as escolas encaminham crianças e adolescentes que apresentavam alguma dificuldade de acomodação:

Essa minha filha que teve um pouco mais de dificuldade de se adaptar, eles [a escola] indicaram um local, mas era específico para escolas, não tinha nenhum outro suporte para imigrantes [...]. Esse era específico para ajudar adolescentes e tal. [...] Era sobre essa adaptação para entender o que estava acontecendo e etcetera. Tinha até um centro aqui, eu não vou lembrar o nome, é um nome bem curto, porque eles, inclusive, tinham psicólogos para algumas atividades com crianças que eles ofereciam, se as crianças tivessem dificuldade de adaptação (Entrevistado G, 2023).

Os entrevistados C e F não tiveram nenhum auxílio sobre adaptação na escola, nem aos filhos e nem à família. A Entrevistada C relatou que, quando chegou ao país, ao procurar a escola pública católica da região onde estava residindo, a matrícula foi negada porque não existe obrigatoriedade em aceitar crianças abaixo de 6 anos. Assim, o filho entrou na escola após 6 meses da sua chegada, em que precisou conciliar o cuidado da criança com o trabalho, função que exercia sem o registro formal. Mesmo após a matrícula realizada, não lhe foi oferecido nenhum auxílio

específico ao imigrante recém-chegado, e quando buscava a escola de forma direta para algumas dificuldades do filho, seu relato demonstra que não recebeu muita validação; apesar das queixas serem, ao menos parcialmente, resolvidas em relação ao filho, nunca recebeu atenção à família.

Em relação aos entrevistados que não foram apresentados ao *Newcomer Centre*, notou-se uma diferenciação entre a família que estava no país autorizada a estudar e trabalhar (Entrevistado G), e as famílias que estavam se estabelecendo de forma irregular usando o status de visitante (Entrevistados C; E; F), mas demonstrando a intenção de se estabelecer no país.

Ao Entrevistado G, mesmo não encaminhado para o *Newcomer Centre*, recebia todo o auxílio que solicitava através da própria escola, e elogiou a postura do diretor, que sempre tentava ajudar e fazia o que estava ao seu alcance para colaborar na adaptação da filha que apresentava dificuldades de estabelecer amizades, até mesmo encaminhando-a para participar de atividades que tinham essa finalidade de inserir os alunos em grupos sociais. Apesar desse esforço, o entrevistado considera que não houve um tempo adequado para surtir resultados na adaptação da filha devido ao período da pandemia do COVID-19, que manteve o país em *lockdown* por um tempo considerável, e fez com que a filha optasse por voltar para o Brasil por se sentir sozinha e sem interações sociais, vez que no Brasil, ela tinha essa esfera já estabelecida.

Portanto, mesmo sem participar diretamente do programa de acolhimento aos imigrantes, objeto desta pesquisa, é legítimo afirmar que, ainda assim, existiu uma política de integração, preocupação da própria escola, em estabelecer assistências necessárias para inserir o estudante imigrante recém-chegado ao país na sociedade escolar.

Essa verificação fortalece a teoria de que a solidariedade, as relações afetivas e o compartilhamento de tradições são determinantes para a existência e manutenção de uma comunidade, grupo social limitado a grupos menores, como o seio familiar, as aldeias, vilarejos e pequenas cidades (Tönnies, 1995). É nessa comunidade que se forma vínculos de apoio e fortalece o reconhecimento social, que, segundo Honneth (2003) desempenha um papel essencial na formação da identidade e na realização pessoal dos indivíduos, posto que os seres humanos são socialmente dependentes e as interações sociais formam a autoestima e o sentido de valor autoconstruídos.

Quanto a experiência da Entrevistada C em relação à escola, não se pode afirmar que a negativa da matrícula do filho da entrevistada foi motivada pelo status de visitante, mas pode-se dizer que esta não é uma prática usual, reforçado pelas informações fornecidas pela funcionária da escola, que afirmou que recebe alunos sem nenhuma distinção, até mesmo os que estão com o visto de visitante vencido, salvo os estudantes internacionais que chegam direto para o intercâmbio, que pagam pelos estudos na escola pública, como explicado anteriormente. Apesar de não existir obrigatoriedade em acolher crianças com menos de 6 (seis) anos, as crianças no Canadá costumam iniciar a escola no ano que completam 4 (quatro) anos de idade, período este chamado de “Kindergarten”. Logo, a Entrevistada C foi privada do direito de matricular seu filho na escola, ao que acredita ser pela falta de status de imigrante, mesmo que provisório (no caso dos estudantes e nos autorizados para trabalho), por figurar, à época, como visitante no país.

De forma geral, a autoestima e o sentimento de valor pessoal da Entrevistada C foi deixado de lado pela sensação de reconhecer, em seu íntimo, que não estava agindo de forma regular para permanecer no Canadá, o que prejudicava esse Reconhecimento Social teorizado por Honneth (2003). A seguir, os relatos da Entrevistada C sobre as situações que violam sua personalidade nessa visão teórica do referido autor, estão expostos de forma mais detalhada em outras esferas da sua vivência social.

4.4.4 Trabalho, valorização do potencial do imigrante e sua subsistência

Viver em um país desenvolvido é extremamente caro quando consideramos o valor econômico do dinheiro de uma região do Sul Global. Para chegar até um país desenvolvido de forma legal, o imigrante precisa investir para se qualificar nos procedimentos imigratórios, como nos pagamentos necessários para aplicar o pedido de estadia ao governo canadense e, no caso do estudante, pagar a instituição de ensino, bem como programar o montante necessário para arcar com os custos de moradia, transporte, alimentação, e outras questões aliadas à subsistência, em uma moeda mais valorizada.

Os entrevistados nessa pesquisa se encaixavam no padrão de vida de classe média no Brasil e com uma alta qualificação profissional. Apesar disso, para a grande maioria dos imigrantes de forma geral, é necessário delinear um recomeço, tanto no

sentido de envolvimento social e afetivo, quanto no trabalho, que altera consideravelmente o estilo de vida ao qual estavam acostumados no seu país de origem e, portanto, atinge diretamente às dimensões que da teoria do reconhecimento social do Honneth, na inclusão e na sensação de pertencimento.

Assim, apesar das experiências narradas pelos entrevistados nesse tópico, a análise da questão da valorização do trabalho é o que traz segurança de subsistência, e afeta diretamente a “autoconfiança”, o “autorrespeito” e a “autoestima”, geradas pela auto relação prática das dimensões do amor, do direito e da solidariedade que fazem parte da análise da Teoria do Reconhecimento Social do Axel Honneth (2003) pelo imigrante. Relembramos o “Quadro 2” que sintetiza o pensamento do autor:

Quadro 2 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento por Axel Honneth

Modos de reconhecimento	Dedicação Emotiva	Respeito Cognitivo	Estima social
Dimensões da personalidade	Dedicação Emotiva	Imputabilidade moral	Capacidades e propriedades
Formas de reconhecimento	Relações primárias (amor, amizade)	Relações jurídicas (direitos)	Comunidade de valores (solidariedade)
Potencial evolutivo		Generalização, materialização	Individualização, igualização
Auto relação prática	Autoconfiança	Auto respeito	Autoestima
Formas de desrespeito	Maus-tratos e violação	Privação de direitos e exclusão	Degradação e ofensa
Componentes ameaçados da personalidade	Integridade física	Integridade social	"Honra", dignidade

Fonte: Elaborado pela autora (2022) com base em Honneth (2003, p. 211).

Essa questão não se passa diretamente dentro das instituições de ensino básico que lida com crianças e adolescentes, mas demonstra ser uma pauta tão essencial, que a ajuda oferecida pelo *Newcomer Centre*, de dentro das escolas, buscam auxiliar, também, a família dos alunos no enfrentamento de se inserirem no mercado de trabalho canadense, dispondo-se a oferecer informações que ajudam os pais ou responsáveis a aproveitarem a bagagem educacional e experiências profissionais que trazem dos seus países de origem.

Por essa razão, falar das vivências relacionadas a subsistência financeira, tanto do sucesso, quanto das formas de desrespeito e ameaças da personalidade

experienciadas, torna essa memória individual narrada como pontos futuros a serem estudados de forma específica para propor demandas assertivas da população imigrante.

Quanto a esse reconhecimento e valorização profissional das capacidades intelectuais, a fala dos entrevistados indica que ser imigrante afeta alguns tópicos dos “modos de reconhecimento” que Honneth (2003) diferencia em sua teoria, principalmente nas dimensões do Respeito Cognitivo (direito) e da Estima social (solidariedade) que ameaçam a personalidade do indivíduo pela “privação de direitos e exclusão”, e “degradação e ofensa”, respectivamente, ao causarem violações na “integridade social” e “honra, dignidade”, conexão que será desenvolvida diante da memória coletada dos entrevistados.

A Entrevistada A ocupava a posição de Analista de Sistemas no Brasil e, pelo menos até o momento da entrevista, no Canadá, como estudante internacional em um *College*, conseguiu um trabalho não especializado como caixa de uma rede de supermercados. Apesar de toda a capacidade técnica e experiência profissional, ainda não conseguiu uma função minimamente compatível com o seu investimento intelectual e financeiro. Questionada sobre sua experiência para ingressar no mercado de trabalho canadense, a entrevistada respondeu:

É difícil [...]. Aqui tudo você precisa de indicação, e muitas vezes você não tem quem te indique. Eu estou passando por um processo, por exemplo, de aplicar para centenas de vagas, que tranquilamente eu daria conta dos requisitos, e muito mais, mas eu não tenho chance, porque eu não tenho quem fale por mim.

O Canadá fala muito sobre essa parte, de tipo, ‘os imigrantes são muito bem-vindos’, ‘porque precisamos de imigrantes’, ‘porque precisamos de mão de obra qualificada’, mas a mentalidade deles ainda não está pronta, das empresas. Eles não te dão a chance de começar. Tem muito emprego entry level [‘nível de entrada’, entendido como funções na área de comércio, construção, etc., também conhecidos como subempregos], então assim, dá para você trabalhar, mas até neles precisa de alguém para dizer ‘olha, essa pessoa aqui, ela é boa’. Por exemplo, no supermercado, a [nome suprimido] que me indicou, mandou o e-mail para a gerente do RH [Recursos Humanos] dizendo: ‘olha, como a gente conversou, é muito difícil para o imigrante conseguir o primeiro emprego aqui na área’, [...] eu sou caixa, meu currículo não tem nada a ver com isso, com atendimento (Entrevistada A, 2023).

A situação descrita evidenciou frustração da entrevistada ao não ser, ao menos, considerada para a fase de entrevistas de cargos em que o empregador se beneficiaria com a sua capacidade técnica e experiências anteriores; em funções na sua área de formação, mas menos exigentes do que ela ocupava anteriormente, o que seriam posições que possibilitaram evidenciar o seu potencial.

A Entrevistada B tem formação em engenharia civil, MBA em Controladoria e MBA em Finanças Corporativas, e outros cursos menores sempre relacionados a finanças e marketing. Por quinze anos atuou em construtoras, e depois disso, migrou para a área de Tecnologia, mas ainda assim, sistemas ligados à área de construção civil. No Canadá, disse estar muito satisfeita por ter conseguido emprego em um trabalho especializado que oferece bom salário e condições, pois reconhece que essa não é a realidade da grande maioria dos imigrantes, acrescentando que:

Eu passei muitos meses enviando currículo via LinkedIn, né? Passei por algumas entrevistas. A inserção no mercado de trabalho aqui não é fácil. Existe a barreira da língua? Existe! Mas não é por conta do inglês em si. O que existe aqui, mesmo assim, é uma grande rede de indicação para que você consiga um bom trabalho. Não é a sua qualificação que manda, e sim quem é que te indica, para você ser chamado para uma entrevista. De todas as entrevistas que eu fiz, acho que eu cheguei a fazer umas 7 ou 8 entrevistas, apenas 3 não foram por indicação.

[...]

Conseguir entrevistas para essas [em que se candidatou por conta própria], [...] me chamaram para entrevista, mas chegam para você e falam: 'você é over qualified [qualificado acima do pretendido]', né?! Você é super qualificada, porque para muitas vagas a gente acaba sendo, ou chegam pra você e dizem 'você não acha que já fez coisas muito difíceis para essa vaga?'. Por mais que você explique que você está chegando no país que você precisa se adaptar a ele, se adaptar a forma de trabalho, eles sabem que esse pessoal que entra assim, vai ficar pouco tempo naquela vaga, e eles não querem isso. É uma coisa natural das empresas aqui, eles querem ter fidelidade nos funcionários, não querem ficar trocando. É muito difícil para eles a questão da mão de obra justamente por isso, porque as pessoas pegam novas oportunidades e trocam de novo, e vão trocando, mesmo porque, precisam ganhar mais, porque a vida aqui é muito cara" (Entrevistada B, 2023).

A contratação da Entrevistada B (2023) foi mediada por um amigo que a indicou, e em suas palavras: "[...] se não fosse indicação dele, eu acredito que não teria passado nem no filtro do currículo". Ou seja, apesar de ser muito qualificada e experiente tecnicamente, a entrevistada julga que não seria considerada de forma isonômica diante das opções, visto que uma pessoa indicada, seria avaliada com mais atenção, mesmo que tivesse menos experiência e conhecimento. Além disso, sua narrativa trouxe contribuições para discernir a cultura do mercado de trabalho canadense na valoração dos requisitos de uma contratação. A Entrevistada B, baseada nas entrevistas de emprego que participou, considera que a maior preocupação e cuidado dos recrutadores consiste nas características comportamentais dos candidatos, dizendo:

Tem mais peso a indicação do que o teu conhecimento. E o que eles avaliam, não é nem tanto a parte técnica, eles fazem uma avaliação muito grande da tua parte de soft skills⁷. Então se você vai para uma entrevista, toda parte de que eles vão te perguntar, digamos que de 10 questões, 2 são técnicas e 8 são de soft skills. Então eles querem saber como você se comporta, eles te dão situações para você responder como você lidaria [...]. O perfil conta mais do que o técnico. Eles precisam de gente capacitada tecnicamente? Precisam! Mas eles contam muito a parte de comportamento, a parte de perfil psicológico [...] eles dão um peso muito grande a isso” (Entrevistada B, 2023).

A Entrevistada C tem formação em contabilidade e sempre ocupou funções administrativas no Brasil, mas a primeira função que exerceu no Canadá foi na limpeza de escritórios. Descreveu certa relutância em aceitar esse primeiro emprego, visto que nunca tinha trabalhado com limpeza no Brasil, além do sentimento de desvalorização, por sentir que podia oferecer mais do que um trabalho mecânico. Porém, sem autorização formal de trabalho, a entrevistada não teve muitas opções, visto que estava hospedada na casa de uma amiga, e precisava ter seu próprio espaço para sua família.

Fui procurar e falavam assim: ‘só tem limpeza, só tem limpeza’. E eu pensava: ‘não, não vou pra limpeza, eu nunca fiz isso’, e aquele preconceito também, né?! Mas eu fui, surgiu uma oportunidade a noite ainda, de 11 da noite às 7 da manhã. E meu marido ficou muito admirado: ‘como assim ela está indo trabalhar na limpeza, a noite’ e ainda estava frio. E assim que ele terminou o curso mais rápido e falou: ‘eu vou parar com isso aqui e vou trabalhar também’ (Entrevistada C, 2023).

Para ingressar nessa função, apenas com o visto de visitante, sem a permissão de trabalho, a entrevistada relatou que nunca perguntaram nada relacionado a isso, a oportunidade apareceu e ela aceitou, sem nenhum tipo de formalidade. Estar nessa condição de trabalho irregular, pode ocasionar alguns abusos por parte dos empregadores e questionada, a entrevistada disse que neste primeiro emprego não teve nenhum problema. Recebia o valor referente ao salário mínimo da época, que é contado em horas, mas revelou que já ganhou menos ao fazer trabalhos esporádicos na área de pintura doméstica, porque, apesar da rigidez do país quanto ao cumprimento da estipulação do salário mínimo, quando o imigrante trabalha de forma irregular, não existe a quem recorrer, e o empregador é quem detêm o poder sobre aquela pessoa que está precisando se sustentar.

Nesse trabalho da limpeza, isso é uma coisa que me assusta. Era assim: você vai trabalhar amanhã, em ‘tal’ lugar com ‘tal’ pessoa. E aí tu ias, e ninguém te perguntava nada, tu ficavas trabalhando, e eu ficava assim: como é que sabe [no sentido de controlar o trabalho

⁷ Termo utilizado para tratar das habilidades subjetivas de comportamento e emocionais que afetam as relações e o ambiente de trabalho (tradução nossa, 2023).

realizado pela entrevistada], eu não bati nenhum ponto, não assinei nada. Não sabia, muitas vezes, quanto que eu ia ganhar. Aquilo eu achava bem louco. E uma das coisas que falavam pra gente: 'você não pode perguntar', principalmente para os portugueses, porque já ficam chateados se você perguntar quanto vai ganhar. Porque eles acham assim: 'tu ainda nem trabalhou e já quer saber quanto tu vais ganhar'. Eles pensam assim. Vários perrengues, em que meu marido teve que ir comigo, sabe?! Nos prédios (Entrevistada C, 2023).

Este primeiro trabalho descrito pela Entrevistada C, apesar de sentir-se sempre insegura sobre os locais de trabalho, quanto às pessoas que trabalham com ela, e se realmente receberia o seu salário corretamente, não teve nenhum problema. Sempre a pagaram corretamente e não sentiu nenhum tipo de discriminação ou hostilidade. Porém, ao iniciar em um novo emprego, em um restaurante próximo de sua residência, passou por diversos tipos de assédio, e situações de desconforto por parte do dono do estabelecimento e do chefe de cozinha, descrevendo que:

Aconteceu comigo de se aproveitarem de eu não ter visto de trabalho. Eu fui trabalhar num restaurante português, o cara aliciava [no sentido de assédio]. O chefe da cozinha era extremamente ignorante, um ele gritava, ele falava: 'suas [...]', ele xingava a gente. Só que assim, era muito bom pra mim trabalhar lá, porque eu estava bem pertinho da minha casa, eu voltava todo dia com comida, então eu não fazia comida, enfim. E foi nisso até onde eu conheci minha melhor amiga, nós viramos melhores amigas, foi nessa situação de dentro do restaurante, a gente chorando, a gente se apoiando. [...] E aí o chefe da cozinha gritava e o dono do restaurante descia, pegava nas nossas costas e deixava a mão escorregar, sabe?!

Falava besteira no nosso ouvido. Ele pegava umas ostras, e falava assim: 'olha, tu tá vendo que essa ostra parece?', querendo insinuar algumas coisas, sabe?! E assim, eu nem passava essa situação pro marido, para não sair dali, porque eu sabia que a gente estava precisando daquele trabalho, eu precisava daquele trabalho, para ajudar no aluguel, enfim. E era bem pertinho, nem pegava ônibus, nem nada, mas era assédio moral, sexual, tinha tudo ali. Era bem tenso, e fiquei quase quatro meses, até eu não aguentar mais essa situação (Entrevistada C, 2023).

Vê-se que a condição irregular e a vulnerabilidade expõem o imigrante às situações de risco, tanto físicas como psicológicas. O medo é permanente, considerando que muitas coisas podem acontecer, sem que tenha há quem recorrer.

O Entrevistado D, empresário com formação em engenharia civil, apesar de possuir a permissão de trabalho, continua exercendo suas funções na empresa ao qual é proprietário no Brasil, e informou que os rendimentos da empresa é sua maior garantia, e, pelo menos por alguns anos, vai mantê-la para custear a família no Canadá e os seus custos de quando vai para o Brasil.

Quanto ao Entrevistado E tem formação em Turismo, e pós-graduação em recursos humanos, área em que atuava no Brasil. Após três meses no Canadá, conseguiu alocar-se na mesma empresa ao qual era vinculado no seu país de origem,

em uma função parecida, no setor de recursos humanos. Seu ingresso partiu das boas recomendações feitas pela sede da empresa do Brasil e sua dificuldade de adaptação foi muito mais relacionada ao idioma. Contudo, na data da entrevista, sentia-se muito mais seguro.

O Entrevistado F é graduado em Engenharia Elétrica no Brasil, e no Canadá, trabalha na construção civil. Relata que passou por algumas situações difíceis relacionadas ao trabalho no país, principalmente por estar como visitante e não ter permissão de trabalho. Sobre isso, expôs:

Passei por situações bem complicadas, de pessoas que tentou passar a perna, um cara chegou a jogar um saco de moedas porque ele descobriu que eu não tinha permissão de trabalho, mas eu falei: 'eu disse pra você desde o início. Mas, fiquei vendo, e fiquei com medo de não receber, aí fiz uma encenação da minha esposa ligar, para ver se conseguia sair de lá, e depois fiquei tentando receber pelo menos aquelas semanas que trabalhei. Ai pra receber, o cara começou a exigir um monte de coisas: 'preciso disso, disso, daquilo', fazendo muita coisa pra colocar empecilho pra pagar, e quando consegui, me jogou um saco de moedas (Entrevistado F, 2023).

A sensação de insegurança se manteve até conseguir um emprego, na mesma área de construção civil, mas onde passou a ser respeitado pelo seu bom desempenho. A partir disso, sentia-se um pouco mais valorizado e seguro, mesmo trabalhando de forma irregular. Atualmente, o entrevistado já está com a permissão de trabalho regularizada, e continua trabalhando na mesma empresa.

Já o Entrevistado G é formado em Engenharia Civil, e possui três pós-graduações e um título de mestrado no Brasil. Possui muitos anos de experiência e demonstrou ter uma boa condição de vida no país de origem. Disse não ter passado por nada que o fizesse sentir-se desrespeitado. Porém, exerce uma função diferente do que exercia no Brasil, e trabalha atualmente como eletricitista no Canadá.

Diante dos relatos descritos pelos entrevistados, todos demonstram algum tipo de desrespeito a sua identidade, ao que Honneth (2003) também chama de formas do reconhecimento recusado. Dois dos entrevistados foram expostos a perigos físicos, a Entrevistada C por assédio moral e sexual, e o Entrevistado F temeu por sua integridade física ao tentar cobrar o salário devido pelos serviços prestados por ele ao antigo patrão.

Honneth (2003) descreve o desrespeito à integridade corporal de forma prática como a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal, que pode gerar "[...] um colapso dramático da autoconfiança na fidedignidade do mundo social e, com isso, na

própria auto segurança” (Honneth, 2003, p. 216). Tanto é real, que o Entrevistado F, relatou ter receio ao buscar outros postos de trabalho, sempre se mantendo atento ao comportamento dos seus superiores, até que começou a sentir confiança novamente. Corroborando:

A razão disso é que toda tentativa de se apoderar do corpo de uma pessoa, empreendida contra a sua vontade e com qualquer intenção que seja, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente na autorrelação prática de um ser humano, com mais profundidade do que outras formas de desrespeito; pois a particularidade dos modos de lesão física, como ocorrem na tortura ou na violação, não é constituída, como se sabe, pela dor puramente corporal, mas por sua ligação com o sentimento de estar sujeito à vontade de um outro, sem proteção, chegando à perda do senso de realidade (Honneth, 2003, p. 215).

O relato expressa um evidente componente ameaçador da personalidade teorizado por Honneth (2003), mas felizmente, atentos à própria realidade e, talvez, por serem suficientemente instruídos, esses entrevistados logo perceberam que estavam sujeitos a violações ainda piores e buscaram alternativas para não permanecerem nesses trabalhos. Contudo, pensando que existem situações mais delicadas de que o imigrante não tivesse segurança alimentar, por exemplo, podem estar expostos a serem reféns desses maus-tratos conforme a confiança em si mesmo é destruída, já que:

Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social (Honneth, 2003, p. 215).

Além desses, considerando as categorias morais de ofensa, o Entrevistado G não exerce a profissão ao qual dedicou-se durante a vida por não ter sua escolaridade reconhecida, e o mesmo acontece com a Entrevistada A, que exerce uma função que não considera sua qualificação profissional e nem sua experiência anterior, e apesar de candidatar-se a muitas vagas relacionadas a sua área de formação e atuação, não é considerada por não ter experiência profissional no Canadá e não ter contatos que a indiquem, para que seja selecionada para as fases de entrevistas dos cargos almejados. A esse ponto, Honneth explica que:

Conceitos negativos dessa espécie designam um comportamento que não representa uma injustiça só porque ele estorva os sujeitos em sua liberdade

de ação ou lhes inflige danos; pelo contrário, visa-se àquele aspecto de um comportamento lesivo pelo qual as pessoas são feridas numa compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva (Honneth, 2003, p. 213).

É nítida a diferença na valorização profissional dos entrevistados no seu próprio país, no caso o Brasil, e o tratamento que recebem no Canadá, unicamente pelo fato de serem imigrantes. Essa posição de vulnerabilidade reflete em como os outros nos enxergam, e o perigo de uma lesão, de qualquer tipo, é “[...] capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira” (Honneth, 2003, p. 214), causando um colapso em sua identidade pessoal. Honneth (2003, p. 2016) explica que esse tipo de desgaste afeta o autorrespeito moral individual por evidenciar uma exclusão social pela privação de direitos e não ser tratado de forma isonômica no mercado de trabalho, sendo esta a segunda forma dentre as experiências de rebaixamento que afetam o autorrespeito moral:

[...] isso se refere aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. De início, podemos conceber como "direitos", grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (Honneth, 2003, p. 216).

As experiências dos entrevistados, de forma geral, validam a afirmação de Honneth (2003) ao delatarem as dificuldades de alcançarem a satisfação social e serem reconhecidos pela sociedade como membros de igual valor. O desrespeito é exercido no âmbito cognitivo de uma imputabilidade moral, que precisa ser adquirida através da interação social estabelecida pelas relações jurídicas legalmente instituídas. A seguir, permanecendo nas análises das dimensões do Reconhecimento Social de Axel Honneth (2003), caminha-se adiante.

4.5 AS DIMENSÕES DO RECONHECIMENTO SOCIAL DE AXEL HONNETH (2003)

Para melhor relacionar o estudo empírico desta pesquisa à teoria do Reconhecimento Social de Honneth (2003, p. 270), que a retrata como “[...] uma concepção formal de vida boa”, é importante demonstrar as suas diferentes dimensões ou esferas de análise, denominadas de amor, direito e solidariedade, que

se reiteram fundadas no reconhecimento recíproco entre os membros da sociedade. Assim, demonstra-se os aspectos teóricos diante das narrativas memoriais dos entrevistados.

Os casos apresentados têm um componente de vida mental e psíquica individual na vida coletiva do indivíduo, pois são representações, coletivas e individuais. Outro ponto é que a memória só é possível mediante a participação de outras pessoas na formação das suas lembranças, a memória é coletiva, e o sujeito não é nada mais que um instrumento das memórias do grupo, conforme Rios (2013).

É importante lembrar que a dimensão do amor envolve o reconhecimento de afeto mútuo e íntimo entre os indivíduos e demanda a aceitação incondicional do outro. Forma-se nas relações primárias conforme se formam ligações emocionais fortes, e, por essa razão, se estabelece entre poucas pessoas que ocupam ligações eróticas, de amizade e familiar, como à exemplo entre pais e filhos, como exemplifica Honneth (2003). Assim, o quadro abaixo demonstra alguns aspectos expostos pelos entrevistados.

Quadro 6 - Conjectura da dimensão do amor (emotiva)

(continua)

Entrevistado	Observações empíricas
A (2023)	“Eu mudei de cidade antes de mudar pra cá [Mississauga/ON]. Eu estava vendendo minha casa e vai ser um estágio para o Canadá. É que vai ficar mais longe de todo mundo, né?! Eu morava a 6km da minha mãe. E a gente vai ter que se desfazer das coisas, então, por exemplo, eu morava numa casa que tinha 120 m ² e fomos para um apartamento de 43 m ² . Já fomos para nos acostumar, e ficamos bem”.
B (2023)	“Este é o tendão de Aquiles do Imigrante, e a gente sente muita falta da família, sente falta do contato diário, semanal. A gente tenta! Mas sente falta de almoçar todo mundo junto no final de semana, de dar risada. Então, isso realmente é difícil para todos, [...] inclusive para quem ficou lá, né? Que também sente falta da gente sabendo que estamos aqui? Eu acho que, por exemplo, para as crianças, eu acho que é difícil que os meus, no caso, estejam muito acostumados com os avós. Acho difícil para as crianças, acho difícil para mim, acho muito complicado. Deixei minha filha [...] não estava nem com 18 anos, ela estava com 17 para 18, [...] deixei ela, deixei ela escolher, foi escolha dela ficar para cursar a faculdade lá [no Brasil]”.
C (2023)	“Eu senti muita falta da minha cidade [...] quando eu voltei para lá [em visita], eu percebi a quantidade de pessoas e de amigos, é aquela coisa fácil, sabe?! Eu tinha uma amiga que morava na outra rua, e a gente saía do trabalho, eu batia na porta dela, e a gente fazia um bolinho de chuva, aí comia e conversava e ria, e tinha muito isso”. Entrevistada descreveu uma situação de violação, em que o vínculo com uma semelhante, que estava passando pela mesma situação se fortaleceu, dizendo que: “conheci minha melhor amiga, nós viramos melhores amigas, foi nessa situação de dentro do restaurante, a gente chorando, a gente se apoiando”.

Quadro 6 - Conjectura da dimensão do amor (emotiva)

(conclusão)

Entrevistado	Observações empíricas
	Entrevistada mencionou que, as adversidades que enfrenta com pessoas do seu círculo de amizade, nem se mostram tão importantes a ponto de causar afastamento. Sentem-se pressionados a se entenderem, porque os vínculos são limitados, e cada um deles faz falta no sentimento de “ter com quem contar”, apoiar-se e compartilhar.
D (2023)	“É difícil estar aqui, ainda mais que fico indo e voltando [Brasil – Canadá], fico longe dos dois lugares, e trabalhando sempre, meu contato maior é com a minha família mesmo”.
F (2023)	“A gente se relaciona muito com os grupos de brasileiros, vamos buscando interagir, conhecer o pessoal, e aí vamos fazendo algumas amizades mais próximas”.
G (2023)	“Vou contar um fato bem curioso. Nós [a esposa e o entrevistado] fomos chamados para uma reunião com o diretor da escola. E eu e minha esposa ficamos assim: “o que será que aconteceu?”. Aí chegamos lá na reunião, ele veio conversar conosco, e falou assim: “as pessoas aqui adoram a sua filha, gostam muito, ela é muito carismática”, elogiou muito. “Mas aqui existe uma regra de um metro de distância. Ela chega e já abraça, chama de amigos, e as pessoas, embora gostem muito dela, ficam desconfortáveis com isso”.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na infância, a dimensão do amor desempenha um papel crucial para que os indivíduos se desenvolvam de uma forma saudável e estruturam sua identidade individual. Todavia, manter essas relações de intimidade recíproca prorroga-se por toda a vida, sendo uma forte base que satisfaz as necessidades emocionais e afetivas entre as pessoas. Honneth (2003) explica que o amor é responsável por manter a auto relação prática do indivíduo à sua autoconfiança, fornecendo a valorização necessária para a singularidade, a autoestima e a individualidade.

São essas relações que promovem o senso de proteção e segurança e, portanto, fortalecem uma imagem positiva de si mesmo e, com o passar do tempo, são essas relações emocionais e de cuidado que conservam a identidade individual e colaboram para uma vida agradável e plena.

Reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de autorrespeito (Honneth, 2003, p. 177).

Todos os entrevistados relataram que seus vínculos mais seguros se mantiveram no grupo familiar – entre os pais, marido, esposa, filhos, irmãs, alguns deles, mesmo distantes, são um contato de carinho, zelo e cuidado. Vale lembrar que a teoria de Halbwachs, enfatizada pelo Peralta (2007), destaca que o indivíduo apenas

recorda-se enquanto membro de um grupo social, o que de certa forma sujeita as memórias individuais aos padrões coletivos, ou seja “[...] sempre condicionado pelo facto de pertencermos a um grupo” (Peralta, 2007, p. 6).

Fora do âmbito familiar, todos os entrevistados demonstraram dificuldade em estabelecer vínculos seguros. De forma geral, descrevem que os amigos que mantêm no Canadá se estabeleceram enquanto ofertavam ajuda ao outro, e em diversas situações, esses grupos vão apresentando-se entre si, e às vezes, formando grupos maiores. Diante disso, algumas considerações quanto às falas expostas no quadro acima merecem melhores esclarecimentos.

A Entrevistada B expôs que, por uma conexão feita na plataforma LinkedIn, estabeleceu uma amizade que se mantém; este amigo a auxiliou na escolha do curso do *College* sem conhecê-la pessoalmente; após a chegada da entrevistada no Canadá, conheceram as respectivas famílias; houve uma simpatia mútua, e a partir disso, esse mesmo amigo foi quem oportunizou a sua aceitação como locatária do imóvel onde reside, bem como viabilizou a sua contratação na empresa onde ela trabalha atualmente através das boas referências que expressou ao empregador sobre sua qualificação profissional e habilidades.

A Entrevistada C disse que tenta participar de todos os eventos que a convidam, e desta forma conhece muitas pessoas; mas em relação a vínculos mais profundos, contou dois amigos e sua irmã, que também mora em Mississauga/ON; uma dessas amizades é a colega do trabalho que sofreu assédios, e segundo ela, por ter essa mesma vivência, criou-se uma ligação de apoio e cuidado mútuo.

O Entrevistado G relatou um fato inusitado relacionado à adaptação da filha na escola; a adolescente manteve a sua personalidade carismática que mantinha no Brasil, e não sua forma de demonstrar amizade e carinho através de abraços e proximidade física não foi bem aceito, ao ponto do entrevistado e a esposa serem chamados na escola. O diretor descreveu a situação de forma gentil, mas pediu que os pais conversassem com a adolescente para que esta mantivesse uma distância adequada. Honneth (2003) reconhece a teoria de Hegel ao defender que o reconhecimento recíproco dessa estima especial para o amor parte da carência humana e, nesse ponto, exerce um caráter de encorajamento e assentimento afetivo, ao que o amor se concebe em “ser-si-mesmo em um outro”, completando que:

Para Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco, porque em sua efetivação os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências, reconhecendo-se assim como seres carentes: na experiência recíproca da dedicação amorosa, dois sujeitos se sabem unidos no fato de serem dependentes, em seu estado carencial, do respectivo outro (Honneth, 2003, p. 160).

Contudo, apesar de reconhecer a carência, o amor mantém autoconfiança e a individualidade por entender a relação emotiva de forma autônoma, preservada pelo esforço e vontade das partes em conservar essa relação. Assim:

Uma vez que essa experiência tem de ser mútua na relação do amor, o reconhecimento designa aqui o duplo processo de uma liberação e ligação emotiva simultâneas da outra pessoa; não um respeito cognitivo, mas sim uma afirmação da autonomia, acompanhada ou mesmo apoiada pela dedicação, é ao que se visa quando se fala do reconhecimento como um elemento constitutivo do amor (Honneth, 2003, p. 178).

A esfera da vivência individual que envolve os vínculos afetivos responsável por fornecer o sentimento de segurança emocional e, às vezes, até em uma assistência prática às dificuldades ou só para compartilhar alegrias e o cotidiano de forma genérica, é uma parte muito delicada na escolha de ser imigrante. Alguns entrevistados mencionaram a falta do encontro presencial, de dividir as conversas costumeiras, de realizar tarefas simples acompanhados de pessoas queridas; porém, especificamente, a distância do que é habitual é a primeira dificuldade ao qual o imigrante pondera, e consegue projetar, antes de escolher imigrar (salvo os casos de imigração forçada, que não é pauta desta pesquisa).

Nesse ponto, como pesquisadora e imigrante, posso afirmar que, pessoalmente e pelas experiências relatadas para a elaboração dessa pesquisa, são unânimes no pensamento e a preparação psicológica e emocional para nos afastarmos da família e amigos mais próximos, e é preciso vigilância para não nos afastarmos da autoconfiança e autoestima construídas ao longo da vida pelas experiências pessoais. Manter o foco no que busca, sem perder de vista quem é e o que já construiu de si mesmo.

A dimensão do amor, ou da dedicação emotiva, é a forma de reconhecimento social baseado no vínculo emocional recíproco, na intimidade e no cuidado, que promove bem-estar frente ao sentimento de segurança e proteção que gera no indivíduo, propiciando o desenvolvimento de uma identidade sadia e positiva do que se sabe que é. Constata-se que esta é a única violação que, senão todos,

majoritariamente, os imigrantes chegam ao novo território preparados para sentir. É a violação da identidade e desrespeito ao reconhecimento social ao qual sabemos que existirá já no primeiro pensamento que nos direciona à mudança de país. É também a única esfera em que nenhuma política pública pode intervir diretamente na tentativa de erradicar tais ofensas. Sabendo disso, o *Newcomer Reception and Assessment Centre* tenta promover os “primeiros encontros” para facilitar vínculos entre pessoas que estão iniciando a mesma jornada e passando por dificuldades semelhantes, que podem gerar identificação e resultar em vínculos mais intensos.

Após o sentimento de autoconfiança individual adquirido por essas relações inseridas na dimensão do amor, a próxima conexão social é a responsável por criar o sentimento de autorrespeito, formado através da perspectiva social de que o indivíduo é um sujeito com direitos normativamente reconhecidos, cumpridos e respeitadas por àquela sociedade.

A dimensão do direito consiste no reconhecimento jurídico de igualdade diante da Lei, que assegurando direitos e garantias fundamentais, visa corrigir as injustiças sociais e a promoção da igualdade e do sentimento de isonomia entre os indivíduos (Honneth, 2003). O autor estabelece o pensamento de que esta esfera é responsável por formar e conservar o sentimento de autorrespeito do indivíduo, que pode ser prejudicado pela privação de direitos e exclusão, ameaçando a personalidade individual ao violar a integridade social.

No quadro abaixo reuniu-se às narrativas memoriais dos entrevistados que demonstraram privação de direitos e exclusão social, em que sentiram a diferença de tratamento por ser imigrante no país, que envolvem obstáculos no acesso à documentação; à qualificação profissional, devido aos valores pagos, que se diferenciam a depender do status da autorização de permanência; xenofobia e *bullying* na escola; barreira no acesso à matrícula escolar e no acesso a programas especiais de ensino; e entraves para serem aceitos como locatários das residências.

Quadro 7 - Conjectura da dimensão do direito

(continua)

Entrevistado	Observações empíricas
A (2023)	“Eu acho que o Canadá tem uma coisa muito ruim, um ponto ruim, eu diria, que é a diferença gigantesca que você tem entre um residente temporário e um residente permanente [...]. Muitas e muitas coisas você tem com o <i>Permanent Resident</i> (residente permanente), você não tem com o <i>Temporary Resident</i> (residente temporário). E aqui todo mundo fala assim: você tem que fazer um estágio, em que você passa por muitos perrengues por dois anos, até você se tornar <i>Permanent Resident</i> (residente permanente). Então, assim, acho que essa sensação de

Quadro 8 - Conjectura da dimensão do direito

(continuação)

Entrevistado	Observações empíricas
A (2023)	<p>pertencimento fica para o <i>permanent resident</i> (residente permanente), não para <i>temporary resident</i> (residente temporário). Por exemplo, no valor do <i>College</i>, para <i>permanent resident</i> (residente permanente), é 1/5 do valor para fazer a mesma coisa”.</p> <p>“Eu acho que o Canadá tem uma coisa muito ruim, um ponto ruim, eu diria, que é a diferença gigantesca que você tem entre um residente temporário e um residente permanente [...]. Muitas e muitas coisas você tem com o <i>Permanent Resident</i> (residente permanente), você não tem com o <i>Temporary Resident</i> (residente temporário). E aqui todo mundo fala assim: você tem que fazer um estágio, em que você passa por muitos perrengues por dois anos, até você se tornar <i>Permanent Resident</i> (residente permanente). Então, assim, acho que essa sensação de pertencimento fica para o <i>permanent resident</i> (residente permanente), não para <i>temporary resident</i> (residente temporário). Por exemplo, no valor do <i>College</i>, para <i>permanent resident</i> (residente permanente), é 1/5 do valor para fazer a mesma coisa”.</p> <p>Entendeu? É a parte de saúde. Quando a gente foi fazer o OHIP (<i>Ontario Health Insurance Plan</i> - sistema de saúde de Ontário), a mulher perguntava, “você está aplicando com o <i>permanent resident</i> (residente permanente) ou você está aplicando com o <i>work permit</i> (permissão de trabalho)? Falei “com o <i>work permit</i> (permissão de trabalho)”. Então é no outro lugar, porque aqui não tem. Se você fosse <i>permanent resident</i> (residente permanente), em qualquer lugar você faz. Tudo é assim: “Você já é <i>permanent resident</i> (residente permanente)?”. Então, nesse sentido, falta esse pertencimento, [...] essa é uma barreira que você tem que vencer. Pra mim, realmente, falta um pouco isso, pelo volume que têm de pessoas tentando ser <i>permanent resident</i> (residente permanente), você não consegue se fazer parte. Enquanto residente temporário, você briga muito para ter esse pertencimento. Para você ter um aí, por exemplo.</p>
B (2023)	<p>“Meus filhos tiveram um episódio muito complicado, porque eu tive inclusive que mandar uma carta para a escola citando a lei penal de xenofobia. Então, eles passaram por uma questão assim, uns meninos implicaram com um deles [um dos filhos da entrevistada], e daí começaram a xingar e falar que eles não eram daqui que eles tinham que voltar para a Terra deles. Daí começaram a colocar palavões no Google para traduzir para o português, começaram a falar em português os palavões. Daí, pegaram lixo, papel sujo, jogaram em cima deles, essas coisas assim.</p> <p>Mas, agora, o que era engraçado, é que quem fez isso não era canadense, um era um menino português, que veio pequeno, cujos pais são imigrantes e ele também, mas ele está aqui há muito tempo. Ele não fala português, fala um português muito pobre, e também mal entende.</p> <p>E teve os outros que acompanharam, mas que fizeram menos, só ficaram dando risada.</p> <p>Enfim, eu fiz uma carta para escola através de uma amiga minha que é advogada, fiz uma carta contando, relatando o que tinha ocorrido, e solicitando pra escola que identificasse os meninos, que chamassem os pais, porque, caso contrário, eu iria a polícia e faria uma queixa, e que a escola tinha câmeras espalhadas pela escola toda e que eles tinham meios de identificar esses meninos, e que tomassem alguma providência, porque eu tinha dito aos meus filhos para ficar longe desses meninos e que se eles se sentissem ameaçados, era para me ligar e chamar a polícia imediatamente. Inclusive se estivessem dentro da escola”.</p> <p>“Eu tive resposta da escola de forma imediata. Eles identificaram os meninos, um dos meus filhos ficou muito nervoso e não conseguia nem reconhecer os meninos que eram, porque ele falou que ficou até, assim, assustado. Mas o outro [filho da</p>

Quadro 9 - Conjectura da dimensão do direito

(continuação)

Entrevistado	Observações empíricas
B (2023)	<p>entrevistada] mais ou menos sabia quem era, então, identificaram os meninos, chamaram os pais, e não voltou a acontecer mais nenhum tipo de problema. Mas, existem muitos e muitos relatos, porque nisso eu acabei conversando com outras pessoas também e por isso tem muitos relatos nas escolas de pessoas que passam, brasileiros, que passam por esse tipo de questão. Então não é um fato isolado, ele realmente ocorre mas faz parte”.</p> <p>“A escola tomou providências porque eu mandei uma carta muito séria, porque se você não faz isso, a escola não toma providência alguma aqui. Por isso que eu mandei a carta: eu falei assim “eu vou ligar na escola” e aí me disseram, “não faça isso! Você mande uma carta e mande uma carta por e-mail e tem que ser uma carta muito bem escrita, porque eles precisam sentir que a coisa é séria, porque se você não mandar uma carta assim, mostrando, eles meio que vão levando, empurrando “há, não é nada, não é nada”, mas eles têm responsabilidade, né?! A partir do momento que se passa e volta a acontecer, a escola também responde como crime, então eles tomam providência”.</p>
C (2023)	<p>A Entrevistada C, questionada se teve alguma dificuldade por estar com o visto de visitante relacionados a escola: “Só pude matricular depois de 6 meses, né?! Eu cheguei em março, e só em setembro que completava os 6 meses que autorizava ele a entrar na escola.</p> <p>Eu queria matricular assim que eu cheguei [...] pra poder trabalhar. E aí eu fui trabalhar à noite e precisava dormir durante o dia, mas ficava com meu filho. Nem dormia direito”.</p> <p>“Uma amiga me levou num lugar, não lembro o que era, mas eu acho que era algum centro assim [referindo-se a imigrantes], para pedir ajuda e saber como é que eu poderia fazer com o meu filho, se podia colocar ele na escola. Aí era uma mulher que trabalhava lá, ela falava espanhol, e ela disse que eles não são obrigados a receber crianças abaixo de 6 anos. Aqui o obrigatório é começar a estudar com 6 anos, e ele tinha 5 anos. E ela deu uma ideia, e falou assim “você sabiam que tem gente que vem pela Fronteira, que nem passaporte tem? Como é que vai comprovar quando você chegou? Não tem nada carimbado”. Então ela deu a ideia para a gente dizer que a gente tinha perdido nossos passaportes ou não tinha.</p> <p>Aí a minha irmã, que fala inglês muito bem, ligou para um lugar desses, agendou, era um lugar de alguma coisa de educação, e eu lembro que nós fomos lá.</p> <p>E aí a minha irmã disse “essa aqui é minha irmã, esse é o filho dela e eles vieram pela fronteira, não tem passaporte, perderam o passaporte”. O pessoal do escritório, assim, deu uma gargalhada da nossa cara [...]. No sentido de que “você estão mentindo, vocês estão tentando fazer uma coisa que muita gente tenta fazer”. E a gente saiu de lá com a cara no chão, mesmo, pela gargalhada irônica deles”</p> <p>O filho ficou na modalidade online de ensino no período da pandemia, situação em que a província de Ontário criou escolas online separadas das escolas presenciais. Mudou-se de endereço, e ao tentar voltar o filho para o ensino presencial em uma escola perto do novo endereço, no início do letivo, que aconteceu em setembro de 2022, não podia porque o visto era de turista. E mencionou que o processo de ingresso em Mississauga/ON é pior que o de Toronto/ON quando se está como visitante no país e descreveu um processo demorado para fazer essa transferência de ensino, porque precisava da autorização de um outro lugar, que ficava pedindo vários documentos, e o filho foi estudar, de fato, somente em outubro de 2022, por não ter permissão de trabalho no país. Entrevistada disse que: “em relação a acolhimento, não lembro de nada, a não ser sobre o déficit de atenção, que não tem nada a ver com a professora. Por exemplo, tem psicólogo, que toda terça-feira está com ele, tira ele da sala de aula, colocam ele para participar de algumas atividades, e a gente sempre aceita tudo”.</p> <p>“[...] um outro perrengue por falta de visto [...] quando ele estava no online [no ensino], a gente pediu para ele entrar para a turma especial, porque existe um programa dentro das escolas, que é como se fosse um ensino individual para quem</p>

Quadro 10 - Conjectura da dimensão do direito

(continuação)

Entrevistado	Observações empíricas
C (2023)	<p>tem déficit de atenção ou pessoas têm dificuldade de aprendizado, alguma coisa assim, e é pra todo mundo, não só para imigrante. Só que o governo paga mais caro para isso. Então assim, a gente pediu e eu não estava gostando da professora do ano passado, porque assim, todo mundo fala que as crianças não aprenderam nada na pandemia porque estava online, mas meu filho evoluiu tanto, aprendeu a ler bem, escrever bem, tudo, tudo, a professora era perfeita. E quando veio essa outra, quando passou as férias, entrou essa nova, e a gente entra na aula online, a gente estava batalhando com remédio para ele, porque não dava certo, e a gente não passou a situação para a professora, até um dado momento que eu falei assim 'eu vou passar essa situação que não estou gostando do jeito que essa mulher está tratando meu filho', que como é online, a gente fica escutando, né?! E eu pedi para a professora, mandei um e-mail para a própria professora, e falei que eu queria que o [nome do filho], que eu tinha um link nessa parte da área do classroom [sala de aula] e tinha um link lá que estava escrito que era educação especial. E aí eu falei assim, eu quero que o [nome do filho] vá para esse, pelo menos já vão saber lidar com ele e expliquei que ele tinha déficit de atenção, a partir daquele dia, ela mudou com ele. Porque eu percebia que ele levantava a mão e ela não atendia, aí quando ele começava a falar, ela dizia "você não pode falar agora", mas quando uma outra criança começava a falar sem pedir, ela ouvia. Aí ela disse que ia mandar essa minha solicitação para a coordenação, aí tivemos uma entrevista online, e tinha assim, 9 pessoas, era a diretora, supervisora, psicóloga, era não sei quem, e a professora dele, e eu e o [nome do esposo], que fora nós dois, tinha 8 ou 9 pessoas. E a gente pedindo, e a gente percebeu que foi por status que não conseguimos colocar ele nessa educação especial. Foi pelo status [visto], porque ela perguntou qual era o nosso status [visto] aqui, e a gente falou: ah, a gente está em processo, mas ainda é de visitante. Aí ela disse assim, e foi bem clara: 'você sabe que o governo paga caro por isso, né?!' Então eles botaram umas dificuldades. Ela falou assim: 'só pode entrar nesse programa quem tem dois anos atrasados em relação a turma', e eu falei assim 'isso não existe, isso não é déficit de atenção, isso é uma coisa, a pessoa que tem dificuldade de aprendizado é outra, autista é outra'. Só que eu percebi que era por isso, porque ela entrou muito no fato de ser caro para o governo, e tocavam muito nesse ponto de quando a gente ia ter a permissão. E perguntaram para a professora, eu disse que ele tinha algumas dificuldades de focar, de fazer as coisas, mas que ele aprendia igual. Então ela disse 'não posso colocar ele, porque precisa estar dois anos atrasados na turma'. Eu fiquei super chateada, mas eu vi que a professora mudou bastante em relação a ele e as coisas melhoraram, e fomos até o final dessa maneira. Aí entramos nessa escola [presencial], e já chegamos falando das dificuldades do [nome do filho] para não ficar naquilo de que ninguém sabe e começarem a chamar a gente [...]. Todo mundo sabe e eles conversam com a gente por causa disso. E aí que foi engraçado, porque na semana passada a professora me chamou e falou 'você sabe do programa ASP?', alguma coisa assim, e eu disse 'conheço, eu busco ele a muito tempo' e ela 'não, eu quero te pedir autorização para colocar ele para o próximo ano', e eu falei 'claro, pelo amor de Deus, põe ele'.</p> <p>O meu sobrinho, a vida inteira aqui teve direito, ele sempre participou, ele sempre esteve dentro desse programa por causa dessa condição, que é da minha família, inclusive minha irmã tem, minha outra irmã tem, e os filhos vieram piores no grau, e minha irmã ficou até admirada da dificuldade que a gente teve, e ela não teve porque chegou e virou canadense muito rápido".</p>

Quadro 11 - Conjectura da dimensão do direito

(continuação)

Entrevistado	Observações empíricas
E (2023)	<p>Sobre a apreensão para encontrar moradia, o entrevistado relatou que os procedimentos são muito diferentes do Brasil, e narrou: “comecei a procurar um lugar para mora ainda do Brasil, mas, logicamente, [...] tudo quanto era lugar que a gente procurava era: “quando você chegar aqui, a gente conversa”, então viemos receosos com o que íamos encontrar [...]. Fomos ver outros apartamentos que selecionamos, e achamos esse prédio, que está numa área que é 99,9% de imigrantes. E aquela história de ter credit score [pontuação comercial que aponta o bom e o mal pagador], o SIN Number [Social Insurance Number – número do seguro social, usado por empregadores], a gente não tinha ainda, e todas essas coisas, ela [a corretora] dizia assim: “não tem problema, não tem? Deixa sem! Eu sei como é que é, vocês acabaram de chegar, não tem nada”. E a gente tinha 2 dias aqui. E ela: “eu sei como é que funciona, a gente não tem nada, acabou de chegar, ainda vai começar a tirar os documentos”. Então a gente viu o apartamento, e já voltamos para o escritório, e tinha um papel assim no escritório dela “o apartamento que você está vendo hoje e vai pensar hoje à noite, vai ser alugado hoje à tarde por quem viu ontem”, aí bate aquele medo. Porque no Brasil, você via 3, 4, 5 lugares diferentes, pensava, comparava, e aqui não, você viu agora, você faz a proposta agora. Voltamos pro escritório e ela começou a passar os documentos pra gente poder assinar, minha esposa olhou com o olho arregalado pra mim e disse assim: “ela tá dando pra gente assinar o contrato já?” E eu “aham!”. E o medo? De estar fazendo coisa errada? Eu não sei, eu nunca fiz isso. Deu um desespero na gente, mas a gente sentou no carro, porque precisaria fazer o depósito, sentamos no carro, pensamos, oramos, ok! Estamos fazendo a coisa certa? Gostamos do ambiente? Gostamos! Então era isso. A gente foi no banco, pegou cheque para entregar pra ela [a corretora] fazer o contrato. E conseguimos entrar com calma no apartamento, mas aí é aquela história, você tem que montar sua casa toda de novo. A gente só tinha um sofá inflável. [...] por ser um lugar que tinha muito imigrante, tivemos essa flexibilidade com os documentos que o Canadá usa para demonstrar se você é uma pessoa confiável, já estavam acostumados com isso, e se não fosse assim, a gente não conseguiria alugar apartamento”.</p>
F (2023)	<p>“Ele [filho] já sofreu um bullying feio dentro do ônibus. Minha esposa ia buscar ele na parada do ônibus escolar [...], porque estivemos numa casa que era um pouco distante da escola. Aí teve uma situação, em que ele era o último a sair do ônibus catando as coisas dele do chão, os lápis da bolsa dele, as coisas, e um certo dia ele veio pintado com a cara pintada, porque minha esposa mandava de tudo, lápis, pincel, e acho que eles não usam aquilo, acho que usam os da escola, e todas as crianças saíam, e a gente ficava até com medo, “cadê o meu filho?”, e aí nessa vez ele veio pintado, minha esposa brigou com ele, assim “meu filho o que tu tá fazendo?” E estava frio, nevando nessa época, e aí ele não falava, não dizia nada, e eu achei que era ele, porque a mão dele estava toda pintada pincel. E no outro dia ele não descia do ônibus, e a motorista chamando, e quando ele saiu, estava sem bota, com a meia, tentando segurar as coisas dele tudo, os lápis, a bolsa, o sapato, e aí ele estava com um bigode desenhado no rosto, e isso daí ele não teria como fazer sozinho. E aí começamos a perguntar quem tinha feito isso nele, e ele não sabia o nome, porque no ônibus vai todo mundo junto, de todas as idades, e era um menino mais velho. Aí minha esposa me ligou, falou que estavam fazendo alguma coisa com ele, e aí que entendeu o porquê que ele saía catando tudo, era porque jogavam as coisas dele. Aí eu: “Pois amanhã, a gente vai pra escola, vamos na saída na hora de entrar no ônibus, que eu quero pegar diretora, o pessoal que fica na frente do ônibus vendo a lista dos alunos que precisam entrar, a motorista”, e aí cheguei fazendo aquela confusão, pedi pra minha esposa filmar, e comecei a falar o que estavam fazendo com ele, e a diretora dizendo que eu não podia falar isso, porque era o meu filho que devia ter dado problema, que ele que era o problema, e a motorista dizendo que não sabia o que acontecia lá atrás porque ficava olhando pra frente. E aí foi quando começaram a chamar as crianças, e uma garotinha veio lá de dentro do ônibus, e contou tudo, falou os nomes dos meninos</p>

Quadro 12 - Conjectura da dimensão do direito

(conclusão)

Entrevistado	Observações empíricas
F (2023)	<p>que faziam isso com ele, e que faziam com outras crianças também e contou horrores do que o menino fazia. A diretora ficou toda errada [constrangida], e aí o menino principal tinha faltado nesse dia, mas tinha um outro que ajudava, mas também faziam [bullying] com ele. Ele era vítima e também agressor, aí ele confessou, a diretora ficou pedindo mil desculpas, fez o menino pedir desculpas para o [filho], se abraçaram, e a diretora entrou em contato com os pais do menino, e falou que se ele fizesse de novo, ia ficar proibido de entrar no ônibus, aí acabou! Mas mesmo assim ficamos com medo de morar em lugares em que o meu filho teria que pegar ônibus por causa dessa situação. [...]</p> <p>Questionado, não soube dizer como é que os agressores escolhiam as vítimas do assédio.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

É importante reforçar e manter na consciência do leitor o que apresenta Gondar (2016), ao defender que claramente a memória implica o esquecimento, considerando que o viés de atenção e escolha dos fatos aborda de forma ainda mais crítica a relação do que será lembrado e do que será esquecido. Explica que desconsideram as mudanças que a sociedade experimenta, bem como o conceito de lugares de memória, e dos impasses da perda das identidades nacionais e comunitárias que preservavam a transmissão e conservação de valores sociais. Ao citar Nora (1993) oportunizou uma ótima reflexão, em que: “[...] nesse sentido, os lugares de memória são uma tentativa de contrabalançar o que foi destruído, ‘lugares salvos de uma memória na qual não mais habitamos’ (Gondar, 2016, p. 27). Essa valorização do esquecimento de forma positiva concebe que tais perdas são indispensáveis à transformação da memória, que ignora o contexto de sua análise, isso porque existem sociedades que se recusam a lembrar do passado devido às humilhações históricas e da identidade do grupo.

Exemplificando a importância de considerar o esquecimento ao tratar de narrativas de memórias individuais para avaliar e levantar memórias coletivas sobre a imigração, no momento da entrevista com a participante C, questionada se teve a iniciativa pessoal de procurar algum auxílio para tentar minimizar as consequências da negativa da escola em aceitar a matrícula do seu filho, a entrevistada lembrou-se da situação que se sentiu humilhada no, segundo ela, ‘lugar relacionado a educação’ que procurou por recomendação de um outro centro de ajuda a imigrantes. Após contar o fato ocorrido, disse em tom de surpresa: “[...] olha só, nem lembrava disso.

Lembrei agora quando você perguntou, e estamos falando sobre isso” (Entrevistada C, 2023).

Este fato, ocorrido durante a coleta de dados desta pesquisa, corrobora com a abordagem defendida por Gondar (2016) no que tange a propensão ao esquecimento quando se trata de uma situação de humilhação e violação da identidade, já que, ao fim do relato, a Entrevistada C termina compartilhando que: “O pessoal do escritório, assim, deu uma gargalhada da nossa cara [...]. E a gente saiu de lá com a cara no chão, mesmo, pela gargalhada irônica deles”. Apesar de demonstrar que a situação foi constrangedora e traumática, essa lembrança havia sido ignorada pelos pensamentos e memórias da imigrante.

Dissertando diretamente sobre o reconhecimento social de Honneth (2003), através de sua teoria, complementa que a visão de que todo cidadão, portador de direitos, é capaz de decidir com autonomia individual quem enseja ter a posição de sujeito moralmente responsável. O direito evoluiu com o passar do tempo, e abrange o reconhecimento através dos direitos civis, políticos e dos direitos sociais para que essa igualdade de status dos imigrantes seja reconhecida pela sociedade que já habita o território Canadense. Contudo o reconhecimento jurídico, em si, tem um “[...] potencial moral capaz de ser desdobrado através de lutas sociais, na direção de um aumento tanto de universalidade quanto de sensibilidade para o contexto” (Honneth, 2003, p. 277) que coloca os imigrantes na posição de ser reconhecidos por sua própria autonomia e conquista do autorrespeito.

Embora exista essa expectativa em ‘encontrarem seu próprio lugar` mediante o autorrespeito que trazem consigo do país de origem, as situações expostas nos relatos demonstram formas de desrespeito a identidade tende a destruir o reconhecimento social do imigrante pela privação de direitos e exclusão, que ameaçam a integridade social, representando um componente da personalidade. Como direitos vale relembrar o conceito que:

De início, podemos conceber como ‘direitos’, grosso modo, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se agora lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que aos outros membros da sociedade (Honneth, 2003, p. 216).

Honneth (2003) nos seus estudos da Teoria do Reconhecimento, faz reflexões sobre o entendimento de que relações e as lutas sociais estão vinculadas à vivência do cotidiano, dotada de normatividade. Ele ressalta que: “[...] as obrigações éticas passaram a ser vistas como o resultado de processos decisórios intramundanos, a compreensão cotidiana do caráter da ordem social de valores” (Honneth, 2003, p. 203). Para ele, os conflitos e enfrentamentos quando os padrões de sociabilidade e interação carregam um tipo de código normativo. E esses aspectos colaboram para estruturar as três formas do seu desrespeito que resultam nesses conflitos, que para consolidar, são eles: a violação, privação de direitos e degradação.

A Entrevistada A (2023) mencionou a diferença exorbitante que sente entre um residente temporário e um residente permanente. Ambos os registros mantêm o status de imigrante aos indivíduos aos olhos da sociedade, mas existe um abismo entre esses dois status no âmbito das relações jurídicas. Nesse ponto, exemplificou que o valor pago pelo *College*, que é o meio mais comum de receber imigrantes e intercambistas, para um residente permanente, o preço é cinco vezes menor do que para alguém que está como imigrante temporário, e ela, como estudante, pode trabalhar apenas vinte horas por semana; então, a parte financeira fica bastante comprometida. Além disso, citou o caso relativamente simples de registrar-se no sistema público de saúde canadense, que quem não é imigrante permanente, têm lugares específicos para esse cadastro, mesmo tratando-se do mesmo procedimento de quem é imigrante residente permanente; sendo essas algumas pequenas dificuldades que sempre têm ressalvas para o imigrante temporário.

Ressalta-se que existe a possibilidade de aplicar diretamente o pedido para o visto de residente permanente, mas seus requisitos são muito restritos. Por isso, a forma mais habitual de conseguir imigrar é através dos estudos e, a partir dessa estadia temporária, conseguir os requisitos para alterar o seu status para residente permanente.

Por essa razão, teve o seguinte posicionamento quanto a reconhecer-se socialmente dentro do território canadense, que merece ser novamente citado, ao concluir que: “[...] acho que essa sensação de pertencimento fica para o *permanent resident* [residente permanente], não para *temporary resident* [residente temporário] [...] falta esse pertencimento, [...] essa é uma barreira que você tem que vencer” (Entrevistada A, 2023).

A Entrevistada B relatou um episódio de xenofobia que os filhos passaram na escola. Para que o episódio não se repetisse, foi instruída por amigos a enviar uma reclamação expressa, através de uma carta elaborada com as instruções de uma advogada, visto que se ela apenas reivindicar as providências informalmente, muitos dos seus colegas disseram que a escola não tomaria as medidas de proteção necessárias. Nessa busca por informação, conversando com outros brasileiros, notou que esta é uma situação recorrente: “[...] não é um fato isolado, ele realmente ocorre mas faz parte” (Entrevistada B, 2023).

Na narrativa exposta pela entrevistada, houve um risco à integridade física dos filhos diante da ação dos autores da violência que arremessaram lixo nas vítimas e as perseguiram por um tempo. A Entrevistada B teve que despender energia para tomar as providências necessárias, pois sentiu que não seria ouvida e valiosa se apenas tivesse comunicado a situação por um telefonema, por exemplo.

Outra situação de violação física foi contada pelo Entrevistado F (20032023). No caso, ele foi pessoalmente na saída da aula para chamar a diretora da escola e indicar os autores que intimidavam o filho no ônibus escolar. Pelos acontecimentos, o entrevistado não conseguiu identificar se o bullying sofrido pelo filho foi motivado por xenofobia, mas o tratamento que recebeu ao denunciar as agressões demonstrou uma diferença de tratamento ao que é costumeiramente empregado pelas autoridades escolares nesses casos. Quando a diretora chegou, atendendo ao chamado do entrevistado que estava na área dos ônibus escolares, ela acusou o filho do entrevistado, que no caso era a vítima, por qualquer conflito que estivesse acontecendo: “[...] a diretora dizendo que eu não podia falar isso [sobre apontar um agressor], porque era o meu filho que devia ter dado problema, que ele que era o problema” (Entrevistado F, 2023), e seu relato foi invalidado até que uma outra criança, que não sofria ataques, desceu do ônibus escolar e revelou tudo o que acontecia dentro do transporte, indicando quem eram os autores das agressões contra o filho do entrevistado.

A denúncia feita por ele à diretora da escola não foi considerada até que uma outra criança decidiu confirmar as queixas do entrevistado. Inclusive, após ver que a diretora acusa o seu filho por criar problemas, pediu que a esposa começasse a gravar a conversa para criar provas, mas não foi o suficiente para ter sua queixa legitimada. Na época, o entrevistado estava no país como visitante, não tinha autorização de residência, e os diretores geralmente reconhecem os pais. Pensando na teoria do

Honneth (2003) sobre as questões do reconhecimento social na esfera do direito, pode-se considerar que por sua condição, não era um sujeito moralmente reconhecido. Na memória narrada pela Entrevistada C, citou muitas situações diferentes que abarcam a violação e restrição de direitos dos imigrantes. Teve a matrícula do filho negada sob a justificativa de que as escolas não eram obrigadas a aceitarem crianças menores de seis anos; então, sem nenhum motivo aparente, o filho foi impedido de ter essa interação social e a sua subsistência ficou comprometida, pois ficava com o filho durante todo o dia e trabalhava de madrugada, sem tempo para satisfazer a necessidade básica de descansar e dormir de forma saudável, sendo que crianças começam a frequentar a escola no Canadá no ano que fazem 4 anos de idade, chamado de “Kindergarten”, e ao buscar ajuda para tentar contornar essa negativa, sofreu mais um constrangimento.

Uma das situações expostas pela entrevistada chamou atenção, considerando também, as pesquisas nos websites de informações institucionais relacionados ao programa de educação especial. Retratou-se a negativa do filho da entrevistada a frequentar o programa especial de apoio ao ensino, ao qual beneficiaria a aprendizagem da criança por ser diagnosticado com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), que estava tendo algumas dificuldades relacionadas ao tratamento da professora ao seu comportamento participativo durante as aulas regulares. A entrevistada e o seu esposo buscaram a possibilidade desse apoio, e fizeram uma reunião por videoconferência ao que participou oito ou nove funcionários da escola, e para ela, ficou claro que o direito à essa assistência foi cerceado em razão de estar na situação legal de visitante, que não deveria interferir para essa decisão diante dos princípios de isonomia que apoiam os programas educacionais relacionados aos imigrantes. Relembrando:

A gente [a entrevistada e seu esposo] percebeu que foi por status que não conseguimos colocar ele nessa educação especial. Foi pelo status [visto de permanência]! Porque ela perguntou qual era o nosso status [visto] aqui, e a gente falou: ah, a gente está em processo, mas ainda é de visitante. Aí ela disse assim, e foi bem clara: ‘você sabe que o governo paga caro por isso, né?!’ Então eles botaram umas dificuldades. Ela falou assim: ‘só pode entrar nesse programa quem tem dois anos atrasados em relação a turma’, e eu falei assim ‘isso não existe, isso não é déficit de atenção, isso é uma coisa, a pessoa que tem dificuldade de aprendizado é outra, autista é outra’. Só que eu percebi que era por isso, porque ela entrou muito no fato de ser caro para o governo, e tocavam muito nesse ponto de quando a gente ia ter a permissão (Entrevistada C, 2023).

Salienta-se que, após conseguir a autorização legal de trabalho, que a coloca em uma visão social de sua permanência no país muito mais favorável e indica maior estabilidade, a própria escola pediu a autorização para a participação da criança no próximo período letivo, e essa justificativa de “[...] estar dois anos atrasados em relação à turma” foi invalidada, e comprovou a sensação inicial da entrevistada de que foi apenas uma justificativa para não autorizar a participação de alunos que estavam com a autorização de permanência como visitante, que iniciou sua fala sobre essa memória dizendo: “[...] um outro perrengue por falta de visto”, e finalizou comparando com a situação do seu sobrinho, que tem o mesmo diagnóstico do seu filho, que sempre teve direito de participar do programa (Entrevistada C, 2023).

O próprio Settlement.Org (c2020) informa o direito ao apoio no sistema escolar de Ontário aos imigrantes, disponível em todos os conselhos escolares, sem mencionar tratamento diferenciado relacionado aos tipos de autorização de permanência, além desse programa de educação especial da província, que foi negado ao filho da entrevistada C. Apesar disso, a escola não forneceu, ao menos, o direcionamento a esta outra forma de suporte educacional para tentar minimizar problemas enfrentados pela família naquele momento. O website informa no tópico “[...] como a escola pode ajudar com dificuldades de aprendizagem?” Settlement.Org (c2020, tradução nossa) que:

- Seu filho pode precisar ser avaliado para um Plano Individual de Educação (IEP). Na maioria das vezes, um IEP é considerado para estudantes que precisam de apoio extra com uma ou mais destas áreas de excepcionalidade:
- Comportamento - Isso inclui crianças que têm problemas com o controle de impulsos ou mesmo ansiedade ou fobias;
- Comunicação - Inclui alunos surdos e com deficiência auditiva, autistas, com dificuldades de fala ou com dificuldade de aprendizagem;
- Intelectual - Inclui alunos identificados como Superdotados ou com Deficiência de Desenvolvimento;
- Física - Inclui limitações físicas que podem necessitar de assistência especial e aquelas diagnosticadas como cegas ou com baixa visão (Settlement.Org, c2020).

Assim, o sentimento de exclusão causado na Entrevistada C (2023) parece ser passível de verificação diante das normas institucionais já existentes. Pelo reconhecimento social teorizado pelo Honneth (2003), pode-se ensejar a hipótese de que a razão por esse tratamento que cerceou direitos à família veio da visão de imputabilidade moral que eles representam, por não estarem legitimados socialmente

a frequentarem os serviços oferecidos pelo país visto o *status* de visitante naquele período. Fundamentando essa afirmação, Honneth (2003) expõe:

Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral, nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de autorrespeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos. Portanto, o que aqui é subtraído da pessoa pelo desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito cognitivo de uma imputabilidade moral que, por seu turno, tem de ser adquirida a custo em processos de interação socializadora (Honneth, 2003, p. 216).

Em suma, a vivência experienciada reflete essa exclusão social descrita por Honneth (2003), que reduz o valor moral do indivíduo sobre si mesmo pela ausência de igualdade, infere a um sentimento de inferioridade e, com isso, a perda do autorrespeito, necessário para o reconhecimento social e um desenvolvimento individual satisfatório dentro da comunidade que o imigrante está inserido.

A situação da moradia também foi uma questão abordada por todos os entrevistados imigrantes. Nesse viés, a fala do Entrevistado E (2023) refletiu bastante todas as narrativas, que envolve o medo diante da dinâmica diferente para ser aceito como locatário, a dificuldade em obter esse aceite por ser recém-chegado no país e não ter as referências e os documentos necessários para ser moralmente validado como digno de confiança. Esse cerceamento do direito de habitação limita o direito dos imigrantes recém-chegados de ocupar certos espaços, que ficou evidente ao dizer que provavelmente não conseguiria alugar um apartamento se não fossem áreas com grande concentração de imigrantes:

[...] por ser um lugar que tinha muito imigrante, tivemos essa flexibilidade com os documentos que o Canadá usa para demonstrar se você é uma pessoa confiável, já estavam acostumados com isso, e se não fosse assim, a gente não conseguiria alugar apartamento (Entrevistado E, 2023).

As memórias sociais compartilhadas depreendem a generalizar que ser um imigrante, principalmente se não estiver extremamente instruído por seus próprios meios, são suscetíveis a diversas formas de violação material de direitos, mesmo que estes já estejam institucionalizados no país, ferindo o autorrespeito individual e a

integridade social e, assim, influenciando no reconhecimento social defendido por Honneth, que ao tratar das violações da dimensão do direito, acrescenta que:

[...] essa forma de desrespeito representa uma grandeza historicamente variável, visto que o conteúdo semântico do que é considerado como uma pessoa moralmente imputável tem se alterado com o desenvolvimento das relações jurídicas: por isso, a experiência da privação de direitos se mede não somente pelo grau de universalização, mas também pelo alcance material dos direitos institucionalmente garantidos (Honneth, 2003, 216).

As adversidades enfrentadas pelos imigrantes vêm sendo minimizadas com o passar do tempo pela criação e fortalecimento das leis que culminam penas criminais e civis contra a discriminação no Canadá, resultado das lutas e organizações sociais que demandam providências ao governo. Considerando os avanços que o país alcançou, principalmente após o fortalecimento da comunicação com o advento da internet, as perspectivas de que as batalhas sociais alcancem progressos cada vez mais rápidos pela aceleração da comunicação, mas para isso, a sociedade precisa estar vigilante a todo momento para que não haja regresso.

Portanto, o reconhecimento social do imigrante será comprometido enquanto houver essa discrepância social de tratamento – à exemplo do emprego, educação, saúde, habitação, dentre outros demonstrados pelos entrevistados – e a rigidez procedimentais relacionadas aos imigrantes, que não consideram o histórico e a bagagem social que o imigrante traz do país de origem. Para além das dificuldades em adequar-se às questões que o Canadá se diferencia política, social, economicamente do Brasil, essas barreiras evidenciam o sentimento individual de não pertencimento, afetando o autorrespeito e, por consequência, o Reconhecimento Social.

Quanto à dimensão da solidariedade, se ampara no reconhecimento que advém das práticas sociais coletivas, em que a estima aos indivíduos se forma diante da contribuição ao bem comum. No reconhecimento social do indivíduo a esfera da solidariedade funda-se na autoestima, que se baseia nas capacidades morais demonstradas em sociedade e nas propriedades.

Quadro 13 - Conjectura da dimensão da solidariedade

Entrevistado	Observações empíricas
B	“Eu acho que a escola aqui tenta ser inclusiva sim, mas eles não têm muito uma questão, por exemplo, de fazer um programa de acolhimento, de tentar fazer pertencer. Mas eles não são inclusivos. Então, assim, a escola aqui tenta se adaptar o aluno e ajudar o aluno, mas não em questão de fazer de tudo para incluir, para ajudar a incluir, não. Mas eles têm um professor que acompanha eles no primeiro ano todo, né? [em relação ao acompanhamento da turma educacionalmente] [...]. E para qualquer dúvida que tenha poder fazer, vamos dizer assim, essa ponte entre escola, família e aluno”.
C	“E aí o chefe da cozinha gritava e o dono do restaurante descia, pegava nas nossas costas e deixava a mão escorregar, sabe?! Falava besteira no nosso ouvido”.
F	“Passei por situações bem complicadas, de pessoas que tentou passar a perna, um cara chegou a jogar um saco de moedas porque ele descobriu que eu não tinha permissão de trabalho”.
G	Falando que a filha voltou para o Brasil durante a pandemia: “Ela acabou voltando, né?! Porque estava fechado aqui, então no meio da pandemia ela foi para o Brasil. As escolas fecharam e as aulas eram online, então você podia fazer aula onde você tivesse, qualquer lugar. Como estava tudo fechado, ela estava sem amigos, etcetera, ela teve facilidade de voltar para o Brasil e fazer parte lá”.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Observando nos estudos que envolvem a memória coletiva ou social, pode-se considerar um assunto de extrema importância para que as lembranças do passado ou das realidades diversas do presente sejam registradas de forma a ser capaz de apoiar a construção da história de indivíduos que buscam os seus resultados perante a sociedade. A estima social ingressa nas relações pela existência de culturas, tradições e modos diferentes de viver, o que torna a solidariedade o espaço de maior disputa política. Honneth (2003) descreve [...] o conceito de ‘solidariedade’ se aplicar até o momento precipuamente as relações de grupo que se originam na experiência da resistência comum contra a repressão política; pois aqui é a concordância no objetivo prático”. Essas relações são baseadas na igualdade universal, no reconhecimento do sujeito e nos diversos modos de vida, e não pelo status como é a dimensão do direito.

A Entrevistada B relatou que sentiu falta da ação prática do Settlement.Org em acompanhar a integração social dos filhos. Mas pensando no contexto do *Newcomer Centre*, a proposta é abarcar uma interação inicial, de curto prazo, a não ser que a família solicite algum outro auxílio. Considerando a grande demanda, espera-se que o aluno que não retorna para relatar qualquer queixa posterior, tenha se assentado, mesmo que parcialmente, já que ser reconhecido socialmente como uma pessoa de mesmo valor nessa expectativa intersubjetiva, leva algum tempo. Por esses fatos,

pode-se considerar que o programa cumpriu o que se propôs de fato, mesmo não suprimindo as expectativas da entrevistada.

A Entrevistada C (2023) passou pela situação de assédio moral e sexual no trabalho, o que perpassa pela degradação e ofensa à sua honra e dignidade, até que, após três meses, conseguiu outro trabalho. Essas são componentes ameaçadores da personalidade capaz de causar danos à autoestima, por fazê-la sentir-se inferiorizada, que na situação narrada, por estar no país como visitante, a entrevistada afirmou estar exercendo a função clandestinamente por não ser autorizada a trabalhar no país e precisava daquele trabalho para manter a si e a sua família financeiramente.

A privação dos direitos e da exclusão da vida civil, política e social está em oposição ao direito, e trata-se de exclusão que fere um pressuposto normativamente importante do status de que todas as pessoas têm o mesmo valor, ferindo a igualdade e a autonomia pessoal e o autorrespeito: “[...] para o indivíduo, a denegação de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo moral” (Honneth, 2003, p. 216).

Em toda a sua narrativa que referenciou esse período em que a entrevistada esteve no país somente com a autorização de visitante, ela demonstrou situações de extrema insegurança e medo de sofrer violações, seja financeira, física, moral. Estava sempre numa situação de subalternidade por precisar garantir sua subsistência. Honneth (2003, p. 217) acrescenta que esse desrespeito pode acarretar na perda da capacidade do indivíduo em encarar a si mesmo com igualdade em relação aos outros, que pode alterar as relações jurídicas, e por essa razão, defende que “[...] a experiência da privação de direitos se mede não somente pelo grau de universalização, mas também pelo alcance material dos direitos institucionalmente garantidos”, que no caso, a entrevistada não possuía muitos dos direitos necessários para sentir-se segura e protegida no país.

O Entrevistado F (2023) passou uma situação parecida no início da sua permanência no país, em que também esteve como visitante, até que teve sua autorização de trabalho autorizada. Mas no caso, na primeira semana de prestação de serviços, notou que não seria pago pelo seu trabalho, e buscou a melhor forma de sair daquela situação. Entretanto, ser pago com um saco de moedas jogado sobre si foi uma forma de humilhá-lo, e saber que nada poderia ser feito, já que o entrevistado não deveria estar trabalhando. Isso o deixou inseguro para buscar novos trabalhos,

até que encontrou o trabalho atual, que o trata com respeito e dignidade desde quando ainda tinha o status de visitante.

O Entrevistado G (2023) mencionou que após a decretação do *lockdown* em razão da pandemia do COVID-19, a filha pediu para voltar para o Brasil, já que não tinha nenhuma validação social no Canadá e sentia-se solitária. Melo (2014) observa que cada uma das formas de reconhecimento corresponde a um desrespeito que atinge os modos de auto relação individual, impedindo-o que reconheça certas dimensões da própria identidade, liberdade e a capacidade de compreensão positiva de si mesmo. Os “[...] maus-tratos e violação, que ameaçam a integridade física e psíquica, como membro de uma comunidade político-jurídica, e a degradação e ofensas, afetam os sentimentos de honra e dignidade do indivíduo” (Melo, 2014, p. 22).

Apesar de não ter sofrido nenhuma ação direta que a degradasse ou ofendesse, não se inserir feriu-a de alguma forma sua autoestima a ponto de querer voltar para seu país de origem, mesmo ficando longe dos pais e da irmã, que permaneceram no Canadá. O entrevistado contou sobre a reunião solicitada pelo diretor que a advertiu sobre o excesso de contato físico com os colegas aos pais, que deixava outros alunos desconfortáveis, mas não mencionou a forma que a adolescente recebeu essa queixa.

De modo geral, todos os entrevistados mencionaram o sentimento de “precisar começar de novo” em relação às práticas sociais coletivas. Para o trabalho, mesmo com muito estudo anterior e experiência profissional, a maioria disse não se sentir reconhecido e valorizado por suas capacidades e aptidões técnicas.

Nos vínculos sociais, todos demonstraram ter alguns vínculos fortes, geralmente de pessoas que passaram ou passam por alguma situação similar com dificuldades que veem enfrentando ou já enfrentaram, e formam uma ligação de cooperação um com o outro, pois o sentimento de dificuldade e de necessidade de apoio é geral entre as relações sociais dos entrevistados. Pode ser pais de alunos da mesma escola, contatos que já participaram de alguma atividade que tem interesse, alguém solícito em algum grupo de ajuda, convite para grupos que se reúnem para prática de esportes e interação social, etc.

Estar em um novo território, com pouco ou o mínimo de contato familiar e social pode ser o maior desafio para alguns imigrantes. Mesmo aqueles que se sentem bem

com as relações que mantiveram e a validação social que conseguiram no Canadá, demonstram que no Brasil existia mais força e estabilidade entre esses vínculos.

Sentir-se aceito pela sociedade que habita implementa esse reconhecimento social, que fortalece a autoestima e a autovalorização de saber quem se é dentro daquele ambiente. Por outro lado, a rejeição pode gerar ainda mais afastamento. Honneth (2003) valida esse pensamento ao concluir que:

[...] sob as condições das sociedades modernas, a solidariedade está ligada ao pressuposto de relações sociais de estima simétrica entre sujeitos individualizados (e autônomos); estimar-se simetricamente nesse sentido significa considerar-se reciprocamente à luz de valores que fazem as capacidades e as propriedades do respectivo outro aparecer como significativas para a práxis comum. Relações dessa espécie podem se chamar 'solidárias' porque elas não despertam somente a tolerância para com a particularidade individual da outra pessoa, mas também o interesse afetivo por essa particularidade: só na medida em que eu cuido ativamente de que suas propriedades, estranhas a mim, possam se desdobrar, os objetivos que nos são comuns passam a ser realizáveis (Honneth, 2003, p. 210).

A memória individual compartilhada pelos entrevistados é parte da memória coletiva da comunidade imigrante brasileira, e ter a compilação de informações nesse recorte da área de educação básica de ensino canadense, referência mundial na receptividade a imigrantes é muito relevante. Esquematizar após a análise de modo a demonstrar a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social do imigrante recém-chegado, contribui para que os brasileiros que pensam em imigrar avaliem os reais enfrentamentos. Inspirar pessoas que já estão no país a buscar melhoria e difundir as informações necessárias que ajudem os futuros imigrantes, além de refletir sobre melhores políticas públicas no Brasil para que os recém-chegados estrangeiros sejam acolhidos com dignidade, espelhando-se nos países de referências. A pesquisa demonstrou que, mesmo diante das dificuldades ainda existentes, o Canadá realmente é um país que tenta apoiar a adaptação dos imigrantes e auxiliá-los, demonstrando prestatividade em realizar melhorias continuadas.

Houve vigilância epistemológica para garantir a cientificidade da pesquisa. A análise dos imigrantes foi feita de forma imparcial, examinando apenas que era dito literalmente ou demonstrado na fala literal dos entrevistados. Buscou-se imigrantes aleatórios, e todos os que se dispuseram a colaborar com a pesquisa foram entrevistados e constam nos resultados, para que houvesse comparação real entre

os que receberam o auxílio direto do *Newcomer Reception and Assessment Centre* e daqueles que nem mesmo sabiam da existência do programa.

Porém, mesmo os imigrantes que não foram encaminhados para o *Newcomer Reception and Assessment Centre* e que buscaram auxílio na escola foram atendidos de forma satisfatória. O centro de recém-chegados oferece ajuda à família quanto às questões de assentamento e trabalho, e por isso, foi necessário formar essa memória coletiva dos entrevistados para avaliar a trajetória profissional, essencial na luta pela personalidade para manter o autorrespeito e a autoestima social.

Nessa questão, os costumes sobressaem à Lei, visto que o Canadá é rigoroso quanto ao tratamento isonômico e existem muitas restrições do que pode ser considerado para uma entrevista de emprego; por exemplo: é vedado perguntar idade, se há filhos, onde reside. Entretanto, a cultura de contratação por indicação é uma inegável realidade, e majoritariamente, diante dos resultados, é através dessas indicações que os candidatos são avaliados.

Outra barreira para a satisfação do imigrante é a valorização da experiência e estudos fora do Canadá. O país mantém certo rigor em considerar universidades estrangeiras como válidas para atuação em funções privativas de pessoas certificadas, como profissionais das áreas biológicas (médicos, enfermeiros, dentistas, etc.), humanas (professores, advogados, etc.) e exatas (engenheiros, etc.). Por enquanto, a única área que possui uma maior aceitação de certificações exteriores é o setor de tecnologia.

Nessa trajetória enquanto pesquisadora e imigrante, incorporei a forma de pensar e as análises teóricas a minhas próprias vivências, e é impossível passar por alguma barreira ou vivenciar alguma facilidade dentro da perspectiva canadense sem que eu faça análises internas. Esse hábito desperta novas interrogações e questionamentos em outras perspectivas além da educação, e em observância às situações expostas em reportagens que acontecem no Brasil relacionadas a recepção de imigração, diversas indagações e possibilidades de minimizar as questões ou promover certas ações. Estar inserida nesta análise transformou meu modo de pensar quanto ao bem-estar humano, a dignidade, e o papel estatal na proteção da população, social e individualmente.

Ter uma visão adequada sobre isonomia e bem-estar social da imigração proporciona enxergar o tema por diversas ópticas. Por um lado, penso que todas as pessoas deveriam ter os mesmos direitos e possibilidades quanto a escolha de viver

em outro território; por outro, tenho consciência de que o estado precisa controlar a imigração para que o crescimento não seja totalmente desordenado e que consiga manter os direitos e garantias básicas adequadamente assegurados (a exemplo da crise no sistema de saúde público canadense pela alta demanda causada pelo aumento da população, que inclui os imigrantes, e a falta de profissionais capacitados, que não cresceu na mesma proporção) (Yousif, 2022).

A consciência política e social desenvolvida no Programa de Gestão Pública e Sociedade me oportunizou enxergar a imigração como um todo, nas suas diversas nuances políticas, ambientais, governamentais, educacionais, de saúde, de habitação, na gestão da diversidade, dentre tantas outras. Com isso, a conclusão que formei durante a pesquisa coloca o Canadá como ótimo país para se estar na condição de imigrante, pois apesar das dificuldades e dos problemas que os recém-chegados enfrentam, sua política restritiva de aceite ao país, e as barreiras que existem de forma individual a cada imigrante, que variam de acordo com a realidade de cada um, o Canadá faz jus fama de receptividade que mantêm nas notícias do mundo.

Na região de Mississauga/ON, a diversidade é presente e visível e a convivência é considerada pacífica. É visível, e existe acesso à muitas culturas, tradições, religiões, diversos tipos de vestimentas, diversas comemorações típicas, etc., ocupando o mesmo território, até por que, a região marca 53,2% de imigrantes na composição da sua população, de acordo com o Censo da Região de *Peel* de 2021 (Region of Peel, 2021).

Esse dado quantitativo divulgado pelo Distrito de *Peel* demonstra a eficácia das políticas públicas de imigração, visto que apesar das dificuldades iniciais, com o passar do tempo, os imigrantes conseguem se estabelecer, permanecer e prosperar no país. As evidências que persistiram nessa amostra demonstraram que houve dificuldades relacionadas a condição de emprego e socioafetivas junto a esse grupo amostral. Contudo, os benefícios de permanecer no país como imigrante superam os desafios enfrentados para conseguir se estabelecer de fato. A memória geral da amostra da imigração dos brasileiros que estão no Canadá demonstra dificuldades parecidas no início, enquanto recém-chegados. Posteriormente, a situação se estabelece, e gradativamente melhora com o passar do tempo e conforme vão buscando estabilidade.

Contudo, cada indivíduo carrega sua bagagem pessoal de renúncias, traumas, violações à honra, desrespeito aos seus direitos, dentre tantas outras dificuldades.

Mas, cada um deles manifesta o desejo de permanecer. Há muito o que melhorar, mas o país é receptivo e cooperativo com os recém-chegados.

5 CONCLUSÕES

Nesta conclusão apresenta-se as considerações finais, após revisitar todo o conteúdo capturado para esta pesquisa.

Nas etapas de planejamento buscou-se levantar demandas de um tema atual, capaz de ser verificado e racionalizado pela autora, bem como, trazer percepções diferentes sobre a vivência de brasileiros enquanto imigrantes na província de Ontário no Canadá. A pesquisadora autora desta pesquisa vive como imigrante na cidade de Mississauga/ON – Canadá, e temas referente à vida dos imigrantes e a própria imigração são assuntos efervescentes na sociedade canadense em geral, tanto para o poder público, quanto para as pessoas que já se encontram no país, que precisam gerenciar a sua receptividade para amenizar os impactos sociais do aumento da população e das necessidades dos grupos, observando sempre a diversidade e os direitos e garantias fundamentais.

O imigrante precisa estar atento às notícias e às informações divulgadas pelo governo canadense, bem como através das comunidades brasileiras periodicamente, na tentativa de auto proporcionar um pouco de tranquilidade diante de todas as inseguranças que os rodeiam. A troca de informações e de vivências entre a comunidade brasileira na região é uma fonte de auxílio, e a difusão dessas experiências, proporcionam um atalho para quem chega ao país. Diante disso, divulgar e expor as políticas de acolhimento ao imigrante no Canadá torna-se importante como uma fonte de pesquisa aos cidadãos brasileiros que pretendem imigrar e, aos pesquisadores do tema, sobretudo para conhecer o suporte prático Canadense à imigração, que pode inspirar a criação de novas políticas pública de acolhimento aos imigrantes que chegam ao Brasil, bem como, a melhorias de políticas já existentes.

O capítulo 1 abordou-se a parte introdutória da pesquisa, em que foi apresentado o memorial da pesquisadora até que chegasse ao momento de vida atual na escolha pelo Programa de Pós Graduação em Gestão pública e Sociedade, abordando parte da rota que me fez optar pelo tema desta pesquisa, construindo a problemática de forma a criar um panorama geral da imigração estabelecendo a problemática da pesquisa que ficou assim definida: **Como a memória social e história de um dos programas específico para imigrantes oferecido pela gestão pública canadense, o *Newcomer Centre* (Centro de recém-chegados), das**

escolas públicas católica na cidade de Mississauga/ON, aborda a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social a partir das narrativas de um grupo amostral, sobre o período de 2019 a 2022, período extraordinário que contempla a pandemia do COVID-19?

O problema foi respondido mediante as entrevistas realizadas com imigrantes brasileiros que participaram do *Newcomer Reception and Assessment Centre* e comparando àqueles que não tiveram auxílio direto deste centro para imigrantes recém-chegados no país. Considerou-se que o programa é efetivo àqueles que buscam auxílio de forma ativa, e mostraram-se disponíveis a atender qualquer demanda exposta pelos alunos e seus familiares. Apesar disso, os imigrantes precisam enfrentar adversidades e necessitam de suportes muito maiores do que qualquer política pública é capaz de oferecer; as demandas internas de reconhecer-se enquanto parte da nova comunidade é extremamente complexa e individual, visto que, cada trajetória é única e o peso que as dificuldades tem entre um e outro imigrante são consideradas de diferentes formas.

Os objetivos da pesquisa também foram atendidos. O objetivo geral, estabeleceu-se em: Compreender a memória social e a história institucional do *Newcomer Reception and Assessment Centre* financiado pela gestão pública e executado através das escolas católicas da cidade de Mississauga/Ontário, no Canadá, a partir das narrativas de um grupo de imigrantes, sobre a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social teorizado por Axel Honneth, no período de 2019 a 2022. Para isso, foi necessário cumprir os objetivos específicos, delimitados em: levantar dados qualitativos relativos à memória e história institucional e à gestão voltada ao programa de acolhimento para imigrantes recém-chegados das escolas católicas da cidade de Mississauga/ON, no período de 2019 a 2022, que inclui um período do ápice da pandemia do COVID-19; analisar e comparar as narrativas dos entrevistados imigrantes sobre as suas memórias sociais e institucionais influenciadas pelo Centro de Recém-chegados, que atua nas escolas católicas, e sua participação em atividades/ações voltadas para o pertencimento e reconhecimento social, e suas dificuldades; analisar as políticas públicas e ações do programa de inclusão e sua atuação nas escolas, que reconhece esses espaços de acolhimento e colaboram com o pertencimento e o reconhecimento social de imigrantes.

Como podemos observar no capítulo de resultados, os dados levantados foram suficientes para analisar este recorte da política de imigração canadense gerenciado

pelos Conselhos Escolares, especificamente as aplicadas no município de Mississauga/ON, comparando com as narrativas memoriais dos sete imigrantes brasileiros entrevistados, que possibilitaram ir além, e conhecer as reais dificuldades do reconhecimento social em algumas esferas de análises para além do Centro de Recém-chegados.

É importante lembrar que a pesquisa se justifica pela relevância do tema e a óptica inédita que baseia as análises teóricas do reconhecimento social, pertencimento e inclusão em relatos memórias dos imigrantes, que ainda estão se adaptando nesse período temporal de 4 anos (2019 a 2022), que ficou evidenciado no estado da arte feito previamente. Academicamente, essa nova perspectiva amplia o campo de estudos e fornece diversas arestas que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Socialmente, os resultados reconhecem a importâncias de políticas públicas de integração e erradicação das desigualdades, que minimizam as violações e o desrespeito a personalidade com o passar do tempo, que proporciona o bem-estar social e a qualidade de vida que despertam nos imigrantes o desejo de permanecer no país. Profissionalmente, a pesquisa contribuiu na formação da própria pesquisadora, que passa por esse processo de integração social como imigrante, ampliando a percepção da realidade e a manter a atenção para manter a própria integridade, além de ter proporcionado contato mais pessoal com outros imigrantes, que mantiveram o vínculo após a entrevista.

No capítulo 2 explanou-se sobre as bases teóricas que fundamentaram as análises dos dados empíricos coletados, desenvolvidas por três categorias principais: memória social; imigração e reconhecimento social e o papel da gestão pública para melhorar as condições de imigração. A primeira categoria intitulada de “Memória e História Social e Institucional: aspectos da identidade” abordamos a evolução teórica dos estudos da memória, responsável pela formação da história no tempo, um conceito múltiplo que se mostra cada vez mais profundo e cheio de novas perspectivas. Para ambientar esta pesquisa, passou-se, principalmente, pelo olhar de Durkheim, Halbwachs, Pollak, Candau, Nora e Gondar para formar a óptica de memória que usamos para trabalhar os dados obtidos.

A segunda categoria chamamos de “Imigração e Reconhecimento Social de Axel Honneth” em evidenciamos alguns pontos quantitativos e qualitativos sobre a situação migratória histórica e atual, tanto do Brasil – com a finalidade de alertar a importância do tema no país onde a imigração vem crescendo exponencialmente e as

ações públicas para acolher essa população ainda não se constituem em uma prioridade. Isso que pode ocasionar graves crises futuras humanitárias de violência, violação à direitos e garantias fundamentais, afetando a segurança, qualidade de vida e bem-estar social – quanto ao Canadá, esse se caracteriza por uma alta porcentagem de imigrantes que sustentam a economia do país e, com isso, precisam gerenciar toda a diversidade de população que habitam o mesmo território. Por esse caminho, chegamos à explanação da Teoria do Reconhecimento social de Axel Honneth (2003) que expressa questões essenciais na formação da personalidade individual e social de cada pessoa, formado pela esfera do amor (relações sociais primárias), do direito (relações jurídicas) e da solidariedade (comunidade de valores), responsáveis por estabelecer e manter a autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima do indivíduo, respectivamente.

[...] três dimensões distintas, mas interligadas: desde a esfera emotiva que permite ao indivíduo uma confiança em si mesmo, indispensável para os seus projetos de auto realização pessoal, até a esfera da estima social em que esses projetos podem ser objeto de um respeito solidário, passando pela esfera jurídico-moral em que a pessoa individual é reconhecida como autônoma e moralmente imputável, desenvolvendo assim uma relação de autorrespeito (Honneth, 2003, p. 18).

Ao tratar da terceira categoria nomeada de “Gestão Pública como facilitadora na inclusão, pertencimento e reconhecimento social de imigrantes recém-chegados”, abordou-se fundamentos teóricos e legais sobre o papel governamental na proteção dos direitos e garantias da pessoa imigrante, discutindo a importância de políticas públicas bem desenvolvidas na adaptação ao novo território, cultura, clima, legislação, procedimentos governamentais, socialização, dentre tantos outros cenários sociais.

No capítulo 3 descreveu-se os métodos científicos que orientou todas as etapas da pesquisa, que se confirmou adequado, concebendo confiança aos resultados alcançados, auxiliando na vigilância epistemológica mantida pela pesquisadora. A metodologia usa da abordagem qualitativa de análise de conteúdo, classificou-se por objetivo descritivo e usou o estudo de caso como procedimento para alcançar os resultados. A técnica para a coleta de dados associou a pesquisa bibliográfica, documental, e pesquisa de campo na forma de entrevistas semiestruturadas. O universo em que a pesquisa foi desenvolvida retrata as escola públicas católicas da cidade de Mississauga, localizada na província de Ontário, no Canadá; para a entrevista, buscou-se uma funcionária do *Newcomer Reception and Assessment*

Centre que pudesse relatar a memória institucional do programa de acolhimento e das escolas; para a entrevista com imigrantes, buscou-se voluntários na comunidade brasileira formadas em plataformas online, que tinham chegado ao Canadá entre os anos de 2019 a 2022, com filhos que frequentaram ou ainda frequentam as escolas públicas católicas da cidade de Mississauga/ON.

A metodologia adotada cumpriu com êxito o objetivo geral, visto que, os dados coletados ofereceram condições para descrever e analisar a memória social e a história institucional do *Newcomer Reception and Assessment Centre* das escolas católicas da cidade estabelecida para a análise, em que as narrativas do grupo de imigrantes proporcionou cenários para analisar a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social no período de 2019 a 2022, nos pontos sociais em que o *Newcomer Centre* se propõe a auxiliá-los, possibilitando, ainda, a comparação do efeito que o programa exerce entre imigrantes que foram assistidos e os não assistidos.

Em relação a coleta de dados, enfrentou-se algumas limitações quanto ao número da amostra. Porém, o resultado final se mostrou satisfatório visto que, apesar das diferentes experiências e situações vivenciadas pelos entrevistados, as dificuldades enfrentadas por todos eles têm certas conexões, que desenvolveremos ao retratar o capítulo seguinte.

O capítulo 4 retratou os resultados e discussões relacionados as análises finais dos dados coletados, em cumprimento aos objetivos desta pesquisa. A memória compartilhada pelos entrevistados trouxe muitas descobertas pautadas nas vivências reais de quem imigra. Esclareceu-se brevemente o funcionamento do sistema político canadense enquanto monarquia constitucional vinculado ao Reino Unido; a organização territorial do país, e alguns pontos sobre a província de Ontário, lugar onde se encontra a cidade de Mississauga; passou-se por explicações sobre a competência de financiamento de alguns serviços públicos, principalmente do setor de educação; e explicita-se como é dividida as responsabilidades pelo setor e as assistências à alguns tipos de vulnerabilidades sociais.

Viu-se que as políticas públicas de educação são de responsabilidade das províncias, dividida por Conselhos Escolares que abrangem regiões distritais, mas também existe grande cooperação federal. Vale relembrar que:

O Canadá é único entre as nações desenvolvidas que não tem um escritório federal de educação. No entanto, embora a autonomia provincial em matéria educacional seja constitucionalmente reconhecida e frequentemente afirmada, seria ingênuo ignorar o fato de que o governo federal também desempenha um papel significativo na educação no Canadá (Peters; Leslie, 2012).

Diante das pesquisas documentais e bibliográficas para a execução dos objetivos, o Canadá demonstrou preocupação nos assuntos referente à imigração e a mantêm sob responsabilidade federal. Essa é uma característica importante capaz de oferecer aos programas e assistências à imigração certa continuidade dos serviços públicos. Nessa questão, é importante salientar o peso que as organizações sociais exercem para que essa estrutura seja mantida, visto que recentemente, houve uma tentativa de transferir esse compromisso para as províncias, e frente à manifestação social, por ora, permanecerá federal. Então, o país trata a imigração como um assunto de relevância, que recebe uma grande destinação de recursos financeiros para manter as iniciativas assistenciais, mas a vigilância da população e dos grupos políticos formados dentro da sociedade possuem muita relevância dentro desse sistema. Ao final das análises foi possível quase levantar uma hipótese sobre a importância de manter a responsabilidade de assistência a imigrantes no âmbito federal, pode estar relacionado a manter uma isonomia de tratamento entre as províncias, considerando que o mesmo órgão gerencia os recursos de todo o país, mas para confirmar esta suposição seria necessário realizar outra pesquisa que aborde a gestão de imigração federal junto às províncias. Talvez isso possa ser, no futuro, uma continuação desse estudo.

Após, no subtítulo “Memória institucional do centro de boas vindas da província de Ontário”, em atenção as informações públicas e documentos oficiais, explicou-se como surgiu o *Newcomer Centre*, identificando os serviços aos quais se propõem, de onde vem o seu financiamento, como são administrados, dentre outras questões. Para complementar, a seguir o subtítulo “Análise empírica da entrevista realizada com um *Settlement Worker* da cidade de Mississauga/ON” une as informações públicas com a narrativa da funcionária do programa que atua na cidade.

Descobriu uma teia de instituições e recursos que sustentam o *Newcomer Centre*, que surgiu por pressão popular que demandavam assistência e acolhimento para a adaptação dos imigrantes. Em 1978 formou-se a OCASI - *Ontário Council of Agencies Serving Immigrant* (em tradução livre, significa Conselho de Agências de

Ontário que atendem a imigrantes) e somente em 1990, doze anos depois, passou a receber recursos financeiros governamentais para informatizar o atendimento aos imigrantes. Inicialmente, todo o trabalho realizado era voluntário, realizado majoritariamente por imigrantes já estabelecidos no país para auxiliar os recém-chegados. Isso valida a perspectiva de que as dificuldades enfrentadas geram tamanha identificação, que a comunidade de imigrantes se organizou por conta própria para apoiar o assentamento das pessoas que chegavam ao país.

A organização evoluiu e criou o Settlement.Org, uma iniciativa que se compromete a ser o centro de informações e assistência a imigrantes mais confiável da província de Ontário. É através dessa instituição que os *Newcomers Centres* funcionam por meio da colaboração escolar, para ajudar no assentamento e adaptação dos alunos e das famílias de imigrantes que chegam ao país. Apesar de ser uma instituição sem fins lucrativos, o apoio financeiro para que o trabalho, seja realizado de forma gratuita aos imigrantes vem do governo federal, através do setor de imigração, refugiados e cidadania do Canadá (*Immigration, Refugees and Citizenship Canada*), sendo este o principal patrocinador dos programas e assistências direcionadas aos imigrantes, que atua no âmbito federal.

Como mencionado, o trabalho realizado pelo Settlement.Org evoluiu a ponto de instalarem-se em diversos setores públicos considerados essenciais. Para esta pesquisa, tratou-se da área da educação básica, onde essa instituição se instalou nas dependências das escolas, e o trabalhador responsável por esse acolhimento aos recém-chegados são chamados de *Settlement Worker*, que por livre tradução significam “funcionários/trabalhadores do assentamento”.

Buscou-se transmitir as funções do *Newcomer Reception and Assessment Centre* e as atribuições do *Settlement Worker* formalmente, descritas nos websites oficiais e na descrição do cargo divulgado pelo website de divulgação de empregos mais utilizado no Canadá. Comparando-as ao serviço oferecido aos imigrantes, o Centro de Recém-chegados cumpre os objetivos aos quais se propõem ao dar as boas-vindas aos estudantes e suas famílias, apresentando o funcionamento do ensino na província de Ontário, oferecendo apoio à adaptação social, à comunicação na língua inglesa e na matemática, acompanham a acomodação do aluno de forma individual ao nível de estudos que trazem do país de origem, oferecem aconselhamento e relatórios para a escola responsável por cada aluno.

Considerando todas essas responsabilidades, observou-se certa sobrecarga ao Settlement Worker, que geralmente cuida da adaptação dos recém-chegados de mais de uma escola. A funcionária entrevistada gerenciava sozinha o assentamento de recém-chegados de três escolas em Mississauga/ON, e precisa estar semanalmente presente em todas elas. Informou que todos os imigrantes recém-chegados eram enviados a ela pela escola, porém, apesar de acreditar que a funcionária atende a todos, as entrevistas demonstraram que as escolas não repassam todos os imigrante novos a ela, e não foi possível definir o critério que a escola vem utilizando ao decidir quais famílias serão encaminhadas ao *Newcomer Centre*. Para isso, seria necessário expandir o objeto da pesquisa para a administração escolar, que não foi o foco atual, e que se demonstrou numa brecha que pode inspirar a realização de outras pesquisas.

Seguindo para as análises das entrevistas dos assistidos e não-assistidos pelo Newcomer Centre, o subtítulo “Memória social dos imigrantes brasileiros no Canadá” trabalhou na análise dos dados empíricos obtidos através das entrevistas semiestruturadas. O perfil dos imigrantes foi organizado de forma comparativa no Quadro 4. As condições de status de imigrantes, ou seja, o tipo de autorização de permanência fornecido pelo governo canadense, e a motivação que os levaram a optar pela imigração foi exposta logo em seguida.

Posteriormente, os imigrantes que participaram de ações do *Newcomer Reception and Assessment Centre* compartilharam as memórias que vivenciaram no programa e revelaram suas percepções pessoais sobre a atuação do Centro, e os que não foram encaminhados para o auxílio para recém-chegados e que externaram as situações de dificuldades vivenciadas com os filhos e com a família em geral por serem imigrantes. Isso permitiu confrontar a relevância das políticas públicas assistenciais no processo de inclusão, pertencimento e reconhecimento social. Em seguida, diante da assistência oferecida pelo Newcomer Centre em auxiliar a família dos alunos a ingressar no mercado de trabalho canadense, questionou-se os entrevistados sobre os parâmetros de análise na esfera do trabalho, tão importante para o reconhecimento social, subsistência e dignidade. Por fim, analisou-se “As dimensões do Reconhecimento social de Axel Honneth (2003), que tratou de analisar as três conjecturas do reconhecimento social, sendo, o amor (dedicação emotiva), o direito (respeito cognitivo) e a solidariedade (estima social).

Quanto ao perfil dos imigrantes, todos os que se disponibilizaram a compartilhar as memórias sociais demonstraram um alto grau de instrução, comparado à maioria dos brasileiros, pois todos têm cursos do ensino superior, todos casados, com uma média de três filhos, e com faixa-etária de 36 a 54 anos, naturais das regiões sudeste e norte do Brasil. Ressalta-se que os entrevistados tinham uma vida confortável no Brasil, e nenhum deles escolheu a imigração em razão de vulnerabilidades sociais que pode acontecer por guerras, crises no país de origem, catástrofes ambientais, etc., sendo esta uma escolha consciente. Cinco dos entrevistados chegaram ao país com autorização de estudos, em que eles próprios ou seus cônjuges iniciaram o *College*. Todos esses demonstraram que o curso escolhido foi apenas um meio para que pudessem vir para o Canadá, mas o objetivo principal é viver e se estabelecer no país, com a intenção de tornarem-se residentes permanentes. Dois dos entrevistados, apesar de terem a intenção de permanecer no país, usaram da forma mais arriscada e insegura, permaneceram no país com a autorização de visitante, para ingressarem com o pedido de autorização de trabalho já estando no território, e ambos conseguiram a aprovação da sua solicitação.

É crucial considerar que, para imigrar para o Canadá no fluxo atual de pontuação, que considera diversos requisitos formais para autorizar a permanência de qualquer pessoa, ter uma reserva financeira anterior é essencial para que o imigrante sustente o custo de vida inicial. Assim, a imigração canadense alcança somente a quem já pertence ou já alcançou a uma situação socioeconômica digna.

Questionados sobre a escolha do Canadá como o destino para estabelecerem-se, e a sensação de segurança e liberdade, a cultura local que tenta preservar o respeito e a dignidade da diversidade, o acesso a itens que melhoram a qualidade de vida e bem-estar, como os espaços públicos e tecnologia, e a pretensão de melhores oportunidades econômicas, foram razões unânimes nas narrativas. E já adiantando, esses são aspectos que fortalecem o reconhecimento social de cada indivíduo, que será retratado mais adiante. Na vivência da pesquisadora, esses são motivos gerais na escolha dos imigrantes permanecerem no país; em contato com imigrantes que não fizeram parte da amostra, permanecer no Canadá mostra-se mais conveniente do que estar no país de origem.

Dentre os entrevistados que foram encaminhados para o *Newcomer Reception and Assessment Centre* ao matricularem os filhos na escola pública católica de Mississauga/ON, a existência do centro para recém-chegados não se mostrou

satisfatória, pois apesar de reconhecerem o esforço do programa para imigrantes, consideram que a assistência recebida nos setores alcançados, à exemplo das boas-vindas, a apresentação de como funciona o ensino na província, os esclarecimentos e aconselhamentos, tanta para o aluno quanto para a família, seriam obtidos de qualquer forma por conta própria em algum momento.

Entretanto, o recorte de imigrantes ao qual a divulgação da pesquisa alcançou reflete pessoas privilegiadas, que tem acesso à informação e demonstram possuir senso crítico para buscar conhecimento de forma autônoma. Todos os entrevistados chegaram ao país suficientemente informados, pois até mesmo durante a busca da autorização para estudar no Canadá, exige-se muitas etapas que foram cumpridas ainda no Brasil e o conhecimento burocrático sobre o país foi absorvido, principalmente quando os imigrantes trazem crianças. A preocupação com os filhos fez com que os pais pesquisassem o funcionamento das áreas da educação, saúde, lazer, adaptação, e outras questões que impactam o bem-estar, visto que proporcionar uma vida melhor às suas crianças e adolescentes são parte da razão principal da escolha por imigrar.

O centro de recém-chegados proporcionou um primeiro contato com a escola a todos os participantes, e para dois dos entrevistados, ofereceu possibilidade de inteirar-se sobre os empregadores no mercado de trabalho canadense, sendo um residente temporário recente no país. Outras informações oferecidas pelo *Newcomer Reception and Assessment Centre* relacionadas a documentações básicas foram oferecidas, mas todos os entrevistados assistidos pelo programa já estavam informados. Considerando que dentre o grupo de estrangeiros no país encontram-se os refugiados e imigrantes forçados, que muitas vezes precisam mudar de país abruptamente e podem não ter tempo e nem recursos para buscar informações, os centros podem ser uma rede de apoio e cuidado essencial para essa adaptação. Esse tema também abre precedentes para outra pesquisa, que vise a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social de imigrantes que vieram de seus países de origem em situações de vulnerabilidade.

Dito isso, a maioria das assistências prestadas aos brasileiros entrevistados não foram tão úteis por estarem satisfatoriamente instruídos. E, através da *Settlement Worker*, foi possível testemunhar que a intensidade da assistência oferecida depende da demanda familiar: se a família buscar a funcionária do centro de recém-chegados

para alguma dificuldade, ela se mantém presente até que as questões sejam solucionadas e/ou encaminhadas para outras instituições competentes.

Outra questão que mereceu atenção na adaptação dos imigrantes entrevistados, tendo em mente a atuação do *Newcomer Centre*, foi o campo do trabalho e o reconhecimento das habilidades e experiências anteriores à chegada no país. O centro de recém-chegados oferece um panorama geral para que os imigrantes conheçam as formalidades analisadas no mercado de trabalho canadense pelos recrutadores. Assim, entender como essa assistência repercute efetivamente na vida dos assistidos e analisar o quanto esse apoio afeta a realidade dos imigrantes que são contemplados, foi primordial para formarem os dados oportunos para que se executassem as comparações e análises teóricas.

Esperava-se que o *Newcomer Reception and Assessment Centre* oferecesse uma cooperação relevante aos recém-chegados na busca por emprego, que não ficou demonstrada de forma efetiva na vida dos entrevistados. Dos quatro entrevistados, que tiveram apoio do centro, somente a dois deles relataram essa atividade oferecida; nessa experiência, ambos os entrevistados testemunharam que os colaboradores exprimiam boa vontade e tentavam ajudar da melhor forma que conseguiam, mas não foi o suficiente para surtir efeitos reais nas futuras contratações que sucederam.

Com exceção do Entrevistado G que não mencionou o fator essa oportunidade, todos os outros demonstraram insatisfação com a rede de indicações utilizada pelo mercado de trabalho canadense. A cultura se baseia em indicações sendo raro as contratações somente por análise curricular, que vale exemplificar a experiência narrada pela Entrevistada C, que enviou mais de 70 currículos, e das 7 ou 8 entrevistas que participou, somente duas delas não derivou de indicações de outras pessoas, acrescentando que a função atual, que ocupa, oferece um ótimo salário, e foi resultado da indicação de um amigo.

Nesse contexto, a maioria dos recém-chegados são extremamente prejudicados por não terem vínculos de confiança formados no Canadá, e precisam se esforçar para conseguir contatos e amizades que possam ajudá-los, o que também influencia na violação à isonomia entre a população residente no país. Além dessa primeira barreira, manter-se na sua área de atuação no nível de instrução e experiência que os imigrantes tinham em seus países de origem não é comum, e a maioria dos entrevistados informou o sentimento de desvalorização e inferioridade.

Alguns até mesmo desistem de voltar para sua área inicial e migram de carreira na tentativa de obter melhores salários e valorização profissional.

Por esses prismas analisados, relacionou-se as narrativas memoriais às dimensões da Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth (2003), que afetam a validação recíproca entre os membros da comunidade, responsável pela formação e preservação individual de autoconfiança, autorrespeito e autoestima, que podem ser enfraquecidos por maus-tratos e violação físicas, privação de direitos e exclusão moral, e por degradação e ofensa a honra e a dignidade.

A dimensão do amor ou estima social definida por Honneth (2003) expõe relações de denotam emoção, formadas pelas relações primárias de amor e amizade, responsável por sustentar a autoconfiança dos indivíduos. Em todas as narrativas os entrevistados demonstraram pesar em deixar a família e as relações de amizade cultivadas no Brasil, que agora sustentam-se à distância com o auxílio da internet, e esse foi um recurso muito citado para minimizar a saudade que sentem dos que lhes eram habituais. Contudo, todos relataram a distância como algo natural diante da escolha de morar em outro país, como algo que já vieram preparados para sentir e lidar com as consequências do desejo de estar em um local que consideram melhor estruturado.

Todos os entrevistados sustentam sua segurança no núcleo familiar presente no país, em sua maioria, marido ou esposa e filhos, relatam poucos vínculos fortes de amizades. Citando a Entrevistada B (2023), “[...] esse é o tendão de Aquiles do imigrante”, mas apesar disso, todos vêm conscientes e preparados para lidar com a distância e abertos para iniciar novos vínculos emotivos de relacionamento.

Pelas memórias compartilhadas sobre os enfrentamentos que os entrevistados passaram, estão passando e ainda esperam passar, as maiores violações e desrespeito a identidade e personalidade se passam na dimensão do direito, ou respeito cognitivo, e na dimensão da solidariedade, também chamada de estima social, que muitas vezes se misturam nas situações reais das vivências compartilhadas pelos entrevistados.

Demostrou-se casos em que se sentem desvalorizados, preteridos, violados física e psiquicamente, pelo sistema do país propriamente dito e pela sociedade em geral. A amostra evidenciou que permanecer no país de forma irregular colocam os imigrantes em situações perigosas de vulnerabilidade e empreende maiores riscos ao

reconhecimento social. Ademais, ser imigrante recém-chegado também viola preceitos pessoais no autorrespeito e autoestima.

Na esfera do direito, majoritariamente, os imigrantes expressaram certa sensação de exclusão e desprezo, considerando que muitos serviços públicos são altamente taxados aos imigrantes que chegam com permissão temporária de residência, como é o caso da maioria dos entrevistados que chegaram ao Canadá via estudos com as suas famílias, que pagam cinco vezes mais para estudar do que o residente permanente. As dificuldades de fazer um financiamento de veículos, mesmo que a curto prazo, de participar de um sistema de saúde público não é autorizado e precisam contratar um seguro saúde, até que alguém da família consiga ingressar no mercado de trabalho. Também a dificuldade em alugar um lugar para morar, o que limita muito as opções e as suas condições, a invalidade dos estudos e experiências anteriores, dentre tantas outras diferenças, que descredibilizam a imputabilidade moral e social

No aspecto da solidariedade, os relatos demonstram grande falta de confiança por parte da sociedade por ser um recém-chegado. A dificuldade em fazer-se integrar em grupo faz com que os imigrantes busquem auxílio e apoio nas comunidades de seus países de origem. Neste caso, os imigrantes que se disponibilizaram a contribuir com essa pesquisa vieram da comunidade de brasileiros em Mississauga/ON, que mantêm canais na plataforma online WhatsApp como um contato rápido e direto. Esse sentimento de invalidade dentro da comunidade de valores em geral e que exprime a desvalorização das capacidades e propriedades.

As narrativas apresentadas pelos imigrantes demonstram a perspectiva individual que integram o reconhecimento social. Conquanto existam grandes obstáculos aos quais não teriam no Brasil. Todos os entrevistados demonstraram o interesse em permanecer no Canadá mesmo com as adversidades compulsórias aos imigrantes. O medo da violência do Brasil, a crise na educação pública, e a insegurança financeira permeiam a decisão de tentar se estabelecer em outro território.

Por essa perspectiva, o imigrante brasileiro escolhe quais batalhas está disposto a enfrentar, visto que as dificuldades são antagônicas – no Brasil as barreiras são relacionadas à própria estrutura e aos problemas socioeconômicos que o país enfrenta, enquanto no Canadá os problemas são causados pela burocracia e políticas de imigração. Com o passar do tempo, os embaraços impostos aos recém-chegados

no Canadá tendem a diminuir e os imigrantes avançam nos âmbitos do reconhecimento referente ao amor, pelo fortalecimento dos vínculos de afeto, ao direito, através das mudanças de condições migratórias que pode até atingir a cidadania canadense, e a solidariedade, que acontecerá de forma natural com o fortalecimento das outras duas dimensões.

Essa pode ser a razão em que, mesmo com os transtornos de ser imigrante, todos os entrevistados manifestaram a vontade de buscar o status de residente permanente e permanecer no país, defendendo a prioridade em oferecer melhor qualidade de vida e bem-estar aos filhos.

A presente pesquisa propicia um olhar cauteloso a situação da recepção imigratória no Canadá, com foco nas vulnerabilidades que desestabilizam o reconhecimento social dos imigrantes. Esse viés pode proporcionar o pensamento de que o Canadá é um país seletivo que possui regras rígidas para aceitar imigrantes, mas não é exatamente dessa forma que precisamos pensar no cenário em sua totalidade.

Estar em um programa de pós-graduação *stricto sensu* interdisciplinar, proporcionou a esta pesquisadora conectar as diversas demandas que a Gestão Pública precisa considerar para uma sociedade bem estruturada. É impossível pensar no tema sem considerar as consequências de outras esferas de análise, como a expansão populacional no território canadense, o impacto ambiental, sanitário, e de saúde pública, a habitação, o emprego, a renda, o planejamento para que as cidades continuem a oferecer a tranquilidade, segurança e bem-estar que os canadenses tanto presam e os imigrantes tanto valorizam. Diante disso, é necessário criar políticas de contenção populacional para conter o crescimento desordenado do país e diversos problemas sociais e econômicos, ao que se pode considerar a política canadense de imigração dentro dessa categoria.

Apesar disso e da história institucional do Governo canadense que foi completamente hegemônica ao priorizar pessoas brancas europeias, concluiu-se que, considerando a política de imigração atual, o Canadá se redimiou ao desconsiderar alguns fatores que fez com que a região se tornasse realmente diversa, a despeito de precisar manter certas restrições necessárias para manter a ordem e o desenvolvimento social e econômico, que segue a óptica capitalista aderida pelo país.

Destarte todo o conteúdo teórico, empírico e analítico exposto, a pesquisa demonstrou-se satisfatória no cumprimento de seu objetivo, que compreendeu a

memória social e a história institucional do *Newcomer Reception and Assessment Centre* financiado pela gestão pública e executado através das escolas católicas da cidade de Mississauga/Ontário, no Canadá, a partir das narrativas de um grupo de imigrantes, sobre a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social teorizado por Axel Honneth, no período de 2019 a 2022, bem como respondeu ao questionamento “Como a memória social e história de um dos programas específico para imigrantes oferecido pela gestão pública canadense, o *Newcomer Centre* (Centro de recém-chegados), das escolas públicas católica na cidade de Mississauga/ON, aborda a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social a partir das narrativas de um grupo amostral, sobre o período de 2019 a 2022, período extraordinário devido a pandemia do COVID-19?”, que ficou amplamente demonstrado no capítulo 4 desta pesquisa.

A proposta de se basear nas narrativas memoriais superou as expectativas dispostas para esse trabalho científico que buscava, demonstrar o quão efetivo era o Centro direcionado aos Recém-chegados para inspirar pesquisadores e gestores públicos na elaboração novas propostas científicas e políticas baseadas no “sucesso” da experiência canadense que coloca um centro de apoio dentro da educação básica. Ainda que possa, sim, ser considerado uma ótima iniciativa, a pesquisa revelou sintomas individuais, que refletem nos aspectos sociais, muito mais profundos na experiência de ser um imigrante, que sentirão na pele a saudade do que lhe era conhecido juntamente com a sensação de não pertencer a este novo lugar, mas ao mesmo tempo sentir a incompletude do lugar que se encontrava anteriormente, onde também não mais pertence de forma plena.

No aprendizado dessa pesquisadora que experiência a vida do imigrante recém-chegado, o reconhecimento social se forma como uma espécie de jogo que exige transcorrer fases, mas de forma interligada, experienciando tudo ao mesmo tempo: chegando no país, precisa-se procurar moradia e lidar com as burocracias iniciais e registros nos órgãos públicos. Passamos pelas barreiras de adaptação à língua e as diversas culturas; enfrentamos as realocações profissionais; adequações econômicas e, nos programamos para lidar com as outras burocracias posteriores para requerer a residência permanente; além das questões previdenciárias. Idealizamos adquirir o imóvel que nos trará um pouco mais de conforto e reconhecimento como um cidadão; e acompanhados pelos vínculos afetivos que

fazemos ou rompemos nesse caminho tortuoso fica o registro de alguns exemplos do que acontece na vida real.

REFERÊNCIAS

- BASSAN, D. S. **Mobilidade espacial**: a dinâmica das migrações e a trajetória dos migrantes na região do Vale do Paranhana/RS-Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1509>. Acesso em: 20 dez. 2022.
- BENITES, A. dos. S. **Ecologia de saberes**: (re)significando o programa de estudantes-convênio de graduação – PEC-G/UFRGS – a partir das narrativas de estudantes africanos. 2017. Dissertação (Mestrado Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2017.
- BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BIZZO, F. **A política multicultural de imigração no Quebec**: os desafios de integração e de identidade. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/22381>. Acesso em: 06 dez. 2022.
- BÓGUS, L. M. M.; MORINI, A. M. Migração qualificada: profissionais brasileiros qualificados no Canadá. **Travessia**: revista do migrante, São Paulo, ano 35, n. 93, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/1045>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 07 dez. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.474%2C%20DE%2022,1951%2C%20e%20determina%20outras%20provid%C3%A Ancias. Acesso em: 07 dez. 2022.
- CANADA. Minister of Natural Resources Canada. **Atlas of Canada**. Canada: Geo.ca, 2022. Disponível em: <https://open.canada.ca/data/en/dataset/e9ffaaa6-c8f0-4c88-be9a-5d019a919ad8>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- CANADIAN MUSEUM OF IMMIGRATION AT PIER 21. **Immigration act, 1910**. Halifax, c2022. Disponível em: <https://pier21.ca/research/immigration-history/immigration-act-1910>. Acesso em: 06 dez. 2022.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CHOUERI, R. Z. **Maternidade e imigração**: tramas intersubjetivas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.47.2021.tde-08022022-140742>. Acesso em: 06 dez. 2022.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Catálogo de teses e dissertações**. Brasília, DF: CAPES, [2022?]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

CORTES, M. D. F.; BRAHM, J. P. S.; NUNES, J. F. I.; SERRES, J. C. P. Ex-líbris: reminiscências do passado. **Revista memória em rede**, Pelotas, v. 13, n. 25, p. 292-311, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/18260/13356>. Acesso em: 06 dez. 2022.

COSTA, M. **Vivência acadêmica, resiliência pessoal e satisfação**: percepção dos alunos cadastrados na assistência estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

CRUZ, E. P.; FALCÃO, R. P. de Q.; SANTOS, A. J. dos. Brasileiros na Alemanha: motivações, perfil dos imigrantes e questões para debate. **População e sociedade**, Porto, v. 38, p. 118-141, dez. 2022. Disponível em: https://www.cepese.pt/portal%20pt/publicacoes/obras/populacao-e-sociedade-n-o-38/brasileiros-na-alemanha-motivacoes-perfil-dos-imigrantes-e-questoes-para-debate/@@display-file/file/Revista%2038_Artigo%209.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

DUFFERIN-PEEL CATHOLIC DISTRICT SCHOOL BOARD. **Home**. Mississauga, ON, c2023a. Disponível em: <https://www.dpccsb.org/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DUFFERIN-PEEL CATHOLIC DISTRICT SCHOOL BOARD. **Newcomer centres**. Mississauga, ON, c2023b. Disponível em: <https://www.dpccsb.org/schools/newcomer-centres/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DUFFERIN-PEEL CATHOLIC DISTRICT SCHOOL BOARD. **School directory**. Mississauga, ON, c2023c. Disponível em: <https://www.dpccsb.org/schools/school-directory#tab-1>. Acesso em: 20 jul. 2023.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EBERHARDT, L. D.; MIRANDA, A. C. de. Trabalho e imigração: revisão da literatura científica latino-americana. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 299-312, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/m9YSxwrnsWh9k9kWtjWnBsM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2022.

ELRICK, J. Bureaucratic Implementation Practices and the Making of Canada's Merit-Based Immigration Policy. **Journal of ethnic and migration studies**, [s. l.], v. 48, p. 1-19, set. 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369183X.2020.1817731?scroll=top&needAccess=true&role=tab>. Acesso em: 06 dez. 2022.

FERREIRA, L. M. A. Memória e esquecimento na língua. **Revista morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 137-148, 2016.

FRAGA, M. V.; BÓGUS, L. M. M. A especificidade de Quebec no quadro das políticas migratórias canadenses. **Travessia: revista do migrante**, São Paulo, v. 69, p. 71-86, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/486/446>. Acesso em: 06 dez. 2022.

GEVEHR, D. L.; BORTOLI, G. O. W de. Contribuições para os estudos culturais no campo das migrações contemporâneas: uma revisão da literatura recente. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v. 12, n. 27, p. 6-28, 2021. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/108207>. Acesso em: 07 dez. 2022.

GIRARDI, M. **Melhoria contínua na gestão pública**: uma avaliação do serviço de atendimento ao público no planetário de Vitória/ES. 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

GOETHE, J. W., Gedichte. Ausgabe letzter Hand, 1827. Lieder. Aus: An Lottchen, 1775

GONDAR, J. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016. Disponível em: http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf. Acesso em: 06 dez. 2022.

GONDAR, J. Memória individual, memória coletiva, memória social. **Revista morpheus: estudos interdisciplinares em memória social**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2008. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em: 20 dez. 2022.

GOOGLE MAPS. **Condado de Duffering**. Mountain View: Google, c2023a. Disponível em: <https://goo.gl/maps/AnE24QruKGDna1ex5>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GOOGLE MAPS. **Município regional de Peel**. Mountain View: Google, c2023b. Disponível em: <https://goo.gl/maps/AnE24QruKGDna1ex5>. Acesso em: 26 jul. 2023.

GOVERNMENT OF CANADA. **Guidelines for the registration of umbrella organizations and title holding organizations**. Ottawa, 2019. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/revenue-agency/services/charities-giving/charities/policies-guidance/policy-statement-026-guidelines-registration-umbrella-organizations-title-holding-organizations.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

GOVERNMENT OF CANADA. **His Majesty king Charles III**. Ottawa, [2023a]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/canadian-heritage/services/royal-family/members-royal-family/king-charles-iii.html> Acesso em: 21 jul. 2023.

GOVERNMENT OF CANADA. **Monarchy and the crown**. Ottawa, [2023b]. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/services/culture/canadian-identity-society/monarchy-crown.html>. Acesso em: 21 jul. 2023.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HICKCOX, E. S. School boards. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 07 jan. 2012. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/education-policy>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

IMIGRANTE. *In*: DICIO: dicionário de português. [S. l.], c2009-2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/imigrante/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JAMES-ABRA, E.; YOUNG, E.; BOTHWELL, R.; HILLMER, N. Politics in Ontario. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 11 out. 2019. Disponível em: www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/politics-in-ontario. Acesso em: 20 jul. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LEBELL, S. **A arte de viver**: o manual clássico da virtude, felicidade e sabedoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

LECIONAR. *In*: MICHAELIS: dicionário brasileiro da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, c2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/lecionar/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

LINCOLN, A. K.; CARDELI, E.; SIDERIDIS, G.; SALHI, C.; MILLER, A. B.; FONSEDA T. da; ISSA, O.; ELLIS, H. Discrimination, marginalization, belonging, and mental health among somali immigrants in north America. **American journal of orthopsychiatry**, [s. l.], v. 91, n. 2, p. 280-293, 2021. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2020-93281-001>>. Acesso em: 06 dez. 2022.

LOPES, T. N. A. **“Vila África” na perspectiva de mulheres negras: território, racialização e memória em Taquara (RS): da década 1960 ao tempo presente.** 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/220590>. Acesso em: 06 dez. 2022.

MALUF, R. B. **As lutas por reconhecimento nas nuvens: uma crítica materialista histórica dialética a Axel Honneth.** 2019. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-17072020-001621/pt-br.php>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MARANDOLA JR, E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista brasileira estudos de população**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010230982010000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 dez. 2022.

MARTINEZ, M. B. Axel Honneth e a luta por reconhecimento. **Griot: revista de filosofia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 148-168, dez. 2017. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/773/488>. Acesso em: 20 dez. 2022.

MEDEIROS, I. L. G. de. **A promoção da transparência pública a partir das demandas de informações da sociedade: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.** 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/30622>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MELO, R. Da teoria à práxis? Axel Honneth e as lutas por reconhecimento na teoria política contemporânea. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, DF, n. 15, p. 17-36, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/md99hfRY7CPpkRYBDcgPpNx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MOCELLIM, A. D. A comunidade: da sociologia clássica à sociologia contemporânea. **Plural**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 105-128, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/74542/78151>. Acesso em: 07 dez. 2022.

MODESTI, M. G. **Narrativas de memória social do grupo de teatro Go.Star: da formação identitária a uma formação prática do habitus.** 2020. Dissertação (Mestrado Memória Social e Bens Culturais) - Universidade La Salle, Canoas, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11690/1431>. Acesso em: 06 dez. 2022.

MOOTEN, N. **Racism, discrimination and migrant workers in Canada: evidence from the literature: policy research, research and evaluation Branch.** Ottawa: [s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/content/dam/ircc/documents/pdf/english/corporate/reports-statistics/research/racism/r8-2020-racism-eng.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

MORINI, A. M. **Emigrantes brasileiros qualificados no Canadá**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/24699/1/Ana%20Maria%20Morini.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

NORA, P. El historiador es un árbitro de las diferentes memorias. [Entrevista cedida a] Evelyn Erlij. **Letras libres**, [s. l.], 01 fev. 2018. Disponível em: <https://www.letraslibres.com/espana-mexico/revista/entrevista-pierre-nora-el-historiador-es-un-arbitro-las-diferentes-memorias>. Acesso em: 07 dez. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**: revista do programa de estudos pós-graduados de história, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 07 dez. 2022.

OLIVEIRA, D. A. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. **Práxis educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/13655>. Acesso em: 19 dez. 2022.

OLIVEIRA, J. C. de; BERTONI, L. M. Memória coletiva e teoria das representações sociais: confluências teórico-conceituais. **Gerais**: revista interinstitucional de psicologia, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 244-262, jul./dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 dez. 2022.

ONTARIO COUNCIL OF AGENCIES SERVING IMMIGRANTS (OCASI). **Annual report**. Toronto: OCASI, [2023]. Disponível em: https://annualreport2022.ocasi.org/files/OCASI_Annual_Report_2022_En.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

ONTARIO COUNCIL OS AGENCIES SERVING IMMIGRANTS (OCASI). **About us**. Toronto, ON, [2023]. Disponível em: <https://ocasi.org/about-us>. Acesso em: 20 jul. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OMI) O. **Glossário sobre Migração**. Genebra, Suíça, 2009. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf> Acesso em: 30 nov. 2023.

ORLIKOW, L.; PETERS, F. Education organization. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 07 fev. 2006. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/school-boards>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PAIVA, O. da. C. **Histórias da (I)migração**: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013.

PEEL DISTRICT SCHOOL BOARD. **Welcome centres**. Mississauga, ON, c2023. Disponível em: <https://www.peelschools.org/welcome-centres>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PERALTA, E. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da memória**: antropologia, escala e memória, [s. l.], n. 2, p. 4-23, 2007. Disponível em: [http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta\[1\].pdf](http://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/02_Elsa_Peralta[1].pdf). Acesso em: 07 dez. 2022.

PETERS, F. School systems. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 04 mar. 2012. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/school-systems>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PETERS, F.; LESLIE, P. M. Education policy. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 19 fev. 2012. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/education-policy>. Acesso em: 20 jul. 2023.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>. Acesso em: 07 dez. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 07 dez. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

REGION OF PEEL. **Immigration, citizenship and mobility**. Region of Peel, ON, 2021. Disponível em: <https://census-regionofpeel.hub.arcgis.com/pages/immigration-citizenship-and-mobility-2021#top>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RIOS, F. D. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista intratextos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/7102>. Acesso em: 07 dez. 2022.

RUBY, T. F. Exalted subjects: studies in the making of race and nation in Canada. **Canadian woman studies**, [s. l.], v. 26, n. 3-4, jan./maio 2008. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA198994078&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=07133235&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7E32fe2193>. Acesso em: 20 dez. 2022.

SANTOS, A. M. da. G. **Escola de teatro e dança da Universidade Federal do Pará**: memória e história do ensino do teatro em Belém do Pará (1962-1970). 2019. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Ciências da Arte, Universidade

Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em:
<http://repositorio.ufpa.br/handle/2011/12105>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SANTOS, K. O. **Potenciais e limites da teoria do reconhecimento de Axel Honneth**: o equilíbrio tenso entre a imanência e a transcendência. 2020. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10435299. Acesso em: 07 dez. 2022.

SCHOOL settlement response worker (acting). *In*: INDEED. [S. l.], c2023. Disponível em: <https://ca.indeed.com/viewjob?jk=d67dc1b43efb82b8>.

SETTLEMENT.ORG. **Information newcomers can trust**. Toronto, ON, c2020. Disponível em: <https://settlement.org/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SETTLEMENT.ORG. **What kind of supports can my child get through school?** Toronto, ON, c2020. Disponível em:
<https://settlement.org/ontario/education/elementary-and-secondary-school/help-your-child-succeed-in-school/what-kind-of-supports-can-my-child-get-through-school/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SIMEON, R. Federal-provincial relations. *In*: THE CANADIAN encyclopedia. [S. l.], 07 fev. 2006. Disponível em: <https://www.thecanadianencyclopedia.ca/en/article/federal-provincial-relations>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SOUSA, V. A. **A teoria do reconhecimento de Axel Honneth**: individuação e estima social. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020. Disponível em:
https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8873743. Acesso em: 07 dez. 2022.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e subáreas. 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=-e8TGEsAAAAJ&citation_for_view=-e8TGEsAAAAJ:Tyk-4Ss8FVUC. Acesso em: 19 dez. 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5605>. Acesso em: 19 dez. 2022.

THOBANI S. **Exalted subjects**: studies in the making of race and nation in Canada. University of Toronto Press, 2007.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade. *In*: MIRANDA, O. de. **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: EdUSP, 1995.

TRIADAFILOPOULOS, T. **Becoming multicultural**: immigration and the politics of membership in Canada and Germany. Vancouver: UBC Press, 2012.

UEBEL, R. R. G. Aspectos gerais da dinâmica imigratória no Brasil no século XXI. **Confins**: revista franco-brasileira de geografia, São Paulo, n. 31, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11905>. Acesso em: 19 dez. 2022.

UEBEL, R. R. G. O acolhimento de migrantes haitianos e senegaleses e a gestão pública municipal brasileira: uma análise qualitativa do caso de Novo Hamburgo (RS). **Revista estudos de planejamento**, Porto Alegre, n. 16, p. 49-66, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4415/4110>. Acesso em: 19 dez. 2022.

UNITED KINGDOM. **The constitution acts**. Section 93: 29th, 30th and 31th march 1867. London: House of Commons, 1867. Disponível em: <https://laws-lois.justice.gc.ca/eng/const/page-3.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VARES, S. F. de. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista brasileira de ciência política**, Brasília, DF, n. 20, p. 79-120, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/s4cbRnMSFJ3tLc9N8X4bstw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 dez. 2022.

WORLD POPULATION REVIEW. **Canada population**. c2022. Disponível em: <https://worldpopulationreview.com/countries/canada-population>. Acesso em: 06 dez. 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOUSIF, N. Canada: premiers demand to meet Trudeau over health crisis. **BBC News**, Toronto, 9 Dec, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-63924362>. Acesso em: 20 jul. 2023.

APÊNDICE A - Roteiro

A) Roteiro de entrevista com o colaborador da Escola St. Francis Xavier Secondary School

- Qual função ocupa?
- Quantas pessoas seu trabalho alcança por ano?
- Como funciona o seu trabalho?
- Como as pessoas/imigrantes chegam até você?
- Como funciona a admissão na escola? Existe algum critério específico para o aceite?
- Quais os tipos de assistência são oferecidos aos estudantes e suas famílias?
- Quem financia o programa? São recursos federais, provinciais ou específicos de cada município?
- A quanto tempo o programa atua com os imigrantes?
- De onde surgiu essa demanda? Foi através de pressão de organizações sociais ou do próprio governo?

B) Roteiro de entrevista com os participantes do programa

Perfil

- Nome
- Idade
- Sexo
- Grau de instrução
- E a configuração da família presente no Canadá.

Quanto a cidade

- O que o/a fez escolher pela cidade de Mississauga?
- O que achou da cidade quando chegou? Quais foram suas impressões?
- Você sente que a cidade oferece uma estrutura de acolhimento aos recém-chegados? (exemplo: terá apoio em casos de emergências de saúde, etc.).
- Como foi sua socialização? Você considera que se integrou a cidade e a população? Como foi essa experiência?

- Criou vínculos de afeto e apoio?
- Se gostaria de fazer algum outro comentário sobre a cidade ou sua escolha de vir.

Empregabilidade e renda

- Se o caso: Como foi sua experiência na inserção do mercado de trabalho?
- Como foi se manter financeiramente no Canadá quando chegou ao país?
- Sente-se valorizada por suas qualidades, qualificações e experiências anteriores?
- Se gostaria de fazer algum outro sobre essa questão?

Quanto à escola

- Qual a escola que ele estuda?
- Você pode falar um pouco de como você percebe a adaptação do seu filho? Tem alguma diferença da aprendizagem que exige alguma atenção maior?
- O que a fez decidir/escolher essa escola especificamente?
- Qual foi procedimento da escola quando chegou?
- Você sente que foi apoiada e encorajada pela escola? De que aqui é o lugar de vocês?
- Teve a sensação de passar por algum tipo de preconceito ou discriminação?
- Você considera que o acolhimento escolar tornou sua mudança um pouco mais suave, na medida do possível?
- Se gostaria de fazer algum outro comentário sobre a integração escolar.

Quanto ao programa – para os entrevistados que foram assistidos.

- O que você mais gostou no trabalho do Newcomer Centre?
- Existe alguma situação no programa que o incomode?
- Você considera que essa atenção aos imigrantes recém-chegados é bem-sucedido? Acha que faz diferença para quem está chegando?
- Por sua experiência, considera que alcança os resultados propostos? De inclusão e acolhimento?

Quanto à suportes – para os entrevistados que não participaram no programa

- Quando tinha alguma dúvida ou dificuldade, onde você buscava suporte. Pode falar um pouco sobre isso?

- Você acha que um suporte mais próximo para recém-chegados teria diminuído ou facilitado a resolução das dificuldades que enfrentou?

Quanto ao reconhecimento social

- Sobre a dimensão do amor: Como você lida com a distância dos amigos e familiares próximos que ficaram no Brasil?

- Sobre a dimensão do amor: Você ficou bem apenas na companhia do seu núcleo familiar que imigrou para o país junto a você? Como se sente em relação a esses vínculos primários? Como foi o processo de se adaptar?

- Sobre a dimensão do direito e solidariedade: Você se sente como um participante efetivo da comunidade? E das instituições públicas? E políticas?

Sobre a dimensão do direito e solidariedade: Você sente que faz parte do país? Que o país e a sociedade te valorizam pela sua bagagem de vida, conhecimento e talento?

**APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) –
Participante da Pesquisa**

Dados de Identificação

Título da pesquisa: A Memória e a História do Centro de Recém-Chegados das Escolas Públicas de Mississauga/ON, na Trajetória de Reconhecimento Social de Imigrantes no Canadá

Pesquisadora responsável: Camila Ferreira Tavares da Silva

Pesquisadores participantes: Dra. Margarete Panerai Araújo e Dr. Everton Rodrigues da Silva

Nome do participante: ***

Data de nascimento: ***

CPF: ***

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa “A Memória e a História do Centro de Recém-Chegados das Escolas Públicas de Mississauga/ON, na Trajetória de Reconhecimento Social de Imigrantes no Canadá”, de responsabilidade da pesquisadora Camila Ferreira Tavares da Silva. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo assine ao final deste documento, que consta em duas vias. Uma via pertence a você e a outra à pesquisadora responsável. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido(a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo de descrever e analisar a memória social e a história institucional dos programas para New Comer financiado pela gestão pública de escolas de educação básica na cidade de Mississauga/Ontário, no Canadá, a partir das narrativas de um grupo de imigrantes, sobre a inclusão, o pertencimento e o reconhecimento social no período de 2019 a 2022, com a finalidade de contribuir para reflexão sobre as políticas públicas nos programas de inclusão à imigrantes que colaboram com o pertencimento e o reconhecimento social, e assim, favorece uma sociedade diversa e positiva.

2. A sua participação nesta pesquisa consistirá em uma entrevista livre, onde o entrevistador fará perguntas e sobre a atuação das escolas na sua percepção de acolhimento ao chegar no Canadá, em que estará livre para dizer o que quiser sobre sua experiência com a instituição. A entrevista será realizada no local acertado entre você e o pesquisador, onde se sinta confortável e seja tranquilo, com a duração máxima de 1 hora. Caso solicitado pela pesquisadora, você poderá, ou não, autorizar o registro em áudio, vídeo ou imagem, para consulta da própria pesquisadora, que se responsabiliza em manter o sigilo dos registros.

3. Durante a execução da pesquisa presencial poderão ocorrer riscos mínimos de dimensões físicas em razão da pandemia do COVID19, que serão minimizados pelo uso de mascarás, distanciamento de segurança e higienização.

4. Ao participar desse trabalho você contribuirá para visibilizar a importância das políticas públicas de acolhimento para a adaptação do imigrante em um novo território, que evidencia a situação urgente do Brasil em adotar políticas mais eficientes, tendo o Canadá como um modelo, devido ao grande aumento na recepção de migrantes internacionais no território brasileiro.

5. Sua participação neste projeto terá a duração máxima de 1 hora, que ocorrerá uma única vez de forma presencial ou por chamada de vídeo.

6. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo os questionários, entrevistas, aulas, cursos, palestras, consultas/exames/tratamentos/etc. totalmente gratuitos; e deixará de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

7. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito a buscar ressarcimento.

8. Caso ocorra algum dano, previsto ou não, decorrente da sua participação no estudo, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo patrocinador e/ou pesquisador responsável), pelo tempo que for necessário; e terá o direito a buscar indenização.

9. Será assegurada a sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

10. Você foi informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa, poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.

11. Conforme o item III.2, inciso (i) da Resolução CNS 466/2012 e o Artigo 3º, inciso IX, da Resolução CNS 510/2016, é compromisso de todas as pessoas envolvidas na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de risco ou vulnerabilidade para

os indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Por esses motivos:

AUTORIZO () / NÃO AUTORIZO ()

a coleta de imagens/fotografias/vídeos/som de voz para a presente pesquisa.

AUTORIZO () / NÃO AUTORIZO ()

a divulgação de imagens/fotografias/vídeos/som de voz para a presente pesquisa.

12. Você poderá consultar a pesquisadora *Camila Ferreira Tavares da Silva*, no seguinte telefone [...] ou email *camila.tavares@sou.unifal-mg.edu.br* e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

**O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG) é um colegiado composto por membros de várias áreas do conhecimento científico da UNIFAL-MG e membros da nossa comunidade, com o dever de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento científico dentro de padrões éticos.*

Eu, _____, CPF nº _____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Missisauga/ON-CA, ** de **** de ****

.....
Participante da pesquisa

.....
Pesquisador responsável
Camila Ferreira Tavares da Silva